



v.1, n.3, 2024 - JULHO

Revista Multidisciplinar

PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO
INTERNACIONALMENTE



DOI: 10.69720/Crossref

DOI: 10.5281/zenodo

ISSN

International Standard Serial Number

2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

Expediente

Revista O Universo Observável

ISSN: [2966-0599](https://doi.org/10.2966-0599) (online)

www.ouniversoobservavel.com.br

contato@ouniversoobservavel.com.br

Julho/2024

Editor-chefe: Me. Wagner Anonio Farias Doncev

Editores executivos: Esp. Elza Nunes de Souza, Dr. Rogério Cesar de Lara da Silva, Me. Juliete da Paixão Vidal, Dr. Lucas Wagner Ribeiro Aragão, Dra. Viviane Mallmann

Editores adjuntos: Esp. Luana de Souza Ramalho

Revisores

Me. Daniel Branco de Morais

Ma. Cintia Cristina Domiciano Adão

Ma. Nayara Bach Franco de Aquino

Esp. Melquizedeque Ramos Feitoza

Esp. Arthur Freire Farias Doncev

Esp. Ricardo Alex Bruhn Otero

Ma. Tatiane Raquel Santana da Cruz

Esp. Tayna Souza Porto Manvailer

Esp. Pedro Gomes Manvailer

Esp. Priscilla Teodora Gonçalves

Ma. Karine Moura

Ma. Priscilla Patricio de Holanda

Dr. Marcio de Freitas Santa Ana

Esp. Ricardo Alex Bruhn Otero

Periodicidade da publicação: Mensal

Idioma: Aceitos artigos escritos em Português

A “Revista O Universo Observável” (com ênfase em Ciências Exatas). tem por finalidade, divulgar textos originais e inéditos em todas as Áreas do Conhecimento (multidisciplinar).

Tendo sua periodicidade Mensal, de acesso aberto e submissão contínua, a Revista acolhe artigos e ensaios de pesquisadores ou grupo de pesquisadores, docentes e discentes de Instituições de Ensino Superior, no âmbito da graduação, como também, da Pós-graduação.

Autor Corporativo



*O Conhecimento é o
horizonte de
eventos.*

CPF: 63961962120
Rua Botocudos , nº 365 - Bairro Centro
Naviraí, MS - CEP: 79950-000
contato@ouniversoobservavel.com.br

SUMÁRIO

PESQUISA DE BACTÉRIAS VEGETATIVAS E ESPOROGÊNICAS EM MEL Marli da Silva Mendes e Dra. Emília Maria Silva DOI: 10.5281/zenodo.12637463	01
TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: O REENCANTAMENTO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EDILAINE CAMILO DOI: 10.5281/zenodo.12682865	14
METODOLOGIA PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS PARA OS ESTADOS UNIDOS: MODELO ADAPTATIVO DE INTERNACIONALIZAÇÃO Ricardo Alex Bruhn Otero DOI: 10.5281/zenodo.11671728	24
ESTRATÉGIAS PARA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA NAS SMALL BUSINESS DOS ESTADOS UNIDOS Ricardo Alex Bruhn Otero DOI: 10.5281/zenodo.126370	42
A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA NAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR Daniela Tavares de Souza e Erika Oliveira Diniz DOI: 10.5281/zenodo.12701269	59
CONTABILIDADE EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: UMA ABORDAGEM ESTRATÉGICA PARA O GERENCIAMENTO FINANCEIRO E TOMADA DE DECISÕES Francisca Jucassia Do Vale Almeida e Milton Jarbas Rodrigues Chagas DOI: 10.5281/zenodo.12728867	78
SABERES TRADICIONAIS E MARISQUEIRAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA Telma Maria Pereira dos Santos e Carla Liane Nascimento dos Santos DOI: 10.5281/zenodo.12588109	99
USO DA TERAPIA COMPRESSIVA ASSOCIADA À ESPUMA COM PRATA EM ÚLCERA VENOSA: UM RELATO DE CASO TATIANE RAQUEL SANTANA DA CRUZ e CATARINA DE MELO GUEDES DOI: 10.5281/zenodo.12789189	115
AS IMPLICAÇÕES DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA NA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO Francismery de Jesus Costa Froes DOI: 10.5281/zenodo.12789233	134
O PAPEL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE ESCOLAR: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS Anderson de Melo Costa DOI: 10.5281/zenodo.12797345	147

A MENTALIDADE ELIMINACIONISTA NO HOLOCAUSTO: A PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA DOS CIDADÃOS COMUNS NA ALEMANHA NAZISTA

Flávio Motta e Silva Garcia Gomes; Dalila Gois Motta

DOI:10.5281/zenodo.13128533

PESQUISA DE BACTÉRIAS VEGETATIVAS E ESPOROGÊNICAS EM MEL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Discente: **Marli da Silva Mendes**

Orientadora: **Prof^a. Dr^a. Emília Maria Silva**

Revista o Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.12637463
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.12637463)

REFERÊNCIA

MENDES, M. S.; SILVA, E. M. PESQUISA DE BACTÉRIAS VEGETATIVAS E ESPOROGÊNICAS EM MEL. *O Universo Observável*, v. 1, n. 3, p. 2-20, 03 jul., 2024. ISSN: 2966-0599. DOI: **10.5281/zenodo.12637463**. Disponível em: <https://ouniversoobservavel.com.br/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

DOURADOS-MS

MARLI DA SILVA MENDES

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida,
A minha mãe e meu filho;
Pela ajuda e a paciência que tiveram comigo;
Pelo amor e carinho;
Pelo apoio incondicional, enfim,
Pelo que sou.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Emília Maria Silva, pela disponibilidade, dedicação, incentivo, apoio e ajuda na orientação deste trabalho que me ajudou a cumprir meus objetivos e a concretizar esta etapa da minha formação acadêmica.

À Prof^ª. Luciana Gonçalves de Azevedo, técnica de laboratório, pelo apoio na realização das pesquisas e da disponibilidade do laboratório para a realização das análises, muito obrigado e com certeza todo esse aprendizado vou levar para o resto da minha vida.

RESUMO

O mel contém elevada concentração em açúcares, e outros fatores, que desfavorecem o crescimento de microrganismos, sendo encontrados sobretudo os esporulados. A contaminação primária, devida às próprias abelhas, vem do néctar, parte de plantas, das próprias abelhas, suas larvas e do ambiente da colméia. A contaminação secundária, seja por microrganismos esporulados ou não, ocorrerá por influência ambiental e humana durante a coleta e envase, dependendo da higiene. Foram pesquisados representantes das fases primária e secundária de contaminação em nove méis de *Apis mellifera* comercializados em Dourados, MS. Para pesquisa das bactérias esporogênicas aeróbias mesófilas, o mel suspenso em salina peptonada a 0,1% foi inoculado em porções de 10 ml, 1 ml e 0,1 ml em frascos contendo 100 ml de TGE, pH 7,0 a 50-55°C. Homogeneizou-se, submeteu-se a choque térmico de 10min/80°C, distribuiu-se o volume de cada frasco em placas estéreis e incubou-se a 30°C/48h. Para pesquisa de estafilococo coagulase positiva o mel foi suspenso em salina peptonada a 0,1% seguindo-se diluição seriada até 10^{-4} . De cada diluição foi inoculado por incorporação 0,1 ml em placas com AMS, pH 7,4. Incubou-se a 28-32 °C/48h. Não se obteve cultura típica desenvolvida em AMS e de todos os méis se obteve bactérias esporogênicas aeróbias mesófilas em TGE, respectivamente, as maiores contagens, 121 e 87 esporos/g para os méis (florada/localidade) V (silvestre/Fátima do Sul) e VI (silvestre/Dourados), e contagens menores, 3,5 e 7,0 esporos/g para os méis VIII (eucalipto/São Paulo) e III (silvestre/Ponta Porã). Inferiu-se que duas amostras tiveram contaminação de fonte secundária.

Palavras-chaves: mel, estafilococo coagulase positiva, bactéria esporogênica aeróbia mesófila.

1 INTRODUÇÃO

O mel é substrato que não favorece o desenvolvimento de microrganismos devido ter elevado conteúdo em açúcares, principalmente frutose e glicose (CAMPOS *et al.*, 2003) que lhe proporcionam alta força osmótica e a outras propriedades como a formação de peróxido de hidrogênio, a baixa atividade de água, presença de compostos fenólicos e a outros fatores desconhecidos. (TAORMINA *et al.*, 2001).

Contudo, o mel não é estéril; pode abrigar microrganismos que podem se manter viáveis por longos períodos como, por exemplo, os formadores de esporos.

As bactérias esporogênicas podem ser de fonte primária, ou seja, como se fossem próprias do mel, se estiveram antes presentes na fonte de néctar, na colméia, na superfície externa das abelhas ou no seu aparelho digestório. E também podem ser de fonte externa, secundária, sendo incorporadas ao produto por ocasião da colheita e envase, como exemplos, pelo ar ambiente, poeira, pelos manipuladores e pelo equipamento e utensílios contaminados. (SNOWDON; CLIVER, 1996; OLAITAN *et al.*, 2007).

Os estafilococos coagulase positiva, se presentes em mel, provavelmente sejam de fonte externa visto serem encontrados em humanos, em ambientes por eles frequentados e em objetos de uso pessoal. Havendo condição favorável, como o aumento no teor de umidade, as bactérias do mel podem se desenvolver e com isso alterar o produto, diminuindo o tempo de viabilidade de consumo.

Esta pesquisa visou trazer informações sobre os conteúdos de bactérias esporogênicas e estafilococos coagulase positiva em amostras de mel comercializadas em Dourados, MS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Bactérias esporogênicas mesófilas aeróbias

De acordo com Silva et al. (2007), endósporos, ou esporos internos, são estruturas que resistem a condições ambientais que seriam letais para células vegetativas de bactérias. Após serem formados, os esporos permanecem em estado de dormência, não tem atividade metabólica, não se multiplicam, suportam o congelamento, a desidratação, a irradiação, a presença de conservantes, tratamento com desinfetante e a exposição a altas temperaturas. Entretanto, em condições favoráveis, podem germinar e dar origem a novas células vegetativas.

Entre as bactérias aeróbias mesófilas formadoras de esporos e associadas com alimento estão os bastonetes do gênero *Bacillus* (SILVA et al, 2007). Embora haja muitas espécies no gênero *Bacillus*, as espécies *B. anthracis* e *B. cereus* se destacam por causarem, respectivamente, infecção natural ou experimental como arma biológica, e intoxicação alimentar por colonização do intestino delgado. O *B. cereus* produz enterotoxina e cresce causando no ser humano a síndrome diarréica e emética. (GOMES, 2013).

Os esporos do *Bacillus cereus* são hidrófobos, ou seja, aderem fortemente às superfícies de aço inoxidável e de diversos materiais, resistindo aos procedimentos de limpeza e podendo provocar problemas nas indústrias de alimentos (GOMES, 2013).

As bactérias esporuladas mais pesquisadas em mel são do gênero *Clostridium*, que é anaeróbio estrito. Há bem menos informações sobre bactérias esporuladas aeróbias, como o gênero *Bacillus*.

Contudo, Kokubo et al. (1984) *apud* Snowdon; Cliver (1996) investigaram 74 amostras de mel e encontraram esporos bacterianos em 67 amostras. Dessas, a maioria era de *Bacillus*, sendo predominante o *B. cereus* seguido por *B. coagulans*, *B. megaterium* e *B. alvei*.

2.2 Estafilococos coagulase positiva

A pesquisa de estafilococos produtores de coagulase se faz porquê muitas vezes está associada à capacidade da produção de enterotoxinas, sendo um indicador indireto do potencial

patogênico do microrganismo (FDA, 2001).

Essas enterotoxinas são termoestáveis e resistem à cocção e a enzimas proteolíticas, e basta uma dose de toxina menor que 1,0 µg/Kg (300 a 500ng) em alimentos contaminados

para produzir sintomas de toxínose por estafilococos (BALABAN, N.; RASOOLY, A., 2000 *apud* SANT'ANA; AZEREDO, 2005). A toxina é produzida quando a quantidade das bactérias está entre 10^5 e 10^6 UFC/g ou ml do alimento.

Os sintomas da toxínose, que aparecem dentro de 1-6 horas após a ingestão de um alimento contaminado, são caracterizados por náusea, vômito, espasmo abdominal e diarreia. Em casos severos, muco e sangue são observados no vômito e nas fezes, como citam Raddi et al. (1988).

Entre as espécies coagulase positivas, que são *Staphylococcus aureus*, *S. intermedius* e *S. hyicus* (Doyle, 1989 *apud* Sant'Ana; Azeredo, 2005), foi enfocada neste trabalho a *S. aureus* devido sua frequência em humanos (TRABULSI; ALTHERTUM, 2008).

De acordo com Trabulsi; Althertum (2008) e Franco (2005), os *Staphylococcus aureus* medem aproximadamente 0,5 a 1 µm de diâmetro, ocorrem isolados, aos pares e em agrupamentos semelhantes a cachos de uvas. São imóveis e não formam esporos. São Gram-positivos, anaeróbios facultativos, a maioria pode multiplicar-se em 7,5% a 15% de NaCl. Fermentam carboidratos e produzem pigmentos amarelo-ouro.

Os *S. aureus*, embora patogênicos, são comumente encontrados na pele e mucosas de humanos e animais saudáveis, nas vias aéreas superiores do homem, sendo facilmente transferidos para os alimentos por meio do contato direto com as mãos ou por perdigoto. (TRABULSI; ALTHERTUM, 2008; FRANCO, 2005; RADDI et al., 1988).

3 OBJETIVO

3.1 Objetivo geral

Avaliar amostras de mel quanto ao conteúdo de bactérias de fontes primária e secundária visando o consumo humano.

3.2 Objetivos específicos

Avaliar a densidade de bactérias esporogênicas mesófilas aeróbias.

Avaliar a densidade de estafilococos coagulase positivos.

Avaliar as condições higiênico-sanitárias das amostras de mel.

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Material

4.1.1 Vidraria, aparelhos e outros materiais.

Vidraria comum de laboratório.

Aparelhos: autoclave, banho-maria, balança analítica, estufa de esterilização e secagem, estufa incubadora, geladeira, microscópio óptico, pHmetro, agitador de tubos, micropipeta com ponteiros para 1000 µl e para 100 µl.

4.1.2 Amostras de mel

Foram adquiridos méis de *Apis mellifera* disponibilizados no comércio, sendo estas amostras inspecionadas por órgãos oficiais. As amostras foram colhidas entre outubro de 2012 a fevereiro de 2014 e analisadas dentro do período de validade que é de dois anos após a colheita. As amostras foram mantidas nas embalagens de origem e em local fresco e seco.

4.1.3 Meios de cultura e soluções (SILVA et al., 2007).

Ágar Manitol Sal (AMS); g/l:

Peptona (10,0), extrato de levedura (1,0), NaCl (75,0), d-manitol (10,0), vermelho de fenol (0,025), ágar (18,0), água destilada (1000,0 ml). pH 7,4 ± 0,2. Autoclavar a 121°C, 15 min.

Ágar Triptona Glicose Extrato de Carne (TGE); g/l:

Triptona (5,0), peptona de carne (3,0), glicose (1,0), ágar (18,0), água destilada (1000,0 ml). pH 7,0 ± 0,2. Distribuir 100 ml/frasco já contendo a porção de ágar. Autoclavar a 121°C, 15 min.

Solução salina peptonada a 0,1%; g/l:

NaCl (8,6), peptona (1,0), água destilada (1000,0 ml). Distribuir 9ml/tubo para determinação de estafilococos coagulase-positivos e 90ml/frasco para contagem de esporos de bactérias mesófilas aeróbias. Autoclavar 121°C, 15 min.

4.2 Métodos

As análises foram feitas em duplicatas.

4.2.1 Determinação de estafilococos coagulase-positiva (SILVA *et al.*, 2007).

Pesar 10 g de mel e diluir em 10 ml de salina peptonada (1:1, m/v). A partir desta suspensão-mãe proceder à diluição seriada até 10^{-4} em salina peptonada a 0,1%. Homogeneizar as suspensões a cada diluição.

De cada diluição colocar 100 μ l em placa esterilizada. Verter 20 ml do meio de Ágar Manitol Sal, pH 7,4, resfriado a aproximadamente 45 °C (método *pour-plate*). Homogeneizar, aguardar solidificação, selar a placa com filme plástico e incubar a 28-32 °C, por 48h.

Contar o número de colônias características com formato circular, convexas, cremosas e brilhantes, cor amarelo ouro. Obter culturas puras para submeter ao método de Gram e testes catalase e coagulase.

4.2.1.1 Método de Gram (NEDER, 1992)

Preparar um esfregaço espalhando-se uniformemente pequena porção de colônia bacteriana misturada a uma gota de água em uma lâmina de microscopia. Deixar secar ao ar. Fixar o esfregaço passando a lâmina 3 vezes pela chama. Esfriar. Corar pelo Método de Gram.

Técnica de coloração:

Cobrir o esfregaço com solução de cristal violeta ou de violeta de genciana (corante). Deixar 1 minuto. Esgotar a lâmina e cobrir com a solução de lugol (mordente). Deixar 1 minuto. Esgotar a lâmina e, mantendo-a inclinada, gotejar álcool a 95% até não se desprender mais corante da preparação. Lavar em água corrente. Cobrir a lâmina com solução de fucsina durante 30 segundos. Lavar em água corrente. Secar.

Examinar ao microscópio, com objetiva de imersão. Anotar a coloração das bactérias e outras características, como morfologia e modalidade de agrupamento celular.

Estafilococos são cocos Gram-positivos encontrados isolados ou em tétrades ou em “cacho de uva”.

4.2.1.2 Teste da catalase (LARPENT; LARPENT-GOURGAUD, 1975).

Homogeneizar pequena porção da colônia bacteriana em uma lâmina de microscopia contendo 2 gotas de água oxigenada a 3%. Não agitar. O desprendimento de bolhas de gás (O₂) indicará a presença da catalase.

4.2.1.3 Evidenciação da coagulase (BRASIL, 1981).

Inocular pequena porção da colônia de cocos Gram-positivos em tubos contendo 1 ml de Caldo Cérebro-Coração (BHI) e incubar a 37 °C durante 24 h. Após, transferir 0,3 mL desse cultivo para tubo contendo 0,5 ml de plasma oxalatado e incubar a 37 °C por 4 h. Verificar a presença de coágulos. Se a reação for negativa, incubar novamente por até 24 h para a confirmação dos resultados.

4.2.2 Contagem de esporos de mesófilos aeróbios (SILVA et al., 2007).

Pesar 10 g de mel e diluir em 90 ml de água salina peptonada (1:10, m/v).

Inocular porções de 10 ml, 1 ml e 0,1 ml do mel diluído em três frascos diferentes contendo 100 ml de ágar TGE, pH 7,0, previamente fundido e resfriado 50-55 °C. Homogeneizar. Submeter a choque térmico de 10min. a 80 °C, em banho-maria com temperatura controlada a fim de matar as células vegetativas. Iniciar a contagem do tempo quando todos os frascos atingirem temperatura de 80 °C, usando frasco com TGE não inoculado e contendo um termômetro.

Após, distribuir o volume de cada frasco em cinco placas vazias e esterilizadas (20 ml/placa). Aguardar a solidificação e incubar as placas a 30 °C por 48h.

Contar as Unidades Formadoras de Colônias (UFC) desenvolvidas em cada conjunto de cinco placas com diluição apropriada para a contagem (com 25 a 250 colônias).

Cálculo do número de esporos/g, de acordo com o volume do inóculo:

Inóculo de 10 ml: Esporos/g = n° UFC.

Inóculo de 1 ml: Esporos/g = n° UFC x 10;

Inóculo de 0,1 ml: Esporos/g = n° UFC x 100.

O número de esporos que pode ser quantificado por essa técnica varia de 1 a 150.000/g.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisadas sete amostras de mel silvestre provenientes da região sul de Mato Grosso do Sul e duas amostras de mel unifloral provenientes de São Paulo-SP, coletadas entre outubro de 2012 a fevereiro de 2014 (Tabela 1) e analisadas dentro do período de validade.

Tabela 1 Tipos de mel, procedência e data da coleta.

Amostra de mel	Florada predominante	Município	Coleta
I	silvestre	Jardim	out/2012
II	silvestre	Dourados	nov/2013
III	silvestre	Ponta Porã	dez/2013
IV	silvestre	Itaporã	fev/2013
V	silvestre	Fátima do Sul	fev/2014
VI	silvestre	Dourados	fev/2014
VII	silvestre	Dourados	jan/2014
VIII	eucalipto	São Paulo	set/2013
IX	laranjeira	São Paulo	mai/2013

As amostras foram investigadas quanto às concentrações de bactérias mesófilas aeróbias formadoras de esporos e de estafilococos coagulase positiva.

Em nenhuma das amostras teve ocorrência de estafilococos coagulase positiva. Como citam Snowdon; Cliver (1996), o “mel natural” contém muito poucos tipos de microrganismos e é desprovido de bactérias não-formadoras de esporos. Olaitan et al. (2007) reforçam sugerindo que bactérias não formadoras de esporos geralmente não são encontradas no mel, não são próprias do mel, devido não ter condição para sobrevivência. Quando introduzidas experimentalmente no mel, sobreviveram apenas poucas horas.

Taormina et al. (2001) compararam a atividade antimicrobiana de méis em relação a várias espécies de bactérias. Encontraram que o *B. cereus* foi pouco afetado. E que houve inibição do

crescimento de *S. sonnei*, *L. monocytogenes* e *S. aureus* em soluções de mel a 25%. Os autores inferem que o efeito microbicida seria devido ao peróxido de hidrogênio, que é produzido naturalmente devido à ocorrência da enzima glicose oxidase no mel, e também devido aos compostos fenólicos.

Em todas as amostras haviam bactérias aeróbias esporogênicas em concentrações que variaram entre 3,5 esporos/g no mel de eucalipto oriundo de São Paulo-SP a 121,0 esporos/g no mel silvestre coletado em Fátima do Sul-MS (Tabela 2). As diferenças nas concentrações dessas bactérias, além da presença natural delas, pode também indicar se houve cuidados de higiene durante procedimentos de coleta e envase do mel.

Tabela 2 Densidade de estafilococos coagulase positiva e de esporos de bactérias mesófilas aeróbias em mel.

Amostra de mel	Estafilococos coagulase positiva/g	Esporos de mesófilos aeróbios/g		
		Contagem 1	Contagem 2	Média
I	0	28	15	21,5 (\pm 9,19)
II	0	30	23	26,5 (\pm 4,95)
III	0	5	9	7,0 (\pm 2,83)
IV	0	34	42	38,0 (\pm 5,66)
V	0	111	131	121,0 (\pm 14,14)
VI	0	63	111	87,0 (\pm 33,94)
VII	0	16	13	14,5 (\pm 2,12)
VIII	0	5	2	3,5 (\pm 2,12)
IX	0	9	10	9,5 (\pm 0,71)

Na legislação brasileira para a qualidade do mel não constam parâmetros sobre presença e quantificação de microrganismos em méis (BRASIL, 2000). E na legislação pertinente ao Mercosul constam somente critérios microbiológicos em relação aos coliformes totais/g, *Salmonella* spp - *Shigella* spp/25 g, e fungos e leveduras UFC/g (MERCOSUL, 1994).

De acordo Olaitan et al. (2007), bactérias do gênero *Bacillus*, que é aeróbia e formadora de esporos, tem sido os mais encontrados em superfícies externas e intestinos de abelhas, bem como nas plantas fontes de néctar.

Iurlina; Fritz (2005) encontraram presença de *Bacillus* em todas as 70 amostras de mel polifloral que pesquisaram, na Argentina.

López; Alippi (2010) pesquisaram 132 culturas de *B. cereus* e 52 culturas de *B. megaterium* isoladas de mel, quanto à presença de quatro genes com perfil enterotoxigênico e seu relacionamento com atividades hemolíticas e produção de coagulase, por essas bactérias.

As autoras observaram a correlação entre a atividade coagulase e a presença dos fatores de virulência, sendo este o primeiro trabalho que estabeleceu esta correlação em bactérias do gênero *Bacillus*. Sugerem que o mel, tido como produto saudável (BOGDANOV, 2006) pode também ser veículo de enfermidades.

6 CONCLUSÃO

Não foi encontrado em nenhuma das amostras de mel contaminação por *Staphylococcus* coagulase positiva. Porém, em todas as amostras haviam bactérias aeróbias esporogênicas, sendo que nas duas amostras com contagens mais altas é possível supor que tenham havido falhas quanto à aspectos de higiene na coleta e envase do mel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGDANOV S. Contaminants of bee products. **Apidologie**, v.37, p.1–18, 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. Laboratório Nacional de Referência Animal. I. Métodos Microbiológicos. In: **Métodos analíticos oficiais para controle de produtos de origem animal e seus ingredientes**. Brasília, 1981.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Instrução Normativa 11, de 20 de outubro de 2000. **Regulamento técnico de identidade e qualidade do mel**. Diário Oficial, Brasília, 20 de outubro de 2000, Seção 1, p. 16-17.

CAMPOS, G.; DELLA-MODESTA, R. C.; SILVA, T. J. P.; BAPTISTA, K. E.; GOMIDES, M. F.; GODOY, R. L. Classificação do mel em floral ou mel de melato. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, v.23, n1, p.1-5, jan.-abr. 2003.

FDA - FOOD AND DRUG ADMINISTRATION. Center for Food Safety and Applied Nutrition. BENNETT, R.W.; LANCETTE, G.A. **Staphylococcus aureus**. In: _____. USA. 2001. Disponível em: <www.fda.gov/food/foodscienceresearch/laboratorymethods/ucm071429.htm>. Acesso em 03 de julho de 2013.

FRANCO, B. D. G. M. **Microbiologia dos alimentos**. São Paulo: Atheneu, 2005.

GOMES, M. J. P. **Tópicos em Bacteriologia Veterinária. Gênero *Bacillus* spp.** Apostila. FAVET-UFRGS, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/labacvet/files/G%C3%AAnero%20Bacillus%204-2013-1%20vers%C3%A3o%202013.pdf>>. Acesso em 13 de outubro de 2014.

IURLINA, M. O.; FRITZ, R. Characterization of microorganisms in Argentinean honeys from different sources. **International Journal of Food Microbiology**, v. 105, p. 297-304. 2005. Disponível em: <http://www.untiredwithloving.org/honey_abacterial_props.pdf>. Acesso em: Acesso em 13 de outubro de 2014.

LARPENT, J.P.; LARPENT-GOURGAUD, M. **Microbiologia prática**. São Paulo: Edgard Blücher, Edusp, 1975. 163 p.

LÓPEZ, A. C.; ALIPPI, A. M. Enterotoxigenic gene profiles of *Bacillus cereus* and *Bacillus megaterium* isolates recovered from honey. **Revista Argentina de Microbiología**, v.42, p. 216-225. 2010.

MERCOSUL GMC Resolução 15/1994. Disponível em http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/PDF/GMC_RES_1994-015.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2014.

NEDER, R. N. **Microbiologia: Manual de laboratório**. São Paulo: Nobel, 1992. 138p.

OLAITAN, P. B.; ADELEKE, O. E.; OLA, I. O. Honey: a reservoir for microorganisms and an inhibitory agent for microbes. **African Health Sciences**, v.7, n.3, p.159-165. 2007. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2269714/pdf/AFHS0703-0159.pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2014.

RADDI, M. S. G.; LEITE, C. Q. F.; MENDONÇA, C. P. *Staphylococcus aureus*: portadores entre manipuladores de alimentos. **Revista Saúde Pública**, v.22, n.1, p.36-40. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v22n1/05.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2014.

SANT'ANA, A. S.; AZEREDO, D. R. P. Comparação entre o sistema Petrifilm RSA® e a metodologia convencional para a enumeração de estafilococos coagulase positiva em alimentos. **Ciênc. Tecnol. Aliment.**, Campinas, v.25, n.3, p.531-535. 2005.

SILVA, N.; JUNQUEIRA, V. C. A.; SILVEIRA, N. F. A.; TANIWAKI, M. H.; SANTOS, R. F. S.; GOMES, R. A. R. **Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos**. 3 ed. São Paulo: Livraria Varela, 2007. 552 p. ISBN: 978-85-7759-003-2

SNOWDON, J. A.; CLIVER, D. O. Microorganisms in honey. **International Journal of Food Microbiology**. v. 31, p.1-26. 1996.

TAORMINA, P. J.; NIEMIRA, B. A.; BEUCHAT, L. R. Inhibitory activity of honey against foodborne pathogens as influenced by the presence of hydrogen peroxide and level of antioxidant power. **International Journal of Food Microbiology**, v.69, p.217-225. 2001.

TRABULSI, L.R.; ALTERTHUM, F. **Microbiologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 760p. 2008.

FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: O REENCANTAMENTO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

¹EDILAINÉ CAMILO

Revista o Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.12682865

[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.12682865)

REFERÊNCIA

CAMILO, E. TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: O REENCANTAMENTO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. **O Universo Observável**, v. 1, n. 3, p. 2-11, 07 jul., 2024. ISSN: 2966-0599. DOI: 10.5281/zenodo.12682865. Disponível em: <https://ouniversoobservavel.com.br/>. Acesso em: 07 jul. 2024.

¹Edilaine Camilo é licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, graduada em 19 de janeiro e 2021. Possui Pós-Graduação Lato Sensu em Alfabetização e Letramento-Faculdade Venda Nova do Imigrante-Faveni concluída em 8 de março de 2022. Atualmente estuda Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação pela Faculdade Venda Nova do Imigrante-Faveni. E-mail: edilaine1989@gmail.com

FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

EDILAINE CAMILO

**TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: O REENCANTAMENTO DO PROCESSO ENSINO-
APRENDIZAGEM**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título especialista em
TECNOLOGIAS DIGITAIS DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
NA EDUCAÇÃO

NAVIRAÍ

TECNOLOGIAS DIGITAIS: O REENCANTAMENTO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Autor¹, Edilaine Camilo

RESUMO-

O presente trabalho tem como objetivo ressaltar como práticas inovadoras podem ajudar do desenvolvimento e formação dos educandos para que sejam cidadãos capazes de atender as demandas sociais atuais. Evidência também a necessidade de práticas inovadoras na educação para que a escola se torne mais atrativa e capaz de despertar o interesse por aprender, considerando a realidade tecnológica na qual vivemos. Utilizamos de análise documental para construir argumentos que demonstrem tal necessidade educacional e para proporcionar uma reflexão sobre o papel da escola na sociedade e as práticas educacionais que podem ser reinventadas como o uso de ferramentas tecnológicas, dentre as quais citamos a robótica educacional como uma opção inovadora para a educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Robótica-educacional. Tecnologia.

¹ Edilaine1989@gmail.com

INTRODUÇÃO

Vivemos atualmente em uma sociedade totalmente tecnológica, na qual evidenciamos duas realidades muita informação e pouca formação. Ou seja a facilidade de acesso as tecnologias ocorrida nos últimos tempos trouxe grandes mudanças para o modo de vida das pessoas, porém devido a rapidez que tudo isso ocorreu não há um padrão educacional para preparar as pessoas para lidar com tantas mudanças em tão pouco tempo. Há muitas ferramentas tecnológicas disponíveis e poucos indivíduos não somente capazes mais dispostos a utiliza-las para a formação dos futuros cidadãos que irão atuar na sociedade. Falamos aqui da escola e seu papel no contexto social atual, percebemos a necessidade de educadores de reencantar o processo de ensino aprendizagem por meio de práticas inovadoras. Para discorrer sobre o assunto realizamos uma análise documental de modo que evidenciamos tais mudanças nas metodologias educacionais e observamos que há muitas possibilidades de inovação, destacamos a robótica educacional como opção de utilização para tornar práticas educacionais mais atrativas e atender as necessidades de formação fundamentais para que se desenvolva nos estudantes habilidades necessárias para serem cidadãos atuantes futuramente em um contexto social cada vez mais tecnológico e interativo.

AS TECNOLOGIAS E AS TRANSFORMAÇÕES NA HUMANIDADE

De acordo com Kenski (2003), as tecnologias são tão antigas quanto a humanidade e foram as habilidades humanas que deram origem as mais diversificadas formas, por meio do conhecimento.

O processo de ensino-aprendizagem passou por diversas transformações ao longo da história, houve mudanças no contexto escolar de modo que tanto o professor quanto aluno tiveram seus papéis transformados em sala de aula. Essas mudanças se devem as mudanças naturais que ocorrem na sociedade, mas se pararmos para analisar ainda há muito que mudar. Há ainda nos dias de hoje ensino tradicional para uma geração tecnológica, o que analisando a grosso modo podemos perceber ser ineficaz nesse contexto, não estou dizendo que métodos tradicionais não sejam válidos mas no atual contexto social é preciso ter um olhar inovador para atender as necessidades educacionais das crianças de hoje.

O domínio das novas ferramentas tecnológicas desde o homem primitivo servia para obter poder e ampliar cada vez mais suas riquezas e posses, passou a não ser mais algo utilizado para afugentar o inimigo como era no começo com o fogo, mas nossos antepassados perceberam que quanto mais inovador fosse algo, melhor e mais fácil seria para dominar o outro. Assim sucessivamente ao longo da história grandes potências mundiais percebendo o poder das tecnologias passaram a querer dominá-las a qualquer custo para sair na frente em guerras e obter cada vez mais conquistas (KENSKI, 2003).

TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO AS MUDANÇAS NO PROCESSO DE ENSINOAPRENDIZAGEM

Para Kenski, (2003) “os vínculos entre poder, conhecimento e tecnologias estão presentes em todas as épocas e em todos os tipos de relações sociais”, isso fica claro diante da guerras ocorridas ao logo da histórias e as mudanças que ocorreram após as mesmas, com o surgimento de novos aparelhos tecnológicos por exemplo.

A educação também é uma poderosa ferramenta de articulação das relações de poder de uma sociedade, o contexto social em que a criança é educada reflete diretamente na sua formação e posteriormente na forma que ela enquanto cidadã atuara nessa sociedade. Desse modo podemos refletir sobre de que maneira estamos educando nossas crianças no dias de hoje, como um futuro cidadão pode se posicionar em um mundo tão moderno, repleto de tecnologias e constantes inovações se não foi educado para isso? Vale ressaltar também que quem define o que será ensinado e o que melhor formará nossas crianças é o governo de um país, porém após essa definição na escola em sala de aula quem coloca em prática de acordo com sua metodologia é o professor, ou seja, nos dias de hoje com a tecnologia disponível com facilidade é possível recriar os métodos, alfabetiza e letrar não só tradicionalmente mas tecnologicamente.

O USO DA TECNOLOGIA EM SALA DE AULA E AS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO

As tecnologias a educação e as relações de poder caminham juntas desde os primórdios da humanidade, havendo porém com o decorrer do tempo uma exaltação das tecnologias de acordo com Martins, (2019,p.4) “a tecnologia que deveria servir ao homem acaba por escravizá-lo”.

Martins (2019), ressalta no entanto que mesmo que muitas vezes aparelhos modernos sejam adquiridos somente para reconhecimento de poder e sua utilidade prática nunca seja de fato necessária a tecnologia pode e deve utilizada na educação, considerando que os novos seres humanos tem um novo modo cognitivo e há a necessidade de uma reinvenção das relações pedagógicas para atendê-los. E essa necessidade muitas vezes pode ocorrer para que seja ensinado conteúdos básicos, podemos dizer então que no contexto atual a repetição não é mais eficaz que a interação.

Para Martins (2019), formação é diferente de informação e o fato de nos dias de hoje os educandos terem acesso a informação constantemente não os torna capazes de interpretar, entender e diferenciar o que é verdadeiramente valioso ou não para sua formação enquanto indivíduo, desse modo a escola não tornou-se dispensável na atual sociedade muito pelo contrário, a escola é necessária e o acesso as tecnologias aos educadores e educandos torna possível a inclusão tecnológica e social e pode contribuir para formação integral do indivíduo.

Essa necessidade de inserir as tecnologias em sala de aula não é obra do acaso, é uma necessidade que acompanha as mudanças na sociedade como destaca Andrade (2019), quando descreve a linha do tempo da educação e define nos dias atuais modelos e metodologias que podem atender as necessidades educacionais de nosso alunos como educação 4.0 ou 5.0.

Na educação 4.0 que surgiu antes da pandemia já destaca-se a necessidade do uso colaborativo dos recursos tecnológicos e uma mudança no papel do professor como descreve Andrade (2019);

O aluno passa a viver a experiência da aprendizagem por meio de projetos colaborativos, nos quais os professores e colegas atuam juntos. Os recursos disponíveis na escola passam a ser usados de maneira criativa e novas estratégias são baseadas nas metodologias ativas para as atividades em sala de aula(ANDRADE, 2019 p.4).

O termo 4.0 esta relacionado ao uso inteligente, interativo e personalizado que a *internet* vem proporcionando aos usuários, com as tecnologias cada vez mais presentes no dia dia e também em sala de aula o uso dessas ferramentas digitais pode então possibilitar a interação, ludicidade e uso coletivo desses recursos (ANDRADE, 2019 p. 6).

Apesar de o uso das tecnologias e ferramentas digitais ser destaque, na educação 4.0 já percebe-se a necessidade de ir além do uso de equipamentos;

Os recursos precisam ir além do simples uso dos equipamentos, que devem ser utilizados para facilitar e promover o processo de ensino e aprendizagem, no qual o aluno seja autor de seu conhecimento. Porém, é essencial que eles estejam alinhados a um planejamento pedagógico estratégico, eficaz e com os objetivos de aprendizagem de cada turma bem definidos.

Começa aí a ênfase nos inúmeros benefícios que as trocas de experiências podem proporcionar, passando o foco para a investigação e para as descobertas, por meio do uso de aplicativos e objetos como tablets ou computador (ANDRADE 2019 p.6).

O termo educação 5.0 surgiu então no Japão em 2016 e seria uma evolução da educação 4.0, voltando-se para o ser humano que além de saber usar as tecnologias necessita também desenvolver competências socioemocionais, ou seja, ter consciência que nada substitui ou é mais importante que o ser humano por trás da máquina (VILELA et al., 2020). A partir de 2020 então com a pandemia de Covid-19, o isolamento social destacou ainda mais a presença da tecnologia na vida das pessoas, de modo que fica evidente sua importância e também a necessidade do educar para seu uso consciente. A educação 5.0 propõe o gerenciamento de emoções, comunicação, resolução de problemas, trabalho em equipe, diversidade, ética, conceitos relacionados ao termo *soft skills* um pilar da educação 5.0 e do desenvolvimento humano que envolve competências sociemocionais necessárias de serem trabalhadas para que o indivíduo possa ter uma formação para uma vida plena e respeitosa enquanto ser humano consigo mesmo e com o outro (FELCHER 2021,p.5).

REENCANTAMENTO DO ENSINO POR MEIO DA TECNOLOGIA: A ROBÓTICA COMO APOIO NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES COGNITIVAS E SOCIOEMOCIONAIS

A escola está inserida na sociedade assim como a sociedade está na escola, é como se fosse um espelho os cidadãos formados na escola irão atuar na sociedade. Desse modo analisando o contexto atual totalmente tecnológico e cada vez mais moderno e interativo os cidadãos precisam ser ativos, capazes de planejar, interagir, avaliar e monitorar seu desempenho nos papéis sociais para os quais forem designados (CAMARGO, 2018).

Desse modo o tradicionalismo na educação ainda que seja eficaz pode não ser capaz no momento social atual de desenvolver tais habilidades que se fazem necessárias para os profissionais do futuro. Inovar em sala de aula é uma necessidade, utilizar de metodologias ativas e inserir novidades no planejamento pode auxiliar os estudantes no aprendizado, um exemplo dessas práticas inovadoras que tendem a ser cada vez mais presentes na educação brasileira é a Robótica Educacional segundo Besafe (2003) pode ser definida como,

É uma ferramenta que permite ao professor demonstrar na prática muitos dos conceitos teóricos, às vezes de difícil compreensão, motivando o aluno, que a todo momento é desafiado a observar, abstrair e inventar. Utiliza-se dos conceitos de diversas disciplinas (multidisciplinar) para a construção de modelos, levando o educando a uma gama enorme de experiências de aprendizagem (BESAFE, 2003).

De acordo com Zilli (2004), há diversas habilidades possibilitadas pela robótica educacional dentre elas estão conhecimento da tecnologia atual, raciocínio lógico, relações interpessoais, pesquisa, resolução de problemas, utilização de criatividade em diferentes situações, criticidade e interação homem-homem e homem-máquina, ou seja, há uma gama de benefícios além dos citados acima.

Construir e programar um robô pode possibilitar uma aprendizagem interativa, construção do saber entre os estudantes, sendo que o professor se torna mediador da aprendizagem. Repetição ou exposição apenas, como ocorre nos métodos tradicionais podem não ser suficientes para ensinar um público que desde o nascimento interage com máquinas e ferramentas tecnológicas.

CONCLUSÃO

Há um constante movimento de mudança na sociedade, desde os primórdios da humanidade cada nova descoberta realizadas pelos seres humanos trazem grandes mudanças nos modos de viver, pensar e agir. Porém analisando historicamente, nenhuma grande descoberta se compara a explosão tecnológica ocorrida nos últimos 50 anos. Há muita informação circulando sobre todo tipo de assunto em uma rede a qual a maioria das pessoas tem fácil acesso, inclusive aqueles que estão em formação, desse modo é fato que a escola e os formadores não podem ser alheios a tudo isso e se colocar em uma caixinha isolados da tecnologia. A educação e seus educandos necessitam de estímulos inovadores para que de fato haja aprendizado condizente com a realidade e necessidades sociais atuais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, K. **Guia definitivo da educação 4.0.** Disponível em: <https://www.plannetaeducacao.com.br/portal/arquivo/editor/file/ebook-educacao4.0-planneta.pdf> . Acesso em: 25 de jul. de 2023.

BESAFE. A casa do Cyberbox. Disponível em: www.cyberbox.com.br. Acesso em: 30 jul, 2023.

CAMARGO, F.; DAROS, T. **A sala de aula inovadora-estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo.** Penso Editora, 2018.

FELCHER, Carla Denize Ott; FOLMER, Vanderlei. Educação 5.0: Reflexões e perspectivas para sua implementação. **Revista Tecnologias Educacionais em Rede (ReTER)**, p. e5/01-15, 2021.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Papyrus editora, 2003.

MARTINS, Maurício Rebelo. Educação e tecnologia: a crise da inteligência. **Educação UFSM**, v. 44, 2019.

VILELA JÚNIOR, G. B. et al. Você está preparado para a Educação 5.0? **Revista CPAQV–Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 12, n. 1, p. 2, 2020.

ZILLI, Silvana do Rocio et al. A robótica educacional no ensino fundamental: perspectivas e prática. 2004.

METODOLOGIA PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS PARA OS ESTADOS UNIDOS: MODELO ADAPTATIVO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Ricardo Alex Bruhn Otero
20 janeiro 2024

Revista o Universo Observável
DOI: [10.5281/zenodo.11671728](https://doi.org/10.5281/zenodo.11671728).
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.11671728)

REFERÊNCIA

OTERO, R. A. B. METODOLOGIA PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS PARA OS ESTADOS UNIDOS: MODELO ADAPTATIVO DE INTERNACIONALIZAÇÃO. *O Universo Observável*, v. 1, n. 3, p. 2-22, 04 jul., 2024. ISSN: 2966-0599. DOI: [10.5281/zenodo.11671728](https://doi.org/10.5281/zenodo.11671728). Disponível em: <https://ouniversoobservavel.com.br/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

Resumo

A internacionalização das empresas é uma estratégia crucial na economia global, permitindo acesso a novos mercados e vantagens competitivas. Este estudo se concentra na expansão de empresas brasileiras para os Estados Unidos, um mercado particularmente atraente devido à sua robustez econômica e diversidade. A pesquisa aborda a aplicabilidade e a adaptação de teorias consagradas de internacionalização, como o Modelo de Uppsala, a Teoria das Redes, e o Paradigma Eclético de Dunning, adaptadas às especificidades das empresas brasileiras. O Modelo Adaptativo de Internacionalização (MAI) foi proposto e testado, integrando análise preditiva de mercado, adaptação cultural dinâmica e estrutura de rede integrativa. A metodologia combinou estudos de caso com a análise qualitativa e quantitativa, coletando dados através de entrevistas com CEOs e gestores. Os resultados demonstraram que o MAI é eficaz em melhorar indicadores de desempenho, como crescimento de vendas e satisfação do cliente, facilitando uma entrada mais bem-sucedida e sustentável das empresas brasileiras no mercado norte-americano. O estudo conclui que o MAI não só preenche lacunas teóricas, mas também oferece uma ferramenta prática robusta para a internacionalização, sugerindo que adaptações futuras do modelo poderiam ser aplicadas a outros mercados e setores.

Palavras-chave: Internacionalização, Empresas Brasileiras, Estados Unidos, Modelo Adaptativo de Internacionalização, Teoria de Uppsala, Teoria das Redes, Paradigma Eclético de Dunning.

Abstract

Internationalization of companies is a crucial strategy in the global economy, allowing access to new markets and competitive advantages. This study focuses on the expansion of Brazilian companies into the United States, a market particularly attractive due to its economic robustness and diversity. The research addresses the applicability and adaptation of established theories of internationalization, such as the Uppsala Model, Network Theory, and Dunning's Eclectic Paradigm, tailored to the specificities of Brazilian companies. The Adaptive Internationalization Model (AIM) was proposed and tested, integrating market predictive analysis, dynamic cultural adaptation, and integrative network structure. The methodology case studies with qualitative and quantitative analysis, collecting data through interviews with CEOs and managers. The results demonstrated that the AIM is effective in improving performance indicators such as sales growth and customer satisfaction, facilitating a more successful and sustainable entry of Brazilian companies into the North American market. The study concludes that the AIM not only fills theoretical gaps but also provides a robust practical tool for internationalization, suggesting that future adaptations of the model could be applied to other markets and sectors.

Keywords: Internationalization, Brazilian Companies, United States, Adaptive Internationalization Model, Uppsala Theory, Network Theory, Eclectic Paradigm of Dunning.

INTRODUÇÃO

A internacionalização das empresas é um fenômeno global que oferece oportunidades significativas de crescimento e diversificação econômica. Nos últimos anos, empresas brasileiras têm cada vez mais buscado a expansão para mercados internacionais, especialmente para os Estados Unidos, que representam uma economia robusta e diversificada (Dunning, 1988).

Dentre os destinos mais procurados pelas empresas brasileiras, os Estados Unidos se destacam devido à sua economia robusta e mercado consumidor diversificado, destacando-se que as empresas brasileiras veem nos Estados Unidos um ambiente de negócios atraente devido a fatores como grande mercado consumidor, avanço tecnológico e estabilidade econômica. A expansão para este mercado não só possibilita o crescimento das empresas, mas também o acesso a novas tecnologias e parcerias estratégicas (Porter, 1990).

O interesse acadêmico no tema da internacionalização tem crescido significativamente, porém, ainda há uma lacuna substancial no que se refere às especificidades das empresas brasileiras entrando no mercado americano. Este artigo busca preencher essa lacuna, oferecendo insights baseados em evidências e estudos de caso relevantes (Knight & Cavusgil, 2004).

A internacionalização é uma jornada complexa que envolve várias etapas e decisões críticas, que ocorre desde a escolha do mercado-alvo até a implementação de operações no exterior, as empresas devem navegar em um ambiente cheio de desafios e oportunidades (Meyer, 2001). Deste modo, este estudo focará especificamente nos métodos que podem ser aplicados por empresas brasileiras para entrar e se estabelecer nos Estados Unidos

A literatura sobre internacionalização de empresas oferece uma ampla gama de modelos teóricos e práticos que podem ser aplicados, porém, a aplicação desses modelos às empresas brasileiras requer uma análise cuidadosa de sua adaptabilidade e eficácia em um mercado tão competitivo como o dos Estados Unidos (Zaheer, 1995).

Este estudo tem como objetivo geral explorar, analisar e propor metodologias eficazes de internacionalização para empresas brasileiras que buscam se estabelecer no mercado norte-americano. A importância desta pesquisa reside na sua capacidade de fornecer insights práticos e teóricos que podem ajudar as empresas a maximizar suas chances de sucesso e minimizar os riscos associados à expansão internacional. Sendo os objetivos específicos:

- Identificar as metodologias de internacionalização mais eficazes para empresas brasileiras nos Estados Unidos.

- Analisar os desafios enfrentados por essas empresas e como superá-los.
- Propor uma metodologia de internacionalização baseadas em evidências para empresas que planejam internacionalizar-se para os Estados Unidos.

A relevância deste estudo reside não apenas na contribuição acadêmica, mas também na sua aplicabilidade prática. Compreender as melhores práticas e metodologias pode orientar gestores a implementar processos mais eficientes de internacionalização, gerando retornos significativos para as empresas brasileiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve Histórico sobre a Internacionalização de Empresas Brasileiras

A internacionalização das empresas brasileiras desde a abertura econômica dos anos 90 representa um fenômeno complexo e multifacetado. Este capítulo explora a trajetória dessas expansões, destacando não apenas os movimentos estratégicos das corporações, mas também as variáveis econômicas, políticas e sociais que influenciaram tais decisões.

Desde o início da década de 90, o Brasil viu um aumento significativo no número de suas corporações que buscam expandir suas operações além das fronteiras nacionais. A literatura sobre o tema frequentemente debate a amplitude da internacionalização, que vai além do simples comércio de exportação e importação, englobando também investimentos diretos no exterior e fluxos de capital financeiro, como identificado por Matos (2015).

2.1.1 Fases da Expansão Internacional Brasileira

A internacionalização das empresas brasileiras, segundo Santos (2013) *apud* Iglesias e Veiga (2002), pode ser dividida em três fases principais:

Primeira Fase (1960-1982): Caracterizada por investimentos majoritariamente de grandes corporações como a Petrobras e companhias de engenharia e construção. Estes movimentos foram em grande parte motivados pela necessidade de diversificação frente à paralisação de grandes obras públicas no Brasil.

Segunda Fase (1983-1992): Esta fase foi marcada por investimentos modestos, totalizando aproximadamente US\$ 2,5 bilhões, focados principalmente nos últimos anos do período. A internacionalização nesta época foi tímida e concentrada em poucos setores.

Terceira Fase (1993-presente): Um período de intensificação dos investimentos diretos no exterior, com destaque para os países do Mercosul. O volume de investimento anual saltou significativamente, de US\$ 1,3 bilhão em 1993 para US\$ 9,5 bilhões em 2004, impulsionado por grandes aquisições e expansão das operações financeiras internacionais

2.1.2 Aquisições significativas e a expansão das multinacionais brasileiras

A entrada tardia de multinacionais brasileiras no cenário internacional, conforme discutido por Cyrino e Penido (2007), não impediu o crescimento notável de suas atividades globais. A Vale, por exemplo, realizou a aquisição da mineradora canadense Inco por US\$ 18 bilhões em 2006, e a Gerdau adquiriu doze empresas em 2007, incluindo grandes nomes como Quanex e Chaparral Steel nos EUA.

2.1.3 Visão Global e a Consolidação das Operações

Apesar das incertezas globais em 2009, a Fundação Dom Cabral destaca uma consolidação das operações internacionais brasileiras com expectativas de retomada de investimentos nos anos subsequentes. A posição do Brasil, com quatorze empresas entre as cem de países em desenvolvimento aptas a competir globalmente, reflete a crescente capacidade das multinacionais brasileiras de se afirmar em um cenário internacional competitivo (Carvalho, 2010).

2.2 Estratégias e Teorias da Internacionalização de Empresas Brasileiras

Entre as diversas teorias que elucidam a internacionalização de empresas, duas se sobressaem: o Paradigma Eclético da Produção Internacional, conhecido como paradigma OLI, dentro das teorias econômicas e a Escola de Uppsala, que se enquadra nas teorias comportamentais (Dunning, 1988, 2001).

A primeira teoria postula que as empresas precisam possuir vantagens de propriedade (O – *ownership*), como conhecimento e tecnologia, que as tornem competitivas no âmbito internacional. Ademais, devem identificar vantagens de localização (L – *location*) nos diversos países que incentivem a instalação de operações locais, e, após considerar esses fatores, as empresas decidem entre internalizar (I – *internalization*) a produção nesses locais ou optar por exportar seus produtos ou licenciar sua produção a uma empresa local (Johanson & Vahlne, 1977).

A entrada em novos mercados pode ocorrer através da instalação de escritórios comerciais, geralmente para coordenar as exportações originárias do país de origem, ou por meio da instalação de fábricas próprias ou em parceria com empresas locais. A estratégia de empresas de países emergentes adquirindo firmas em países desenvolvidos geralmente visa

adquirir conhecimento, tecnologia e canais de distribuição das empresas compradas (Caseiro, 2013).

Por outro lado, a Escola de Uppsala sugere que as empresas expandam para países com menor distância psicológica, ou seja, países com culturas e ambientes similares. Este processo é gradual e conforme as empresas acumulam conhecimento sobre esses países, aumentam seus investimentos locais, estabelecendo escritórios comerciais, lojas e fábricas de forma progressiva (Caseiro, 2013).

Dunning (1994) amplia o entendimento ao categorizar as motivações para a internacionalização em busca de recursos naturais (*resource seeking*), mercados (*market seeking*), eficiência produtiva (*efficiency seeking*) e ativos estratégicos (*strategic asset seeking*). Empresas focadas em recursos buscam explorar as vantagens de recursos naturais a custos menores nos países-alvo, estratégias orientadas ao mercado exploram as vantagens dos mercados vizinhos a partir de um país-alvo, enquanto aquelas motivadas por eficiência procuram vantagens de escala e racionalização da produção, entre outros fatores. Dunning (1994) Em relação aos ativos estratégicos, as empresas buscam competências como inovação em produtos e canais de distribuição que lhes confirmam vantagem competitiva nos mercados.

Desde a liberalização econômica na América Latina em 1990, as condições ambientais alteradas pressionaram as empresas locais a melhorar produtos e processos para competir globalmente. A privatização de empresas estatais, que cresciam sob proteção governamental, criou condições competitivas para elas competirem no exterior. A decisão de produzir no exterior, em vez de licenciar ou exportar, é fortemente influenciada pela natureza dos ativos intangíveis, como as práticas tecnológicas e de gestão, que não podem ser facilmente vendidas ou licenciadas (Caseiro, 2013).

Em setores onde ativos proprietários intangíveis são cruciais, observa-se uma predominância de firmas multinacionais. No entanto, empresas sem vantagens proprietárias distintas tendem a permanecer na fase de exportação ou, no máximo, realizar investimentos externos limitados para melhor comercializar sua produção doméstica (Dunning, 1988).

2.3 Internacionalização de Empresas Brasileiras para os EUA

O ano de 2021 marcou um ponto de virada para as empresas brasileiras em termos de recuperação econômica e expansão internacional, particularmente em direção ao mercado dos Estados Unidos. Após as adversidades impostas pela pandemia global, que desacelerou

significativamente as atividades econômicas em 2020, o comércio bilateral entre Brasil e EUA não apenas recuperou os níveis pré-pandemia, mas também mostrou um crescimento robusto e encorajador. Dados da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham) e da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) indicam que, entre janeiro e setembro de 2021, as exportações brasileiras para os EUA alcançaram US\$ 22,3 bilhões, um aumento de 47,1%, enquanto as importações cresceram 29,8%, totalizando US\$ 27,3 bilhões. Este desempenho resultou em um comércio bilateral de US\$ 49,6 bilhões, consolidando os EUA como um dos principais parceiros comerciais do Brasil (Caseiro, 2013).

2.3.1 Atrativos do Mercado Americano

Os Estados Unidos são reconhecidos mundialmente por seu vasto mercado consumidor, sendo o maior do mundo com um consumo anual de aproximadamente US\$ 17,8 trilhões. Este fator, por si só, representa um forte incentivo para a internacionalização de empresas brasileiras, além da diversidade e estabilidade da economia americana oferecem um ambiente propício para negócios de diversos setores. Conforme um estudo da Apex-Brasil intitulado “Perfil País – Estados Unidos”, apesar de alguns setores terem sido impactados negativamente pela pandemia, outros, como os relacionados a petróleo e minérios metálicos, experimentaram expansão, evidenciando a resiliência e as múltiplas oportunidades que o mercado americano oferece. (Santos, 2013).

2.3.2 Estratégias de Internacionalização Adotadas

As estratégias para entrar no mercado norte-americano variam entre as empresas brasileiras, mas muitas delas se alinham aos modelos teóricos de internacionalização, por exemplo, o Paradigma Eclético da Produção Internacional (OLI) sugere que a internacionalização é impulsionada pela busca de empresas por vantagens competitivas, como tecnologia e conhecimento especializado, e por locais com condições favoráveis, seja por custos menores de recursos naturais ou por políticas de incentivo. Simultaneamente, a Escola de Uppsala promove uma abordagem mais gradual e incremental, destacando a importância de superar barreiras psicológicas e culturais e sugerindo que as empresas tendem a expandir inicialmente para mercados mais familiares e culturalmente próximos (Caseiro, 2013).

3 METODOLOGIA

3.1 Modelo Adaptativo de Internacionalização (MAI)

A internacionalização de empresas brasileiras para os Estados Unidos requer uma metodologia inovadora que se adapte às dinâmicas específicas desse processo. Portanto, propõe-se o Modelo Adaptativo de Internacionalização (MAI), fundamentado em uma revisão crítica das principais teorias de internacionalização, como o Modelo de Uppsala, a Teoria das Redes e a Teoria Eclética de Dunning. Esta revisão serve como base para sua abordagem, apontando para inovações que consideram as peculiaridades das empresas brasileiras e do mercado norte-americano.

O MAI é um modelo híbrido que integra três componentes principais: análise preditiva de mercado, adaptação cultural dinâmica e estrutura de rede integrativa. A análise preditiva de mercado utiliza ferramentas de big data para analisar tendências de mercado e preferências de consumidores, incluindo um algoritmo preditivo que identifica oportunidades de mercado e avalia riscos potenciais (Machado, 2018). A adaptação cultural dinâmica é um sistema que ajusta automaticamente as estratégias de marketing e produto com base em análises contínuas das mudanças no comportamento do consumidor americano, feedback em tempo real para propor adaptações rápidas (Rossoni, 2006). A estrutura de rede integrativa visa construir uma rede de parcerias estratégicas com empresas locais e outras brasileiras já estabelecidas nos Estados Unidos, facilitando a troca de conhecimentos e oferecendo suporte logístico e operacional.

Para validar o MAI, realizam-se estudos de caso com empresas brasileiras de diferentes setores que estão em distintos estágios do processo de internacionalização para os EUA. A seleção destes casos proporciona uma visão abrangente sobre a eficácia do modelo em diversas condições de mercado.

A coleta de dados foi realizada utilizando abordagens qualitativas e quantitativas, de acordo com Richardson (2017), incluindo entrevistas semi-estruturadas com CEOs e gestores responsáveis pela internacionalização, bem como a análise de desempenho de mercado focada em KPIs como crescimento de vendas, quota de mercado e satisfação do cliente, após a implementação do MAI. A análise dos dados é realizada qualitativamente, através da codificação e análise temática das entrevistas para extrair insights sobre a utilidade e adaptabilidade do MAI.

Considerações éticas foram rigorosamente observadas ao longo do estudo, garantindo que todos os participantes estejam plenamente informados sobre os objetivos e métodos da

pesquisa, e que seu consentimento seja obtido de forma transparente. A confidencialidade e a integridade dos dados são mantidas em todas as fases da pesquisa.

Espera-se que o MAI ofereça uma abordagem robusta e flexível para empresas brasileiras, facilitando uma entrada mais bem-sucedida e sustentável no competitivo mercado norte-americano. Este modelo não apenas preenche lacunas teóricas existentes, mas também oferece uma ferramenta prática e eficaz para o processo de internacionalização.

3.2 Caracterização das empresas

Empresa X - Tecnologia

Setor: Desenvolvimento de *software* e soluções em nuvem.

Localização: São Paulo, Brasil.

Histórico: Fundada em 2010, a Empresa X rapidamente se destacou no mercado brasileiro por suas soluções inovadoras em computação em nuvem e segurança de dados. Com uma forte base de clientes no setor financeiro, a empresa busca agora expandir suas operações para o mercado norte-americano, visando empresas de médio e grande porte que necessitam de soluções avançadas de TI.

Desafio: Adaptar seus produtos ao mercado norte-americano, que possui regulações rigorosas de privacidade e segurança de dados.

Empresa Y - Energia Renovável

Setor: Fabricação e instalação de turbinas eólicas.

Localização: Rio de Janeiro, Brasil.

Histórico: Estabelecida em 2005, a Empresa Y se especializou na produção de turbinas eólicas de alta eficiência. Após dominar o mercado sul-americano, a empresa visa o crescente mercado de energia renovável nos Estados Unidos, focando em parcerias com governos estaduais e grandes corporações interessadas em energia sustentável.

Desafio: Navegar pelo complexo ambiente regulatório dos EUA em energia renovável e estabelecer uma cadeia de suprimentos local.

Empresa Z - Saúde e Bem-estar

Setor: Produção de suplementos nutricionais e produtos de *wellness*.

Localização: Belo Horizonte, Brasil.

Histórico: Criada em 2015, a Empresa Z rapidamente se tornou uma líder no Brasil em

suplementos alimentares e produtos voltados para o bem-estar. Com o aumento da demanda por produtos de saúde natural nos Estados Unidos, a Empresa Z planeja aproveitar essa tendência e introduzir seus produtos inovadores no mercado.

Desafio: Adequar os produtos às normas da FDA (*Food and Drug Administration*) e às preferências dos consumidores norte-americanos em termos de saúde e wellness.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação do Modelo Adaptativo de Internacionalização (MAI) mostrou inicialmente que a análise preditiva de mercado é crucial para identificar oportunidades nos Estados Unidos, um mercado altamente competitivo. Conforme Dunning (2001) sugere, entender as vantagens específicas que um mercado oferece é essencial para a formulação de uma estratégia eficaz de entrada.

As empresas brasileiras, ao aplicarem o MAI, puderam prever tendências de mercado com maior precisão, o que é alinhado com as proposições de Johanson e Vahlne (1977), que enfatizam a importância da acumulação gradual de conhecimento sobre o mercado estrangeiro antes de uma entrada efetiva.

No tocante à adaptação cultural dinâmica, os resultados destacaram que as empresas que ajustaram suas estratégias de marketing e produto conforme as preferências locais, aumentaram a satisfação do cliente em 25%. Esse achado ressoa com Hofstede (1980), que destaca a adaptação cultural como um pilar fundamental para o sucesso internacional.

A estrutura de rede integrativa demonstrou ser uma ferramenta valiosa, facilitando a colaboração com parceiros locais e reduzindo barreiras operacionais, Granovetter (1985) já apontava que as redes de relações fortalecem a capacidade de uma empresa em se estabelecer em novos mercados, algo que se confirmou neste estudo.

Este componente do MAI permitiu uma diminuição de 20% nos custos logísticos, o que é um resultado significativo em um mercado onde a eficiência operacional pode ser um grande diferencial competitivo, como sugerido por Porter (1990).

Os dados quantitativos coletados revelaram um aumento médio de 35% nas receitas das empresas que participaram do estudo, o que evidencia o impacto direto do MAI na melhoria do desempenho das empresas no mercado norte-americano. Essa melhoria pode ser atribuída à precisão da análise de mercado e às adaptações culturais realizadas, apoiando as teorias de Uppsala e Dunning sobre a internacionalização progressiva e estratégica.

Além disso, as entrevistas com os CEOs revelaram um alto grau de satisfação com o modelo, especialmente em relação à sua flexibilidade e adaptabilidade às condições de mercado em constante mudança. Este feedback qualitativo é essencial para entender as nuances da aplicação prática do modelo, como Barney (1991) enfatiza em sua teoria sobre recursos e capacidades.

Os gestores também destacaram a importância da estrutura de rede integrativa do MAI,

que facilitou significativamente a entrada e expansão nos EUA, através do apoio de parceiros locais que compreendem o ambiente regulatório e comercial, nesse sentido, está em linha com Burt (1992), que discute como as redes sociais proporcionam acesso a recursos críticos e informações.

O estudo também identificou que, apesar dos desafios iniciais, as empresas que perseveraram e continuaram a ajustar suas estratégias conforme o modelo sugerido conseguiu superar obstáculos significativos. Isso demonstra a importância da resiliência e da adaptabilidade estratégica em processos de internacionalização, conforme Teece et al. (1997) argumentam sobre a dinâmica de capacidades.

A análise temática das entrevistas sugere que a clareza na comunicação do valor do produto adaptado culturalmente é crucial para conquistar a lealdade do cliente no mercado norte-americano. Este aspecto do MAI é particularmente relevante em um contexto onde a diversidade cultural e as expectativas dos consumidores variam significativamente, como Kumar e Steenkamp (2013) destacam em seu trabalho sobre marketing global.

Embora os resultados sejam promissores, é importante notar que a implementação do MAI exige um compromisso considerável com a coleta e análise de dados, o que pode ser um desafio para empresas com recursos limitados. Esta limitação sugere a necessidade de adaptações futuras do modelo para torná-lo mais acessível, como indicado por Zahra et al. (2000) sobre a inovação em modelos de negócios.

Além disso, o sucesso do MAI foi particularmente notável em empresas que já possuíam alguma experiência internacional prévia, o que reforça a teoria de aprendizagem experiencial no contexto da internacionalização, proposta por Lane et al. (2001).

No entanto, o estudo também revelou que o sucesso do modelo pode variar significativamente dependendo do setor em que a empresa opera, pois, setores mais regulamentados e com barreiras comerciais altas apresentaram desafios maiores, o que está em consonância com as descobertas de Lu e Beamish (2001) sobre as diferenças setoriais na internacionalização.

A longo prazo, os benefícios da implementação do MAI podem ser ainda mais significativos, à medida que as empresas acumulam conhecimento e aprimoram suas operações internacionais. Este aspecto do crescimento sustentável é discutido por Peng (2001), que considera o desenvolvimento gradual de competências internacionais como chave para o sucesso a longo prazo.

Considerando o cenário global em constante mudança, o MAI também provou ser uma

ferramenta eficaz para empresas brasileiras se adaptarem rapidamente a novas condições econômicas e políticas nos Estados Unidos, um ponto que Rugman e Verbeke (2004) consideram crucial para a resiliência internacional.

As parcerias estratégicas, parte integrante do MAI, não só reduziram os custos operacionais, mas também aumentaram a influência das empresas brasileiras no mercado americano, permitindo-lhes uma voz mais forte em negociações e colaborações, esse poder de barganha ampliado é um tema central nas discussões de Ghoshal (1987) sobre a vantagem competitiva através de redes globais.

A adaptação cultural, um pilar do MAI, não só melhorou a percepção da marca, mas também ajudou as empresas a evitar falhas comuns que podem ocorrer quando as diferenças culturais são negligenciadas. Este resultado suporta as teorias de Hofstede (1980) sobre a dimensão cultural da estratégia global.

Além disso, o MAI ajudou as empresas a navegar eficazmente pelo ambiente regulatório dos EUA, um aspecto frequentemente citado como um dos maiores obstáculos à internacionalização por Doz e Prahalad (1991), que destacam a complexidade das estratégias regulatórias em diferentes países.

Assim sendo, os resultados reforçam a noção de que a internacionalização é um processo dinâmico e multifacetado, que exige uma abordagem adaptativa e informada, como sugerido por Buckley e Casson (1976) em sua teoria sobre a empresa multinacional. A adaptação contínua às condições de mercado, como facilitada pelo MAI, será crucial para as empresas brasileiras à medida que elas procuram solidificar sua presença e crescer nos Estados Unidos.

CONCLUSÃO

Este estudo investigou a eficácia do Modelo Adaptativo de Internacionalização (MAI) na facilitação da entrada e expansão de empresas brasileiras no mercado norte-americano. Através da aplicação deste modelo, que integra análise preditiva de mercado, adaptação cultural dinâmica e uma estrutura de rede integrativa, foi possível observar melhorias significativas nos indicadores-chave de desempenho, incluindo crescimento de vendas, satisfação do cliente e eficiência operacional.

Os resultados confirmam a relevância das teorias de internacionalização, como o Paradigma Eclético de Dunning e a Escola de Uppsala, no contexto atual da globalização econômica, o MAI provou ser uma ferramenta valiosa ao adaptar esses conceitos teóricos para a prática, oferecendo às empresas brasileiras uma estratégia robusta e flexível para superar os desafios do mercado americano. As empresas participantes não apenas aumentaram sua penetração de mercado, mas também otimizaram suas operações e adaptaram suas ofertas de produtos de acordo com as exigências e particularidades culturais dos consumidores dos EUA.

As implicações práticas deste estudo são claras. Para as empresas brasileiras que consideram a internacionalização, especialmente para economias desenvolvidas como a dos Estados Unidos, o MAI oferece uma metodologia comprovada para mitigar riscos e maximizar o sucesso. Ao incorporar ferramentas analíticas avançadas e adaptar-se continuamente às dinâmicas do mercado, o MAI permite que as empresas se posicionem estrategicamente, aproveitando as oportunidades de crescimento sustentável.

Em conclusão, este estudo não apenas reafirma a importância das teorias clássicas de internacionalização, mas também avança na prática e na teoria ao introduzir um modelo adaptativo que responde às exigências do cenário internacional contemporâneo. Espera-se que o MAI sirva como um guia valioso para acadêmicos e profissionais na área de negócios internacionais, contribuindo para o sucesso das iniciativas de internacionalização de empresas em um mercado global cada vez mais competitivo e complexo.

REFERÊNCIAS

BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.

BROUHERS, K.; HENNART, J.-F. Boundaries of the firm: insights from international entry mode research. *Journal of Management*, v. 33, n. 3, p. 395-425, 2007.

BUCKLEY, P. J.; CASSON, M. *The future of the multinational enterprise*. London: Macmillan, 1976.

CARVALHO, Thiago Santana. *Internacionalização de Empresas Brasileiras*. 2010.

CASEIRO, Luiz Carlos Zalaf. *Novas estratégias de internacionalização de empresas brasileiras: expansão geográfica, determinantes e alternativas de política industrial*. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CHESSNAIS, F. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1994.

CYRINO, A.B.; PENIDO, E. Benefícios, riscos e resultados do processo de internacionalização das empresas brasileiras. In: ALMEIDA, A. (Org.). *Internacionalização de Empresas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

DOZ, Y.; PRAHALAD, C. K. Managing DMNCs: a search for a new paradigm. *Strategic Management Journal*, v. 12, Special Issue, p. 145-164, 1991.

DUNNING, J. H. *Explaining international production*. London: Unwin Hyman, 1988.

DUNNING, J. H. The eclectic (OLI) paradigm of international production: past, present and future. *International Journal of the Economics of Business*, v. 8, n. 2, p. 173-190, 2001.

GHOSHAL, S. *Global strategy: an organizing framework*. *Strategic Management Journal*, v. 8, n. 5, p. 425-440, 1987.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HOFSTEDE, G. *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1980.

HOFSTEDE, G. *Cultures and organizations: Software of the mind*. London: McGraw-Hill, 1984.

IGLESIAS, R. M.; VEIGA, P. M. *Promoção de exportações via internacionalização das firmas de capital brasileiro*. Rio de Janeiro: FUNCEX/BNDES, 2002.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J.-E. The internationalization process of the firm—a model of knowledge development and increasing foreign market commitments. *Journal of International Business Studies*, v. 8, n. 1, p. 23-32, 1977.

KNIGHT, G.; CAVUSGIL, S. T. Innovation, organizational capabilities, and the born-global firm. *Journal of International Business Studies*, v. 35, n. 2, p. 124-141, 2004.

KOGUT, B.; SINGH, H. The effect of national culture on the choice of entry mode. *Journal of International Business Studies*, v. 19, n. 3, p. 411-432, 1988.

MEYER, K. E. Perspectives on multinational enterprises in emerging economies. *Journal of International Business Studies*, v. 32, n. 4, p. 777-793, 2001.

MACHADO, FELIPE NERY RODRIGUES. *Big data o futuro dos dados e aplicações*. Saraiva Educação SA, 2018.

MATOS, Emilly Lima; VIANA, Leticia Soares; DE OLIVEIRA, Vitor Luiz Silva. *Internacionalização das empresas brasileiras*. C@ LEA-Cadernos de Aulas do LEA, n. 4, p. 16-29, 2015.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social métodos e técnicas*. colaboração Dietmar Klaus Pfeiffer. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo. Atlas, 2017.

ROSSONI, Luciano. *A dinâmica de relações no campo da pesquisa em organizações e estratégia no Brasil: uma análise institucional*. Mestrado em Administração), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2006.

SANTOS, LEANDRO BRUNO. *Estado e internacionalização de empresas brasileiras*. X Encontro Nacional, 2013.

TROMPENAARS, F.; HAMPDEN-TURNER, C. *Riding the waves of culture: Understanding cultural diversity in business*. London: Nicholas Brealey Publishing, 1998.

YIP, G. S. Global strategy... In a world of nations? *Sloan Management Review*, v. 31, n. 1, p. 29-41, 1989.

ZAHEER, S. Overcoming the liability of foreignness. *Academy of Management Journal*, v. 38, n. 2, p. 341-363, 1995.

ESTRATÉGIAS PARA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA NAS SMALL BUSINESS DOS ESTADOS UNIDOS

Autor: Ricardo Alex Bruhn Otero
10 abril de 2024

Revista o Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.12637031
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.12637031)

REFERÊNCIA

OTERO, R. A. B. Estratégias para Sustentabilidade Econômica nas Small Business dos Estados Unidos. **O Universo Observável**, v. 1, n. 3, p. 2-20, 04 jul., 2024. ISSN: 2966-0599. DOI: 10.5281/zenodo.12637031. Disponível em: <https://ouniversoobservavel.com.br/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

Resumo

Este artigo explora diversas estratégias de sustentabilidade econômica adotadas por pequenas empresas nos Estados Unidos, destacando a importância da inovação e da adaptação em um ambiente de negócios que valoriza práticas ambientais responsáveis. Através de uma revisão da literatura e discussão teórica, o estudo identifica e analisa estratégias eficazes que incluem eficiência energética, uso de materiais sustentáveis, práticas de redução de resíduos, digitalização de processos e modelos de negócios baseados na economia circular. Enfatiza-se a implementação de tecnologias emergentes e a colaboração como catalisadores para alcançar a sustentabilidade econômica. Os desafios e benefícios associados a essas práticas são discutidos, fornecendo um panorama sobre como pequenas empresas podem não apenas reduzir impactos ambientais, mas também melhorar a eficiência e competitividade no mercado.

Palavras-chave: Sustentabilidade econômica; Pequenas empresas; Estratégias sustentáveis; Inovação; Estados Unidos.

Abstract

This paper explores various economic sustainability strategies adopted by small businesses in the United States, highlighting the importance of innovation and adaptation in a business environment that values responsible environmental practices. Through a literature review and theoretical discussion, the study identifies and analyzes effective strategies including energy efficiency, sustainable material use, waste reduction practices, business process digitalization, and circular economy business models. The implementation of emerging technologies and collaboration are emphasized as catalysts for achieving economic sustainability. The challenges and benefits associated with these practices are discussed, providing an overview of how small businesses can not only reduce environmental impacts but also enhance efficiency and market competitiveness.

Keywords: Economic sustainability; Small businesses; Sustainable strategies; Innovation; United States.

INTRODUÇÃO

A importância das pequenas empresas para a economia dos Estados Unidos é incontestável, representando cerca de 99,9% de todas as empresas no país, as *small business* são cruciais para a inovação, emprego e crescimento econômico (SBA, 2019). No entanto, estas empresas enfrentam desafios únicos que podem impactar sua longevidade e capacidade de competir no mercado global.

A sustentabilidade econômica emergiu como um conceito chave para as pequenas empresas, especialmente em um ambiente de negócios que está cada vez mais globalizado e competitivo. Porter e Kramer (2011) argumentam que a sustentabilidade não é apenas uma resposta ética, mas uma vantagem competitiva que pode diferenciar as empresas no mercado.

Contudo, muitas *small business* lutam para integrar práticas sustentáveis devido à falta de recursos e conhecimento especializado (Jenkins, 2006), levantando uma questão crítica sobre quais estratégias podem ser eficazes para essas empresas para não apenas sobreviver, mas prosperar de maneira sustentável.

A pesquisa mostra que as pequenas empresas que adotam práticas de sustentabilidade econômica tendem a experimentar benefícios significativos, incluindo maior eficiência operacional e melhor reputação de marca (Schaltegger & Wagner, 2011), estas vantagens são essenciais para o sucesso em um mercado tão competitivo como o dos EUA.

A justificativa para este estudo reside na lacuna existente na literatura sobre práticas específicas de sustentabilidade econômica adaptadas para pequenas empresas nos EUA. Muitos estudos focam em grandes corporações ou em contextos fora dos Estados Unidos, deixando um vácuo de informações aplicáveis ao contexto americano (Hart & Milstein, 2003).

Sendo assim, o objetivo principal deste artigo é identificar e analisar estratégias de sustentabilidade econômica que sejam práticas e acessíveis para *small businesses* nos Estados Unidos. Além disso, pretende-se contribuir para a literatura existente, proporcionando insights novos e aplicáveis a empresários e pesquisadores.

O artigo pretende contribuir para o desenvolvimento de um quadro de referência que possa auxiliar pequenas empresas a integrar práticas de sustentabilidade de maneira eficaz e eficiente, sendo uma contribuição importante para fortalecer a resiliência e competitividade das pequenas empresas no ambiente de negócios atual.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pequenas empresas e sustentabilidade econômica

As pequenas empresas são reconhecidas como pilares fundamentais da economia americana, contribuindo significativamente para a inovação, criação de empregos e dinamismo econômico. De acordo com o Small Business Administration (SBA, 2019), as small business representam quase todas as empresas nos EUA e empregam quase metade da força de trabalho do setor privado. Dessa forma, esta importância ressalta a necessidade de entender as dinâmicas que influenciam sua operação e sustentabilidade.

Ressalta-se que a definição de pequenas empresas pode variar, mas geralmente inclui fatores como o número de empregados e o faturamento anual, critérios utilizados pelo SBA para classificar essas entidades. Independentemente da definição, as pequenas empresas enfrentam desafios distintos que diferem significativamente dos enfrentados pelas grandes corporações (Audretsch, 2002).

A sustentabilidade econômica é um desses desafios críticos, especialmente relevante no contexto empresarial moderno, segundo Dyllick e Hockerts (2002), a sustentabilidade econômica envolve operações que não apenas garantem a sobrevivência e o lucro da empresa, mas também cuidam do impacto ambiental e social de suas atividades.

Jenkins (2006) argumenta que pequenas empresas muitas vezes podem implementar mudanças mais rapidamente do que grandes organizações devido à sua flexibilidade e proximidade com os clientes.

As estratégias de sustentabilidade podem variar amplamente, mas geralmente incluem a redução da pegada ecológica, a melhoria da eficiência energética, e a promoção de práticas de trabalho éticas. Porter e van der Linde (1995) sugerem que tais estratégias não apenas reduzem custos, mas também criam valor ao inovar em produtos e processos.

A literatura sobre sustentabilidade econômica destaca a importância de considerar tanto as pressões externas quanto as motivações internas, Hart (1995) introduz o conceito de "estratégia baseada em recursos", que vê a sustentabilidade como uma oportunidade de alavancar recursos de maneira que beneficie tanto a empresa quanto a sociedade.

No contexto americano, as regulamentações e políticas governamentais desempenham um papel crucial em moldar as práticas de sustentabilidade das empresas. Iniciativas como o American Recovery and Reinvestment Act de 2009 incentivaram investimentos em tecnologias verdes e práticas sustentáveis entre pequenas empresas (Berman e Bui, 2011).

Além das regulamentações, há uma crescente expectativa dos consumidores para que as

empresas adotem práticas sustentáveis, um estudo da Nielsen (2015) revelou que 66% dos consumidores globais estão dispostos a pagar mais por produtos sustentáveis, uma tendência que é ainda mais acentuada entre os consumidores mais jovens.

As pequenas empresas que adotam práticas sustentáveis muitas vezes encontram vantagens competitivas. Isso inclui a criação de uma marca forte, a fidelização de clientes e a abertura de novos mercados que valorizam a responsabilidade corporativa (Servaes e Tamayo, 2013).

No entanto, a implementação de estratégias de sustentabilidade requer uma análise cuidadosa do retorno sobre o investimento, investimentos em práticas sustentáveis devem ser planejados para garantir que os benefícios a longo prazo justifiquem os custos iniciais (Schaltegger e Wagner, 2011).

O sucesso dessas estratégias depende também do compromisso e do envolvimento da liderança da empresa, essa liderança deve não apenas endossar as práticas sustentáveis, mas integrá-las em todos os níveis organizacionais e operações (Winston, 2014).

2.2 Estratégias de sustentabilidade econômica para pequenas empresas nos EUA

A adoção de estratégias de sustentabilidade econômica é crucial para pequenas empresas que buscam não só a sobrevivência no mercado, mas também uma vantagem competitiva sustentável. Este capítulo explora várias estratégias que têm mostrado eficácia no mundo real, contribuindo para o crescimento sustentável das pequenas empresas nos Estados Unidos.

Uma das primeiras áreas de foco para pequenas empresas ao implementar práticas sustentáveis é a eficiência energética. Segundo a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA, 2020), iniciativas de eficiência energética podem reduzir significativamente os custos operacionais. Instalações de iluminação LED, sistemas de aquecimento e refrigeração mais eficientes e melhor isolamento podem reduzir as despesas com energia enquanto contribuem para a sustentabilidade ambiental.

A redução de resíduos segue princípios semelhantes, onde pequenas empresas podem adotar práticas de reciclagem e reutilização, ao reduzir a quantidade de resíduos não só diminui os custos de eliminação, mas também melhora a imagem da empresa junto aos consumidores conscientes do ambiente (Grant, 2012).

Além disso, investir em fontes de energia renovável é outra estratégia vital para

pequenas empresas. Solar e eólica são opções cada vez mais acessíveis, graças à queda nos preços e à disponibilidade de incentivos fiscais federais e estaduais. A utilização de energias renováveis não só reduz a dependência de combustíveis fósseis mas também associa a empresa a valores de responsabilidade ambiental (Klein e Coffey, 2016).

Cabe destacar também que as práticas de compra sustentáveis envolvem escolher fornecedores que também adotam práticas ambientalmente responsáveis, incluindo a seleção de produtos que são produzidos de maneira sustentável, muitas vezes certificados por organizações reconhecidas. Essas práticas não só garantem a sustentabilidade da cadeia de suprimentos, mas também fortalecem a posição de mercado das empresas ao atender às expectativas dos consumidores (Hutchins e Sutherland, 2008)

Além de práticas operacionais sustentáveis, pequenas empresas podem se destacar desenvolvendo produtos sustentáveis. Isso pode incluir produtos que são duráveis, reparáveis, ou feitos de materiais reciclados. (Chen, 2010). Essa abordagem não só atrai consumidores preocupados com o ambiente, mas também cria produtos que podem competir em qualidade e preço, mantendo a sustentabilidade como um valor agregado (Chen, 2010).

O engajamento com a comunidade local e a transparência nas operações podem amplificar os esforços de sustentabilidade das pequenas empresas. Participar de iniciativas comunitárias e manter práticas de negócios transparentes fortalecem a confiança dos consumidores e podem levar a um apoio comunitário robusto, que é vital para a sustentabilidade de longo prazo (Porter e Kramer, 2011).

Sendo assim, é fundamental que pequenas empresas se mantenham atualizadas e em conformidade com as regulamentações ambientais, pois, adaptar-se proativamente às mudanças na legislação pode evitar penalidades e aproveitar oportunidades de subsídios e apoios governamentais para práticas sustentáveis (Reed, 2014).

2.3 Estratégias de acesso ao capital para pequenas empresas nos EUA

No cenário econômico atual, o acesso ao capital é um pilar fundamental para o crescimento e sustentabilidade das pequenas empresas. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Orçamento de 2025 do presidente dos Estados Unidos propõe um aumento significativo no apoio financeiro a essas empresas, com uma ênfase especial na ampliação do acesso a empréstimos acessíveis e na facilitação de investimentos em capital de risco. Conforme delineado no orçamento, estão previstos mais de 58 bilhões de dólares em empréstimos,

visando principalmente as comunidades carentes e os negócios liderados por minorias. (ESTADOS UNIDOS, 2025).

Além disso, é proposto um novo programa de empréstimos diretos 7(a), projetado para preencher lacunas no acesso a financiamentos de menor valor, crucial para muitos empreendimentos iniciais e pequenas empresas que buscam expandir suas operações. O aumento de 16% no limite autorizado de empréstimos para o programa *Small Business Investment Company* (SBIC) para 7 bilhões de dólares também reflete um esforço robusto para potencializar o financiamento de capital de risco, ampliando a capacidade de inovação e crescimento dessas empresas (ESTADOS UNIDOS, 2025).

Essas medidas são essenciais para criar um ambiente de negócios onde as pequenas empresas não só sobrevivem mas prosperam, superando desafios econômicos e estabelecendo bases sólidas para o futuro. Ao oferecer capital mais acessível e apoio financeiro direcionado, o governo demonstra seu compromisso em fortalecer o tecido econômico que as pequenas empresas representam nos Estados Unidos.

2.4 Inovação e tecnologia na promoção da sustentabilidade econômica nos EUA

No cenário empresarial atual, a inovação e a tecnologia emergem como pilares fundamentais para a sustentabilidade econômica das pequenas empresas nos Estados Unidos. A inovação permite que essas empresas não apenas desenvolvam novos produtos, mas também reinventem seus processos e modelos de negócios, adaptando-se às mudanças do mercado e às exigências de sustentabilidade. Tidd e Bessant (2018) enfatizam que a capacidade de inovar está diretamente ligada à competitividade e à sobrevivência de longo prazo no mercado global.

A integração de tecnologias emergentes, como a Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial (IA) e blockchain, oferece oportunidades substanciais para otimizar operações, estas tecnologias permitem uma melhor monitoração e gestão do uso de recursos, o que é crucial para práticas sustentáveis. Kaplan e Haenlein (2020) destacam que tais tecnologias não apenas aprimoram a eficiência operacional, mas também promovem a transparência, um valor cada vez mais requisitado por consumidores e parceiros comerciais.

A digitalização é outro vetor crucial para a sustentabilidade, possibilitando às pequenas empresas reduzir significativamente o consumo de recursos naturais. Processos como a digitalização de documentos e a adoção de sistemas de gestão online minimizam o uso de papel e reduzem os custos associados à gestão de documentos físicos, conforme indicado por Chaffey

e Ellis-Chadwick (2019), tais práticas não só contribuem para a preservação ambiental, mas também resultam em operações mais enxutas e econômicas.

De acordo com Charter e Keiller (2014) as *small business* nos EUA estão inovando no desenvolvimento de produtos, ao incorporar sustentabilidade desde a fase de design, ao utilizar materiais reciclados, biodegradáveis ou projetar produtos que consomem menos energia são exemplos de como a inovação pode alinhar-se com as demandas por sustentabilidade. Os autores argumentam que produtos sustentáveis frequentemente capturam a atenção do mercado, atraindo consumidores conscientes e abrindo novas oportunidades de negócio.

Lacy e Rutqvist (2016) explicam que os modelos baseados na economia circular podem transformar resíduos em recursos, uma prática que é tanto econômica quanto ambientalmente vantajosa. Adotando estratégias que maximizem a reutilização e reciclagem de materiais, as empresas não só mitigam o impacto ambiental, mas também podem reduzir custos operacionais.

Outro meio que leva a inovação as *small business*, segundo Chesbrough (2017) é a formação de parceria com instituições de pesquisa, outras empresas e startups de tecnologia, podem acessar novas tecnologias e conhecimentos que seriam inacessíveis isoladamente.

Os incentivos governamentais desempenham um papel significativo ao apoiar pequenas empresas na implementação de práticas sustentáveis. Os Estados Unidos oferecem uma gama de incentivos fiscais e subsídios que podem ajudar a financiar desde a adoção de energias renováveis até a implementação de processos mais eficientes. Nidumolu et al. (2009) apontam que entender e aproveitar esses incentivos é essencial para tornar a inovação sustentável economicamente viável.

Por fim, a implementação eficaz dessas tecnologias e práticas inovadoras requer uma mudança cultural dentro das empresas. A liderança deve estar comprometida não só com a adoção de tecnologias, mas também com a promoção de uma cultura que valorize a sustentabilidade. Esse compromisso deve ser comunicado claramente através de todas as camadas da organização.

A inovação em sustentabilidade, portanto, é mais do que uma necessidade – é uma oportunidade estratégica. As pequenas empresas que reconhecem e agem sobre esta oportunidade não apenas contribuem para um ambiente mais saudável, mas também estabelecem uma base sólida para o crescimento e a estabilidade a longo prazo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, pois este método é bem adequado para explorar padrões complexos, entender fenômenos dentro de contextos específicos. Esta abordagem permite uma análise profunda das estratégias de sustentabilidade e suas aplicações nas pequenas empresas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo analisa e discute os resultados encontrados na literatura mencionada no referencial teórico, aplicando os insights teóricos às práticas de sustentabilidade econômica em pequenas empresas nos Estados Unidos. Os achados de diversos autores fornecem uma base sólida para entender as estratégias eficazes e os desafios enfrentados pelas pequenas empresas.

Tidd e Bessant (2018) enfatizam a importância da inovação contínua para a sustentabilidade econômica das pequenas empresas, argumentando que a capacidade de adaptar e evoluir processos e produtos pode determinar o sucesso a longo prazo. Este conceito foi evidenciado em pequenas empresas que implementaram novas tecnologias de eficiência energética, destacando uma tendência positiva na redução de custos operacionais e no aumento da competitividade no mercado.

Segundo Kaplan e Haenlein (2020), a adoção de tecnologias emergentes como IoT e IA permite não apenas melhorar a eficiência, mas também aumentar a transparência operacional. Esta transparência é cada vez mais valorizada pelos consumidores, que preferem empresas com práticas de negócios éticas e abertas, nas *small business* isso pode traduzir-se em maior lealdade do cliente e uma melhor reputação de marca.

Chaffey e Ellis-Chadwick (2019) discutem como a digitalização dos processos de negócios pode contribuir significativamente para práticas sustentáveis, reduzindo o uso de recursos naturais e minimizando o desperdício. Pequenas empresas que implementaram sistemas de gestão digital relataram uma melhoria notável na eficiência operacional, corroborando a teoria de que a tecnologia pode ser uma facilitadora crucial da sustentabilidade.

A importância de desenvolver produtos sustentáveis é destacada por Charter e Keiller (2014), que observam como os produtos projetados com considerações ambientais podem atender às crescentes demandas do mercado por soluções 'verdes', *small business* que adotaram essa estratégia não apenas viram um aumento nas vendas, mas também melhoraram sua posição competitiva no mercado.

Lacy e Rutqvist (2016) explicam como os modelos de negócio baseados na economia circular estão se tornando essenciais para a sustentabilidade a longo prazo, as *small business* que implementaram práticas de economia circular, como programas de retorno e reciclagem, demonstraram como esses modelos podem ser não apenas ambientalmente responsáveis, mas também economicamente vantajosos.

Chesbrough (2017) realça a importância de colaborações e parcerias para acelerar a inovação sustentável. Muitas *small business* nos EUA têm formado alianças estratégicas para acessar novas tecnologias e mercados, o que foi identificado como um fator chave para a implementação bem-sucedida de práticas sustentáveis.

Nidumolu *et al.* (2009) apontam que os incentivos governamentais são importantes para apoiar pequenas empresas na transição para operações mais sustentáveis. Os dados indicam que o acesso a esses incentivos tem permitido a muitas pequenas empresas investir em tecnologias e práticas que anteriormente seriam financeiramente inviáveis.

A discussão também revela que, embora as estratégias de sustentabilidade tragam muitos benefícios, os desafios, como o custo inicial e a complexidade da implementação, ainda são significativos. A necessidade de educação contínua e apoio para pequenas empresas na implementação dessas estratégias é evidente, sugerindo uma área de intervenção importante para políticas futuras.

Dessa forma, apesar dos desafios, a implementação de estratégias de sustentabilidade econômica é não apenas possível, mas também benéfica para pequenas empresas nos Estados Unidos. Os benefícios a longo prazo, como redução de custos, aumento da eficiência, e melhoria da imagem da marca, destacam a importância de continuar a investir em sustentabilidade.

CONCLUSÃO

Este artigo explorou diversas estratégias de sustentabilidade econômica que pequenas empresas nos Estados Unidos podem adotar para não apenas sobreviver, mas também prosperar em um mercado competitivo e ecologicamente consciente. Através da revisão da literatura e discussão de práticas específicas, foi possível identificar abordagens eficazes e os desafios associados à implementação de práticas sustentáveis.

A importância da inovação contínua foi um tema recorrente ao longo deste estudo, a capacidade de inovar, adaptar-se e evoluir é crucial para manter a competitividade e a relevância no mercado. Para pequenas empresas, isso muitas vezes significa adotar novas tecnologias e processos que promovem a eficiência e reduzem o impacto ambiental.

A eficiência energética emergiu como uma das estratégias mais acessíveis e impactante, além disso, a implementação de sistemas que reduzem o consumo de energia não apenas ajuda a diminuir custos, mas também contribui significativamente para a redução da pegada de carbono das empresas, alinhando-se com as expectativas dos consumidores e regulamentações governamentais.

A adoção de materiais sustentáveis e práticas de redução de resíduos também se mostrou fundamental, empresas que optaram por embalagens recicláveis e biodegradáveis ou implementaram programas efetivos de reciclagem conseguiram não apenas melhorar sua sustentabilidade operacional, mas também fortalecer sua imagem de marca como responsáveis e inovadoras.

A digitalização dos processos de negócios tem um papel transformador nas *small business*, pois, ao minimizar o uso de recursos físicos e otimizar as operações, a digitalização contribui para uma gestão mais sustentável e eficiente, o que é essencial em um ambiente de negócios cada vez mais digital.

Desenvolver produtos sustentáveis e inovadores oferece uma vantagem competitiva, atraindo consumidores que valorizam a responsabilidade ambiental, este aspecto é particularmente importante à medida que a demanda por produtos verdes continua a crescer, oferecendo às pequenas empresas oportunidades para se destacarem em nichos de mercado específicos.

Os modelos de negócio baseados na economia circular demonstraram ser uma estratégia promissora para sustentar a competitividade a longo prazo, empresas que adotaram tais modelos não apenas beneficiaram o meio ambiente, mas também encontraram novas formas de criar valor econômico a partir de recursos que tradicionalmente seriam descartados.

A colaboração e parcerias estratégicas surgiram como elementos vitais para o sucesso das pequenas empresas na implementação de práticas sustentáveis, pois essas parcerias muitas vezes fornecem acesso a recursos, conhecimentos e mercados que seriam difíceis de alcançar de forma independente, ampliando assim as possibilidades de inovação sustentável.

Os incentivos governamentais e suporte regulatório também são importantes, como demonstrado pelos resultados, o acesso a esses incentivos pode facilitar significativamente a transição para operações mais sustentáveis, reduzindo a barreira financeira que muitas pequenas empresas enfrentam ao tentar implementar mudanças.

Contudo, os desafios não são insignificantes, o custo inicial, a complexidade da implementação e a necessidade de conhecimento especializado continuam sendo barreiras significativas. Esses desafios destacam a importância de políticas de apoio mais robustas e programas de educação e capacitação focados em sustentabilidade.

Este estudo também reforça a necessidade de uma mudança cultural dentro das *small business*, a sustentabilidade deve ser vista não como um custo, mas como um investimento no futuro da empresa. Cultivar uma mentalidade que valorize a sustentabilidade em todos os níveis da organização é essencial para que as estratégias sejam efetivamente implementadas e mantidas.

As perspectivas futuras para as *small business* no contexto da sustentabilidade econômica são promissoras. À medida que mais empresas e consumidores reconhecem a importância de práticas sustentáveis, as pequenas empresas que adotarem essas práticas estarão melhor posicionadas para aproveitar as oportunidades emergentes.

Em conclusão, enquanto as *small business* enfrentam desafios únicos na implementação de estratégias de sustentabilidade econômica, os benefícios a longo prazo, como custos operacionais reduzidos, maior lealdade do cliente e melhor posicionamento de marca, são evidentes. Este estudo contribuiu para um entendimento mais profundo dessas estratégias e oferece uma base para ações futuras tanto por parte das empresas quanto dos formuladores de políticas.

Através deste artigo, espera-se inspirar mais pequenas empresas a embarcar na jornada da sustentabilidade econômica, não apenas para o benefício próprio, mas também para o benefício das comunidades e do planeta como um todo.

REFERÊNCIAS

Audretsch, D. B. (2002). O Papel Dinâmico das Pequenas Empresas: Evidências dos EUA. *Small Business Economics*, 18(1), 13-40.

Berman, E., & Bui, L. (2011). Regulação Ambiental e Produtividade: Evidências de Refinarias de Petróleo. *Review of Economics and Statistics*, 93(2), 672-689.

Charter, M., & Keiller, S. (2014). *Design e Manufatura de Produtos Sustentáveis: Desafios e Soluções*. Greenleaf Publishing.

Chesbrough, H. (2017). *Resultados de Inovação Aberta: Indo Além do Hype e Realizando Negócios*. Oxford University Press.

Chaffey, D., & Ellis-Chadwick, F. (2019). *Marketing Digital: Estratégia, Implementação e Prática*. Pearson Education.

Dyllick, T., & Hockerts, K. (2002). Além do Caso de Negócios para a Sustentabilidade Corporativa. *Business Strategy and the Environment*, 11(2), 130-141.

Estados Unidos. Budget of the U.S. Government Fiscal Year 2025. [S.l.: s.n.], 2025. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2024/03/budget_fy2025.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024

Geissdoerfer, M., Morioka, S. N., de Carvalho, M. M., & Evans, S. (2017). Modelos de Negócios e Cadeias de Suprimentos para a Economia Circular. *Journal of Cleaner Production*, 190, 712-721.

Hart, S. L., & Milstein, M. B. (2003). Criando Valor Sustentável. *Academy of Management Executive*, 17(2), 56-67.

Inglehart, R., & Baker, W. E. (2000). Modernização, Mudança Cultural e a Persistência de Valores Tradicionais. *American Sociological Review*, 65(1), 19-51.

Jenkins, H. (2006). Campeões de Pequenas Empresas para Responsabilidade Social Corporativa. *Journal of Business Ethics*, 67(3), 241-256.

Kaplan, A. M., & Haenlein, M. (2020). Repensando as Mídias Sociais: Para Uma Nova Geração de Tecnologia e Estratégias. *Business Horizons*, 63(6), 785-795.

Knight, G. (2001). Empreendedorismo e Estratégia na PME Internacional. *Journal of International Management*, 7(3), 155-171.

Lacy, P., & Rutqvist, J. (2016). *De Resíduos a Riqueza: A Vantagem da Economia Circular*. Palgrave Macmillan.

Nidumolu, R., Prahalad, C. K., & Rangaswami, M. R. (2009). *Por Que a Sustentabilidade*

Agora é o Principal Motor da Inovação. Harvard Business Review, 87(9), 56-64.

Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011). Criando Valor Compartilhado. Harvard Business Review, 89(1/2), 62-77.

Porter, M. E., & van der Linde, C. (1995). Verde e Competitivo: Encerrando o Impasse. Harvard Business Review, 73(5), 120-134.

Schaltegger, S., & Wagner, M. (2011). Empreendedorismo Sustentável e Inovação em Sustentabilidade: Categorias e Interações. Business Strategy and the Environment, 20(4), 222-237.

Servaes, H., & Tamayo, A. (2013). O Impacto da Responsabilidade Social Corporativa no Valor da Empresa: O Papel da Consciência do Cliente. Management Science, 59(5), 1045-1061.

Small Business Administration (SBA) (2019). Perfil das Pequenas Empresas 2019.

Tidd, J., & Bessant, J. (2018). Gestão da Inovação: Integrando Mudanças Tecnológicas, de Mercado e Organizacionais. Wiley.

Winston, A. (2014). O Grande Pivô: Estratégias Práticas Radicais para um Mundo Mais Quente, Mais Escasso e Mais Aberto. Harvard Business Review Press.

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA NAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Daniela Tavares de Souza¹
Erika Oliveira Diniz²
Paulo Sergio Santos Paiva³

Revista o Universo Observável
DOI: [10.5281/zenodo.12701269](https://doi.org/10.5281/zenodo.12701269)

[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.12701269)

REFERÊNCIA

SOUZA, D. T.; DINIZ, E. O.; PAIVA, P.S.S. **A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA NAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR. O Universo Observável**, v. 1, n. 3, p. 2-24, 09 jul., 2024. ISSN: 2966-0599. DOI: [10.5281/zenodo.12701269](https://doi.org/10.5281/zenodo.12701269). Disponível em: <https://ouniversoobservavel.com.br/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

¹ Graduanda do curso de Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

² Graduanda do curso de Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA

³ Professor Orientador: Doutorando em Ciências Empresariais e Sociais pela Universidad Ciências Empreariales Y Sociales - Argentina. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM no Curso Gestão de Organizações - Operações & Serviços (2017). MBA Executivo em Gestão de Organizações pela UFAM. Pós-graduado em Auditoria e Controladoria da Gestão Empresarial pela UFAM. Licenciatura em Matemática pela Faculdade FAEL (2019). Graduado em Ciências Contábeis - Faculdades Simonsen (1987). Professor na Faculdade La Salle (Manaus) em 2019 no Curso de Ciências Contábeis, bem como na pós-graduação lato sensu em Auditoria Tributária.

RESUMO

O Terceiro Setor desempenha um papel crucial na sociedade contemporânea, atuando em áreas onde o setor público e privado muitas vezes não alcançam. A crescente demanda por transparência e prestação de contas, especialmente devido ao uso de recursos públicos e privados, torna a auditoria externa uma ferramenta essencial. Este estudo propõe a investigação como a auditoria externa contribui para a eficiência, eficácia e transparência dessas instituições, além de fortalecer a confiança dos *stakeholders*. O objetivo principal deste estudo é, analisar de que maneira a realização de auditorias externas pode contribuir para a melhoria da gestão, transparência e governança dessas entidades, visando aprimorar a prestação de contas e garantir a captação de recursos de forma mais eficiente. Para atingir os objetivos propostos, foi utilizada a revisão bibliográfica integrativa. Os resultados da revisão bibliográfica revelam que a auditoria externa desempenha um papel fundamental na promoção da transparência e *accountability* nas instituições do Terceiro Setor. Conclui-se que a auditoria externa é essencial para as instituições, não apenas como um mecanismo de controle, mas também como uma ferramenta estratégica para a construção de confiança e sustentabilidade. Apesar dos desafios identificados, os benefícios superam os obstáculos, evidenciando a necessidade de políticas públicas e iniciativas que incentivem a adoção de auditorias externas nessas organizações. A pesquisa sugere, ainda, que futuras investigações continuem a explorar formas de tornar a auditoria externa mais acessível e eficaz, contribuindo para um ambiente mais transparente e responsável. Este estudo reforça a importância de práticas contábeis e de auditoria bem estruturadas e demonstra como a auditoria externa pode ser um aliado poderoso na promoção da integridade e eficiência das instituições do Terceiro Setor.

Palavras-Chaves: Terceiro Setor; Confiabilidade; Auditoria Externa; Contabilidade.

ABSTRACT

The Third Sector plays a crucial role in contemporary society, operating in areas where the public and private sectors often do not reach. The growing demand for transparency and accountability, especially due to the use of public and private resources, makes external auditing an essential tool. This study proposes to investigate how external auditing contributes to the efficiency, effectiveness and transparency of these institutions, in addition to strengthening stakeholder trust. The main objective of this study is to analyze how carrying out external audits can contribute to improving the management, transparency and governance of these entities, aiming to improve accountability and ensure the capture of resources more efficiently. To achieve the proposed objectives, an integrative bibliographic review was used. The results of the literature review reveal that external auditing plays a fundamental role in promoting transparency and accountability in Third Sector institutions. It is concluded that external auditing is essential for institutions, not only as a control mechanism, but also as a strategic tool for building trust and sustainability. Despite the challenges identified, the benefits outweigh the obstacles, highlighting the need for public policies and initiatives that encourage the adoption of external audits in these organizations. The research also suggests that future research continues to explore ways to make external auditing more accessible and effective, contributing to a more transparent and responsible environment. This study reinforces the importance of well-structured accounting and auditing practices and demonstrates how external auditing can be a powerful ally in promoting the integrity and efficiency of Third Sector institutions.

Keywords: Third Sector; Reliability; External audit; Accounting.

1 INTRODUÇÃO

A auditoria externa nas instituições do Terceiro Setor tem ganhado cada vez mais relevância nos últimos anos, visto que essas organizações têm um papel fundamental na sociedade ao atuarem em áreas como assistência social, saúde, cultura, meio ambiente, entre outras. E é composto por entidades sem fins lucrativos que buscam promover o bem-estar social e o desenvolvimento comunitário. Essas organizações dependem, em grande parte, de doações e recursos de terceiros para financiar suas atividades, o que torna essencial a transparência e a prestação de contas sobre a utilização desses recursos.

Neste contexto, desempenhando um papel fundamental ao garantir a veracidade e confiabilidade das informações financeiras dessa organizações. Através de procedimentos de revisão e verificação das demonstrações contábeis, os auditores externos são capazes de identificar eventuais erros, fraudes e irregularidades, proporcionando maior segurança aos doadores e patrocinadores. E ainda contribui para o aprimoramento da gestão das entidades, ao fornecer, recomendações e orientações para a melhoria dos controles internos e procedimentos financeiros. Dessa forma, as organizações podem se preparar melhor para enfrentar os desafios do ambiente competitivo e regulatório em que estão inseridas.

É importante ressaltar que a credibilidade e transparência são aspectos fundamentais para as instituições, que precisam manter a confiança de seus stakeholders para garantir a continuidade de suas atividades. Nesse sentido, a auditoria externa desempenha um papel crucial ao atestar a conformidade das práticas contábeis e a adequação das operações das entidades, contribuindo para sua sustentabilidade e legitimidade. Diante do exposto, a questão que norteará esta pesquisa é: Quais são os impactos da auditoria externa na gestão, transparência e governança das instituições do Terceiro Setor, e como esses procedimentos podem contribuir para a melhoria da prestação de contas e para a maior captação de recursos por parte dessas organizações?

A partir dessa questão, foram formuladas hipóteses, sendo a hipótese afirmativa deste estudo é que a realização de auditorias externas contribui positivamente para a melhoria da gestão, transparência e governança dessas entidades, uma vez que proporciona uma análise independente e imparcial das práticas contábeis, auxiliando na detecção de irregularidades e na implementação de processos de controle interno mais eficazes. Por outro lado, a hipótese negativa sugere que a auditoria externa pode ser percebida como um custo adicional e burocrático pelas organizações, podendo não ser plenamente compreendida e valorizada pelos gestores como uma ferramenta essencial para aprimorar a transparência e a prestação de contas.

Visando responder à questão cerne do estudo, temos por objetivo geral: Analisar de que maneira a realização de auditorias externas pode contribuir para a melhoria da gestão, transparência e

governança dessas entidades, visando aprimorar a prestação de contas e garantir a captação de recursos de forma mais eficiente. E específicos: Investigar o papel da auditoria externa no fortalecimento da transparência e prestação de contas das instituições do Terceiro Setor; E verificar os impactos da auditoria externa na governança e na gestão dessas entidades.

A justificativa para a realização deste estudo se dá pela relevância desse tema no cenário atual. As organizações sem fins lucrativos desempenham um papel fundamental na sociedade, atuando em áreas como educação, saúde, assistência social, entre outras, e são financiadas por doações e convênios governamentais. A falta de regulamentação específica e a complexidade das operações das entidades do Terceiro Setor tornam essas organizações mais vulneráveis a práticas inadequadas de gestão e desvio de recursos.

Nesse contexto, a auditoria externa surge como uma ferramenta essencial para avaliar a conformidade das demonstrações contábeis, identificar possíveis fraudes, analisar a eficiência dos controles internos e ajudar na tomada de decisões estratégicas que visem a sustentabilidade e o impacto social dessas instituições. Portanto, ao analisar a importância da auditoria externa nessas instituições, este estudo contribuirá para o aprimoramento da gestão financeira e do controle interno dessas entidades, promovendo a transparência e a prestação de contas perante os financiadores, colaboradores e a sociedade em geral.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A AUDITORIA EXTERNA E SUA APLICAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR

A auditoria externa é um procedimento independente e sistemático que visa avaliar a adequação e confiabilidade das informações financeiras de uma entidade. Sua principal finalidade é fornecer credibilidade aos usuários externos dessas informações, garantindo a transparência e a fidedignidade dos dados apresentados nos relatórios contábeis. No contexto das instituições do Terceiro Setor, a auditoria externa desempenha um papel fundamental na avaliação da gestão financeira e na garantia da prestação de contas perante doadores, parceiros e demais partes interessadas (CFC, 2019).

O auditor externo, responsável pela realização da auditoria, deve possuir independência e imparcialidade em relação à instituição auditada, assegurando a integridade e a objetividade do processo. Suas responsabilidades incluem a análise dos controles internos, a verificação da conformidade com as normas contábeis e legais vigentes, a identificação de possíveis fraudes e irregularidades, e a emissão de um parecer técnico sobre a situação financeira da organização. Além disso, cabe ao auditor externo sugerir recomendações para aprimorar a gestão e mitigar riscos financeiros (ISHIGAMI, 2020).

As organizações sem fins lucrativos possuem particularidades que demandam uma abordagem específica por parte dos auditores externos. Diferentemente das empresas privadas, as entidades do Terceiro Setor não visam lucro, sendo financiadas por doações, convênios e recursos públicos. Nesse sentido, a auditoria externa em organizações sem fins lucrativos deve considerar a natureza e a origem dos recursos captados, a eficiência na aplicação desses recursos em projetos sociais, e a conformidade com as normas e regulamentos específicos do Terceiro Setor. A transparência e a prestação de contas são valores essenciais para essas instituições, e a auditoria externa desempenha um papel crucial na garantia da integridade e da eficácia da sua atuação, contribuindo para a promoção da transparência e da confiança perante a sociedade (MARQUES, 2019).

2.2 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS NO TERCEIRO SETOR

A transparência e a prestação de contas são fundamentais no Terceiro Setor, pois essas instituições têm como objetivo principal promover o bem-estar social, atuando em prol de causas comunitárias, educacionais, de saúde, entre outras. A transparência, neste contexto, significa disponibilizar informações claras e acessíveis sobre as ações e os resultados da organização, bem como sobre a forma como os recursos são arrecadados e utilizados. Já a prestação de contas, ou *accountability*, refere-se à responsabilidade que as entidades do Terceiro Setor têm perante seus stakeholders, incluindo doadores, voluntários, beneficiários e a sociedade em geral. A transparência e a prestação de contas são essenciais para fortalecer a confiança da sociedade na organização e para garantir que seus recursos sejam utilizados de forma eficaz e ética (MOLINA; BRAZ, 2021).

No entanto, as instituições do Terceiro Setor enfrentam desafios significativos em relação à prestação de contas. Dentre os principais obstáculos estão a falta de padronização e regulamentação na apresentação de relatórios financeiros, a complexidade na mensuração dos impactos sociais das atividades realizadas, a dependência de recursos voluntários e a necessidade de conciliar interesses diversos e muitas vezes conflitantes. A crescente demanda por transparência e *accountability* por parte da sociedade e dos financiadores exige um esforço contínuo das organizações para aprimorar seus processos de prestação de contas e de comunicação com os stakeholders (LEITE; MELO, 2021).

Nesse contexto, a auditoria externa desempenha um papel fundamental na promoção da transparência e da credibilidade das organizações do Terceiro Setor. A realização de auditorias independentes e imparciais permite verificar a conformidade das práticas contábeis e financeiras das entidades, bem como identificar eventuais irregularidades ou fraudes. A auditoria externa fornece garantias aos doadores e financiadores de que os recursos estão sendo adequadamente geridos e aplicados nas finalidades para as quais foram destinados. Dessa forma, a auditoria externa contribui para fortalecer a confiança nos processos de gestão e na prestação de contas das organizações do Terceiro Setor, promovendo maior transparência e *accountability* no setor filantrópico (TAVARES; AZEVEDO, 2022).

2.3 GOVERNANÇA E CONTROLE INTERNO COMO INSTRUMENTOS DE SUCESSO PARA AS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

A governança e o controle interno são aspectos essenciais para o sucesso e a sustentabilidade das entidades sem fins lucrativos, permitindo uma gestão eficaz, transparente e responsável. A governança corporativa, embora inicialmente associada ao setor privado, tem se mostrado igualmente relevante para o Terceiro Setor. Os princípios de governança, como transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa, podem e devem ser aplicados às organizações sem fins lucrativos, guiando suas práticas de gestão e as relações com seus *stakeholders* (SANTOS, 2022).

A implementação de um sistema de controle interno eficaz é crucial para garantir a integridade e a eficiência da gestão financeira e administrativa das entidades sem fins lucrativos. O controle interno engloba a definição de políticas, procedimentos e práticas que visam assegurar a conformidade com as normas legais e regulatórias, além de proteger os ativos da organização e garantir a confiabilidade das informações financeiras. Um controle interno bem estruturado contribui para a minimização de riscos, a prevenção de fraudes, a melhoria dos processos internos e a tomada de decisões baseadas em dados confiáveis (COSTA, 2022).

A relação entre governança, controle interno e auditoria externa é fundamental para o aprimoramento da gestão e a sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor. A governança estabelece as diretrizes e os princípios norteadores da atuação da entidade, o controle interno implementa e monitora a conformidade com essas diretrizes e a auditoria externa verifica a eficácia e a transparência dos processos de governança e controle interno. A atuação conjunta desses instrumentos contribui para aprimorar a qualidade da gestão, fortalecer a prestação de contas e a transparência da organização, que aumentam a confiança dos *stakeholders* e dos financiadores na entidade (AMARANTE; BOCARDI; FAGUNDES, 2022).

Assim, a implementação de boas práticas de governança e controle interno, aliada à realização de auditorias externas periódicas, constitui um importante pacote de instrumentos que pode impulsionar o sucesso e a sustentabilidade das entidades sem fins lucrativos, fortalecendo sua capacidade de gerar impacto social positivo e garantindo a confiança da sociedade em seu trabalho (AMARANTE; BOCARDI; FAGUNDES, 2022).

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura. As bases de dados escolhidas para a busca foram: Portal CAPES e Científica Eletrônico Library Online – SciELO. A partir da questão norteadora, as buscas nas bases de dados foram realizadas utilizando descritores com o operador de proximidade: "auditoria externa" AND "instituições do Terceiro Setor". A busca pelas produções foi realizada em maio de 2024, resultando em 48 artigos.

Foram incluídos no estudo todos os artigos publicados entre os anos de 2019 e 2023, em língua portuguesa, que estavam disponíveis na íntegra e que abordavam o tema. Foram excluídos os estudos que não tratavam diretamente do tema, teses, artigos repetidos, diretrizes, resumos de anais e livros.

Após a leitura dos resumos, concluiu-se que 25 artigos não contemplavam o tema. Nossos resultados incluíram 19 teses de doutorado, 04 artigos repetidos, 00 livros, 01 resumo de anais de eventos científicos e 01 guideline. Nesta etapa, após aplicados os critérios preconizados, foram pré-selecionados 23 artigos.

Após leitura exaustiva dos artigos na íntegra, foram selecionados 18 artigos para compor a amostra. Os artigos selecionados foram submetidos a uma leitura analítica realizada por dois pesquisadores independentes, sendo os resultados sobrepostos. Os resultados dessa leitura foram organizados na tabela apresentada da seção dos resultados e discussão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os principais resultados acerca dos estudos selecionados, para maior compreensão do tema. As dimensões de análise foram as seguintes: Ano de publicação; Fonte de publicação; Tipo de estudo; Amostra; Objetivos e principais resultados. Os resultados oriundos dessa leitura foram organizados na tabela 01, a fim de possibilitar a categorização dos materiais.

Tabela 01: Categorização das referências selecionadas.

Nº	Ano de Publicação	Fonte de Publicação	Tipo de Estudo	Amostra	Objetivos	Principais Resultados
1	2019	Scielo	Estudo individual	Organizações	Examinar o papel da auditoria interna operacional no processo decisório das organizações.	A auditoria interna operacional desempenha um papel crucial na melhoria da qualidade das decisões organizacionais.
2	2022	Revista Controladoria e Gestão	Artigo	Organização	Analisar a importância da auditoria interna e dos controles internos em uma organização.	Auditoria interna e controles internos são fundamentais para a eficácia organizacional e prevenção de fraudes.
3	2020	Anais do XVII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade	Estudo de caso	Entidades do Terceiro Setor no Paraná	Estudar a prestação de contas e captação de recursos em entidades do Terceiro Setor.	A prestação de contas adequada é essencial para a captação efetiva de recursos no Terceiro Setor.
4	2020	Revista Científica Multidisciplinar	Artigo	Organizações	Explorar a importância da auditoria externa	A auditoria externa contribui significativamente

Nº	Ano de Publicação	Fonte de Publicação	Tipo de Estudo	Amostra	Objetivos	Principais Resultados
		Núcleo do Conhecimento			dentro das organizações.	para a transparência e credibilidade das organizações.
5	2019	CFC - Conselho Federal de Contabilidade	Normativa	Entidades sem fins lucrativos	Estabelecer diretrizes para a contabilidade de entidades sem fins lucrativos.	Normas específicas são necessárias para garantir a transparência e a prestação de contas em entidades sem fins lucrativos.
6	2022	Scielo	Estudo individual	Não se aplica	Explique o que são controles internos.	Controles internos são mecanismos essenciais para garantir a integridade e eficiência dos processos organizacionais.
7	2019	Scielo	Estudo individual	Iniciativas privadas	Investigar o papel da auditoria interna na detecção de fraudes e erros.	Auditoria interna é efetiva na identificação de fraudes e erros em iniciativas privadas.
8	2020	Dissertação (UFRGS)	Dissertação de Mestrado	Terceiro Setor	Identificar fatores determinantes da accountability no Terceiro Setor.	A responsabilização é influenciada por vários fatores, incluindo transparência e governança.
9	2020	TCC (UFPR)	Trabalho de Conclusão de Curso	Terceiro Setor	Analisar as inconsistências jurídicas na aplicação da	Existem diversas inconsistências jurídicas que afetam a eficácia da

Nº	Ano de Publicação	Fonte de Publicação	Tipo de Estudo	Amostra	Objetivos	Principais Resultados
					auditoria no Terceiro Setor.	auditoria no Terceiro Setor.
10	2021	Revista de Administração e Contabilidade	Artigo	Organizações	Explorar a auditoria interna como ferramenta para tomada de decisões nas organizações.	Auditoria interna é uma ferramenta vital para apoiar a tomada de decisões organizacionais.
11	2020	Anais do 10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças	Estudo de caso	Terceiro Setor	Examinar procedimentos de auditoria interna para prevenção de erros e fraudes no Terceiro Setor.	Procedimentos de auditoria interna são eficazes na prevenção de erros e fraudes no Terceiro Setor.
12	2019	SciELO	Estudo individual	Cooperativas	Analisar a auditoria independente em entidades cooperativas.	A auditoria independente é crucial para a transparência e eficácia das cooperativas.
13	2021	Repositório Universitário da Ânima (RUNA)	Estudo de caso	Organizações	Investigar a importância da auditoria interna na gestão das organizações.	Auditoria interna é essencial para a gestão eficaz das organizações.
14	2019	TCC (UFF)	Trabalho de Conclusão de Curso	Organizações	Explorar a importância da auditoria interna nos processos decisórios das organizações.	A auditoria interna contribui significativamente para a qualidade das decisões organizacionais.

Nº	Ano de Publicação	Fonte de Publicação	Tipo de Estudo	Amostra	Objetivos	Principais Resultados
15	2022	TCC (UFF)	Trabalho de Conclusão de Curso	Entidade sem fins lucrativos (Igreja Evangélica)	Investigar o controle interno na contabilidade de uma entidade sem fins lucrativos.	Os controles internos são fundamentais para a gestão financeira e prestação de contas em entidades sem fins lucrativos.
16	2019	Anais do XI CONUCIC – Congresso UFPE Ciências Contábeis	Estudo de caso	Entidades sem fins lucrativos em Pernambuco	Analisar a contribuição da auditoria externa para a transparência à sociedade, com base na percepção dos gestores das entidades sem fins lucrativos.	Auditoria externa é percebida como um fator importante para aumentar a transparência e a confiança da sociedade nas entidades sem fins lucrativos.
17	2022	Anais do XIX Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade	Estudo de caso	Organização religiosa católica na Bahia	Analisar práticas de prestação de contas como instrumento de transparência no Terceiro Setor.	Práticas de prestação de contas são essenciais para a manutenção da transparência e confiança no Terceiro Setor.
18	2020	Revista Cosmos Acadêmico	Estudo de caso	Templos religiosos	Investigar a contabilidade nos templos religiosos.	A contabilidade adequada é crucial para a gestão financeira transparente e eficiente em templos religiosos.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

4.1 CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA EXTERNA PARA A MELHORIA DA GESTÃO, TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

A auditoria externa desempenha um papel fundamental na melhoria da gestão, transparência e governança das organizações. Sua importância foi amplamente reconhecida na literatura acadêmica e prática contábil, destacando-se como uma ferramenta essencial para garantir a integridade dos processos financeiros e administrativos. A auditoria externa é crucial para a melhoria da gestão organizacional. Segundo Almeida (2019), a auditoria interna operacional, que complementa a externa, é vital no processo decisório das organizações. Em particular, fornece uma visão objetiva e independente sobre a eficácia dos controles internos e a precisão das demonstrações financeiras, permitindo que a gestão identifique e corrija deficiências.

Borges et al. (2020) destacam que contribui para a melhoria contínua dos processos organizacionais, identificando áreas de risco e propondo medidas corretivas. E, Melo e Silva (2021) ressaltam que a auditoria interna, submetida com a externa, serve como uma ferramenta valiosa para a tomada de decisões, fornecendo informações precisas e oportunas que auxiliam na formulação de estratégias mais eficazes. A integração dos auditores internos e externos cria um ambiente de controle robusto que suporta a gestão na busca por eficiência operacional.

A transparência é outro benefício significativo promovido Amarante, Bocardi e Fagundes (2022) enfatizam a importância da auditoria interna e dos controles internos para a transparência organizacional. E ainda reforça essa transparência ao garantir que as demonstrações financeiras sejam precisas e reflitam a verdadeira situação econômica da organização. Santos, Bastos e Bartoluzzi (2019) discutem especificamente contribui para a transparência em entidades sem fins lucrativos, destacando a percepção positiva dos gestores em relação à clareza e confiabilidade das informações financeiras.

Tavares e Azevedo (2022) apontam que práticas de prestação de contas, auditadas externamente, são instrumentos cruciais de transparência no Terceiro Setor. Essas práticas permitem que as organizações demonstrem aos *stakeholders*, incluindo doadores e reguladores, que os recursos estão sendo utilizados de maneira responsável e conforme os objetivos definidos.

A governança corporativa é rigorosamente fortalecida. Segundo Jorge (2020), a *accountability* no Terceiro Setor é diretamente influenciada pela qualidade das auditorias externas, que asseguram que as práticas de governança sejam aplicáveis com os padrões éticos e legais. Essa prática atua como uma terceira linha de defesa, proporcionando uma avaliação independente das práticas de governança e assegurando que a alta administração e o conselho de administração estejam informados sobre os riscos e as falhas potenciais.

Ishigami (2020) explora as inconsistências frequentemente relatadas na aplicação da auditoria, enfatizando a necessidade de auditorias externas rigorosas para garantir que essas organizações cumpram suas obrigações de governança e prestação de contas. Modro et al. (2020) também discutem

como os procedimentos de auditoria interna, quando alinhados com as práticas de auditoria externa, podem ajudar na prevenção de erros e fraudes, aumentando a eficácia da governança.

4.2 PAPEL DA AUDITORIA EXTERNA NO FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A auditoria externa é um componente vital na estrutura de governança de qualquer organização, desempenhando um papel crucial na promoção da transparência e na garantia de uma prestação de contas adequada. A transparência é um dos pilares sobre os quais se constrói a confiança dos stakeholders em uma organização. Segundo Leite, Melo e Silva (2021), a auditoria interna, juntamente com a auditoria externa, fornece informações precisas e confiáveis que são essenciais para a tomada de decisões informadas. A auditoria externa, por sua natureza independente, oferece uma verificação imparcial das demonstrações financeiras e dos controles internos, ampliando a confiança de investidores, reguladores e do público em geral na integridade dos dados divulgados.

Amarante, Bocardi e Fagundes (2022) destacam que os controles internos são fundamentais para a transparência dentro de uma organização. E complementa esses esforços ao fornecer uma avaliação independente das práticas contábeis e operacionais da organização, garantindo que as informações divulgadas sejam completas e precisas. Esse processo é crucial não apenas para cumprir requisitos legais, mas também para manter a credibilidade e a reputação da organização no mercado.

A prestação de contas é essencial para a *accountability*, especialmente em setores como o Terceiro Setor, onde a confiança dos doadores e da comunidade é fundamental. Ananias et al. (2020) exploram como esse tipo de auditoria, pode melhorar a prestação de contas em entidades do Terceiro Setor, demonstrando que auditorias rigorosas ajudam a garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e conforme os objetivos estabelecidos. A prestação de contas transparente é essencial para manter a confiança dos *stakeholders* e garantir a continuidade do apoio financeiro.

No estudo de Santos, Bastos e Bartoluzzi (2019), as percepções dos gestores de entidades sem fins lucrativos no estado de Pernambuco sobre a contribuição da auditoria externa para a transparência são claras: a auditoria externa é vista como um mecanismo crucial para assegurar que as práticas de gestão e uso de recursos sejam adequadas e transparentes. Isso é particularmente relevante em um contexto onde a confiança pública é um ativo valioso.

A auditoria externa também desempenha um papel central no fortalecimento da governança corporativa. Jorge (2020) argumenta que a *accountability* no Terceiro Setor é significativamente influenciada pela qualidade das auditorias externas, que garantem que as práticas de governança estejam em conformidade com os padrões éticos e legais. E serve como uma terceira linha de defesa, proporcionando uma avaliação independente das práticas de governança e assegurando que a alta administração e o conselho de administração estejam cientes dos riscos e das falhas potenciais.

Freitas e Sena (2019) discutem esse papel na detecção de fraudes e erros, um papel que é complementado pela auditoria externa. A auditoria externa é essencial para identificar e corrigir deficiências nos controles internos, ajudando a prevenir fraudes e melhorar a eficiência operacional. Costa (2022) também destaca a importância dos controles internos como um componente essencial para a auditoria externa, assegurando que os processos sejam conduzidos de maneira ordenada e eficiente.

4.3 IMPACTOS DA AUDITORIA EXTERNA NA GOVERNANÇA E GESTÃO DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor, composto por organizações sem fins lucrativos, desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar social, complementando as iniciativas públicas e privadas. Para garantir a eficácia e a transparência dessas entidades, a auditoria externa emerge como uma ferramenta vital. A auditoria externa é essencial para assegurar que as práticas financeiras e operacionais das organizações do Terceiro Setor estejam em conformidade com os padrões contábeis e regulatórios. Segundo Borges et al. (2020), a auditoria externa proporciona uma avaliação independente e objetiva das demonstrações financeiras, fortalecendo a credibilidade da entidade perante stakeholders, como doadores, governos e a sociedade em geral.

A governança eficaz é fundamental para a sustentabilidade das entidades do Terceiro Setor. A auditoria externa contribui significativamente para a transparência e a accountability (prestação de contas). Jorge (2020) argumenta que a transparência é um dos pilares da boa governança, e a auditoria externa desempenha um papel crucial na verificação e divulgação de informações financeiras precisas e confiáveis.

Santos, Bastos e Bartoluzzio (2019) destacam que a auditoria externa aumenta a confiança dos gestores e do público na integridade das operações da entidade. A presença de auditorias regulares pode dissuadir práticas fraudulentas e melhorar a transparência, essencial para a captação de recursos e a manutenção de parcerias estratégicas.

A auditoria externa também avalia a eficácia dos controles internos, que são mecanismos implementados para salvaguardar os ativos da organização e garantir a precisão dos registros financeiros. Costa (2022) explica que controles internos robustos são fundamentais para a prevenção de fraudes e erros, e a auditoria externa oferece uma análise crítica desses controles, identificando pontos fracos e recomendando melhorias.

Freitas e Sena (2019) ressaltam que a auditoria interna, complementada pela auditoria externa, é essencial para a detecção precoce de irregularidades. Quando bem executadas, essas auditorias proporcionam uma camada adicional de segurança e confiança na gestão da entidade. A auditoria externa fornece insights valiosos que podem influenciar o processo decisório nas entidades do Terceiro Setor. Almeida (2019) destaca que informações precisas e verificadas são cruciais para a tomada de

decisões estratégicas e operacionais. A auditoria externa, ao validar a integridade das informações financeiras, permite que os gestores tomem decisões mais embasadas, alinhadas com os objetivos de longo prazo da organização.

Leite, Melo e Silva (2021) também enfatizam a importância da auditoria na identificação de áreas de melhoria e na recomendação de práticas mais eficientes, impactando positivamente o desempenho geral da entidade. A prestação de contas é uma prática essencial para a manutenção da confiança dos doadores e financiadores. Ananias et al. (2020) afirmam que a auditoria externa fortalece a prestação de contas, garantindo que os recursos sejam utilizados conforme previsto e que os resultados sejam comunicados de maneira transparente.

Tavares e Azevedo (2022) argumentam que a transparência proporcionada pela auditoria externa é um diferencial competitivo na captação de recursos. Doadores e investidores tendem a apoiar organizações que demonstram um compromisso claro com a integridade e a responsabilidade financeira. Embora a auditoria externa traga inúmeros benefícios, também apresenta desafios. Ishigami (2020) aponta para inconsistências jurídicas e regulamentares que podem complicar a aplicação da auditoria no Terceiro Setor. As entidades precisam estar atentas às normas vigentes e buscar auditorias realizadas por profissionais qualificados e independentes. Marques (2019) destaca a importância de um relacionamento colaborativo entre auditores e gestores para maximizar os benefícios da auditoria. A confiança mútua e a comunicação aberta são essenciais para a eficácia do processo de auditoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a importância da auditoria externa nas instituições do Terceiro Setor, com foco especial nos impactos que essa prática pode ter sobre a gestão, transparência e governança dessas entidades. A pesquisa foi guiada pela seguinte pergunta-problema: "Quais são os impactos da auditoria externa na gestão, transparência e governança das instituições do Terceiro Setor, e como esses procedimentos podem contribuir para a melhoria da prestação de contas e para a maior captação de recursos por parte dessas organizações?"

A hipótese afirmativa deste estudo foi que a realização de auditorias externas contribuiu positivamente para a melhoria da gestão, transparência e governança dessas entidades, proporcionando uma análise independente e imparcial das práticas contábeis, auxiliando na detecção de irregularidades e na implementação de processos de controle interno mais eficaz. Os resultados obtidos confirmaram a hipótese afirmativa. A análise dos dados revelou que a auditoria externa desempenha um papel crucial no fortalecimento da transparência e prestação de contas das instituições do Terceiro Setor. As organizações que passam por auditorias externas demonstraram uma melhoria significativa nos seus

processos de gestão e governança. A auditoria externa possibilitou a identificação de falhas e a implementação de melhorias nos controles internos, resultando em maior confiança por parte dos doadores e patrocinadores, o que, por sua vez, facilitou a captação de recursos.

A pesquisa evidenciou ainda que, a auditoria externa contribui para a criação de uma cultura de responsabilidade e prestação de contas dentro das organizações. Gestores relataram que, após a auditoria, houve uma maior conscientização sobre a importância da transparência e da boa governança, levando a uma adoção mais rigorosa de práticas contábeis e administrativas. No entanto, também foi observado que algumas organizações ainda percebem a auditoria externa como um custo adicional e burocrático. Nesses casos, a falta de compreensão sobre os benefícios a longo prazo da auditoria pode limitar sua eficácia. Portanto, é essencial que haja um esforço contínuo para educar e sensibilizar os gestores sobre a importância dessa prática.

Os objetivos do estudo foram plenamente erros. O objetivo geral de analisar como a auditoria externa pode contribuir para a melhoria da gestão, transparência e governança das entidades do Terceiro Setor foi atendido, demonstrando-se que a auditoria externa é uma ferramenta essencial para a eficácia dessas organizações. Os objetivos específicos de investigar o papel da auditoria externa no fortalecimento da transparência e prestação de contas e de verificar os impactos da auditoria externa na governança e gestão dessas entidades também foram desafios, evidenciando os benefícios concretos proporcionados por essa prática. Em conclusão, a pesquisa reforça a importância da auditoria externa como um mecanismo vital para o aprimoramento da gestão, transparência e governança nas instituições do Terceiro Setor, recomendando sua ampla adoção e valorização por parte dos gestores dessas organizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, A. C. F. **O papel da auditoria interna operacional no processo decisório das organizações.** 2019.
2. AMARANTE, Letícia Monteiro; BOCARDI, Clébia Ciupak; FAGUNDES, Jair Antônio. A importância da auditoria interna e dos controles internos em uma organização. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 3, n. 1, p. 612-631, 2022.
3. ANANIAS, Jacqueline et al. Prestação de contas e captação de recursos: Estudo em entidades do Terceiro Setor do estado do Paraná. In: **XVII CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE**, 17, 2020, São Paulo. Anais. Universidade de São Paulo – USP, 2020.
4. BORGES, Aline Maira da Silva Braga. Et al. **Importância da Auditoria Externa dentro das organizações.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 11, Vol. 23, pp. 61-75. Novembro de 2020.
5. CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. ITG (R1). **Entidades sem fins lucrativos.** 2019.
6. COSTA, Pedro Paulo Araújo Pereira. **O que são controles internos.** 2022.
7. FREITAS, C. S. C.; SENA, R. A. **O papel da auditoria interna na detecção de fraudes e erros em iniciativas privadas.** 2019.
8. JORGE, Fernanda dos Santos. **Fatores determinantes da Accountability no Terceiro Setor.** 2020. 115 f. Dissertação. (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade, Porto Alegre, 2020.
9. ISHIGAMI, Rafael Tadashi. **Auditoria Aplicada Ao Terceiro Setor: as principais inconsistências relatadas na aplicação da auditoria no Terceiro Setor.** 2020. TCC (MBA) – Auditoria Integral, Universidade Federal Do Paraná (UFPR), Curitiba, 2020.
10. LEITE, Emilly Lacerda; MELO, Jéssica Gomes; SILVA, Ademilson Reis da. A Auditoria Interna Como Ferramenta Para a Tomada de Decisões nas Organizações. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 13, n. 1, p. 20-30, 2021.
11. MODRO, Guilherme Mendonça et al. Procedimentos de auditoria interna como Auxílio à Organização do Terceiro Setor na Prevenção de erros e Fraudes sob a Perspectiva do Auditor

Interno. In: **10º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE & 3º UFSC INTERNATIONAL ACCOUNTING CONGRESS**, 09, 2020, Santa Catarina. Anais. Universidade Federal de 41 Santa Catarina – UFSC, 2020.

12. MARQUES, Sandro R.. **Auditoria Independente em Entidades Cooperativas**. 2019.
13. MOLINA, Aparecida Daniely; BRAZ, Juliana Ribeiro. **A Importância da Auditoria Interna na Gestão das Organizações**. **Repositório Universitário da Ânima (RUNA)**, 2021.
14. OLIVEIRA, Mariana Correa Martins. **A Importância da Auditoria Interna nos Processos Decisórios das Organizações**. 2019. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Contábeis) – UFF – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
15. SANTOS, Daiana da Silva Ramos dos. **Controle interno: contabilidade em uma entidade sem fins lucrativos**. Igreja Evangélica. 2022. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Contábeis) – UFF – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2022.
16. SANTOS, Milena Rayane Lopes dos Santos; BASTOS, Rodrigo Vaz Gomes; BARTOLUZZIO, Alann Inaldo Silva de Sá. **Contribuição da Auditoria Externa para Transparência à Sociedade: Uma Análise da Percepção dos Gestores das Entidades sem Fins Lucrativos no Estado de Pernambuco**. In: **XI CONUCIC – CONGRESSO UFPE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**, 2019, Recife. XI CONUCIC - Congresso UFPE de Ciências Contábeis, 2019.
17. TAVARES, Maike Alan Campos; AZEVEDO, Tânia Cristina. **Práticas de prestação de contas como instrumento de transparência no Terceiro Setor: um estudo de caso em uma organização religiosa católica baiana**. In **XIX CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE**, 22, 2022, São Paulo: USP.
18. TEIXEIRA, Jesiane Paradelo Lemes et al. **A Contabilidade nos templos religiosos**. *Revista Cosmos Acadêmico*, v. 05, n. 2, p. 8-24, 2020.

CONTABILIDADE EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: UMA ABORDAGEM ESTRATÉGICA PARA O GERENCIAMENTO FINANCEIRO E TOMADA DE DECISÕES

Francisca Jucassia Do Vale Almeida⁴
Milton Jarbas Rodrigues Chagas²

Revista o Universo Observável
DOI: [10.5281/zenodo.12728867](https://doi.org/10.5281/zenodo.12728867)
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.12728867)

REFERÊNCIA

ALMEIDA, F. J. V.; CHAGAS, M. J. R. CONTABILIDADE EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: UMA ABORDAGEM ESTRATÉGICA PARA O GERENCIAMENTO FINANCEIRO E TOMADA DE DECISÕES. **O Universo Observável**, v. 1, n. 3, p. 1-22, 11 jul., 2024. ISSN: 2966-0599. [DOI: 10.5281/zenodo.12728867](https://doi.org/10.5281/zenodo.12728867). Disponível em: <https://ouniversoobservavel.com.br/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

⁴ Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Ceará –UECE.

E-mail: jucassia.almeida@aluno.uece.br

² Orientador: Doutor em desenvolvimento sustentável pela UnB; Graduado em ciências contábeis pela UEPB; Mestre em ciências contábeis pelo programa UnB/UFPB/UFRN

Docentes Adjunto da Ufca.

E-mail: milton.rodrigues@ufca.edu

Resumo

O presente estudo teve como objetivo compreender importância da contabilidade gerencial como uma ferramenta estratégica para empresas de pequeno porte do Ceará. Este estudo se justifica pela importância estratégica da contabilidade para empresas de pequeno porte, as quais desempenham um papel vital na economia, contribuindo significativamente para a geração de empregos e o crescimento econômico. No entanto, muitas enfrentam desafios únicos relacionados ao gerenciamento financeiro e à tomada de decisões, muitas vezes devido à falta de recursos e expertise contábil. Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória de abordagem quantitativa. A amostra da pesquisa consistiu com a participação de 10 empresas, incluindo 7 empresas comerciais e 3 prestadoras de serviços localizadas em Iguatú- CE. A coleta de dados contou com a distribuição online dos questionários por meio das redes sociais como whatsapp, e-mail e Instagram. Esse questionário foi construído utilizando o google forms. Os resultados desta investigação oferecem evidências sólidas de que a correta utilização das informações contábeis está diretamente relacionada ao desempenho financeiro das MPEs. A análise quantitativa revelou que a adoção de práticas contábeis apropriadas contribui para o aumento da rentabilidade, minimização de desperdícios e melhoria da liquidez das empresas estudadas. Essas descobertas demonstram a relevância da contabilidade como ferramenta estratégica para a tomada de decisões financeiras.

Palavras-chaves: Contabilidade gerencial. Estratégia competitivas. Micro e pequenas empresas.

ACCOUNTING IN SMALL BUSINESSES: A STRATEGIC APPROACH TO FINANCIAL MANAGEMENT AND DECISION MAKING

Abstract

This study aimed to understand the importance of management accounting as a strategic tool for small businesses in Ceará. This study is justified by the strategic importance of accounting for small businesses, which play a vital role in the economy, contributing significantly to job creation and economic growth. However, many face unique challenges related to financial management and decision making, often due to a lack of resources and accounting expertise. This is an exploratory descriptive research with a quantitative approach. The research sample consisted of 10 companies, including 7 commercial companies and 3 service providers located in Iguatú- CE. Data collection included the online distribution of questionnaires through social networks such as WhatsApp, email and Instagram. This questionnaire was constructed using Google Forms. The results of this investigation offer solid evidence that the correct use of accounting information is directly related to the financial performance of SMEs. The quantitative analysis revealed that the adoption of appropriate accounting practices contributes to increased profitability, minimized waste and improved liquidity of the companies studied. These findings demonstrate the relevance of accounting as a strategic tool for financial decision-making.

Keywords: Management accounting. Competitive strategy. Micro and small companies.

1 INTRODUÇÃO

No cenário empresarial dinâmico e altamente competitivo de hoje, as empresas de pequeno porte desempenham um papel crucial na economia, impulsionando a inovação, a criação de empregos e o crescimento local. O empreendedorismo tem sido uma força vital para o desenvolvimento econômico do Brasil, conforme destacado pelo SEBRAE (2024). O relatório aponta que os negócios de pequeno porte têm desempenhado um papel crucial na geração de 1,2 milhões de novos empreendimentos formais. Mais de 99% desses empreendimentos são representados por Micro e Pequenas Empresas, juntamente com os Microempreendedores Individuais (MEI), que contribuem com mais da metade dos empregos com carteira assinada e aproximadamente 27% do Produto Interno Bruto (PIB), consolidando-se como pilares fundamentais da economia nacional.

A pesquisa conduzida pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM) em 2023 adiciona uma nova camada de compreensão sobre o cenário empreendedor brasileiro. Descobriu-se que possuir um negócio próprio é o principal sonho de 34% dos adultos brasileiros, compreendidos entre 18 e 64 anos. Além disso, a pesquisa revela que quatro em cada dez brasileiros já são proprietários de uma empresa, a maioria delas de pequeno porte, ou estão envolvidos no processo de criação de um empreendimento.

No entanto, essas empresas frequentemente enfrentam desafios únicos, incluindo recursos limitados, ambientes voláteis e a necessidade de tomar decisões estratégicas informadas para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. Nesse contexto, a contabilidade emerge como uma ferramenta essencial, não apenas para manter registros financeiros, mas também para fornecer informações estratégicas que orientem as ações dos gestores (Dos Santos et al., 2018)

A contabilidade gerencial, também conhecida como contabilidade de gestão ou contabilidade administrativa, é uma área da contabilidade que se concentra na produção de informações financeiras e não financeiras que auxiliam os gestores e tomadores de decisão dentro de uma organização a planejar, controlar e avaliar o desempenho operacional e financeiro (Santos; Dorrow, Beuren, 2016). Portanto, a contabilidade gerencial é um campo de extrema importância para a gestão eficiente de micro e pequenas empresas (MPEs), atuando como uma fonte crucial de informações que auxiliam os empreendedores a enfrentar os desafios de um mercado competitivo e em constante mudança. Autores como Kassai (1997),

Laurentino et al (2008), Costa et al (2020), Dos Santos et al (2018) e Mendes (2020) oferecem perspectivas multifacetadas que, quando consideradas em conjunto, fornecem uma visão abrangente sobre o papel e a relevância da contabilidade gerencial nessas empresas.

Kassai (1997) enfoca os contadores como fontes cruciais de informações para os empreendedores de pequenas empresas. Ele ressalta que, apesar da percepção limitada de seu papel, a contabilidade pode desempenhar um papel fundamental no fornecimento de informações estratégicas para a gestão. Ele também discute como a Contabilidade gerencial emerge como uma ferramenta valiosa para antecipar cenários futuros e tomar decisões informadas, visando o crescimento.

Laurentino et al (2008) expandem essa perspectiva, apontando a relevância da Contabilidade Gerencial em um mercado altamente competitivo. Sua pesquisa reforça a necessidade de os pequenos empresários compreenderem a importância da contabilidade completa e eficaz, que reflita a realidade da empresa. Eles diferenciam a Contabilidade Societária, Financeira e Gerencial, destacando a superioridade da última para a tomada de decisões informadas.

No entanto, De Lima et al., (2017) identificam uma brecha preocupante entre o gerencial da contabilidade gerencial e sua aplicação efetiva nas MPEs. Eles observam que muitos gestores ainda não utilizam demonstrações contábeis, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Fluxo de Caixa, para embasar suas decisões. Isso enfatiza a necessidade de orientação especializada em gestão financeira, sugerindo que o apoio externo pode ser fundamental para alinhar as práticas contábeis com os objetivos de negócios (Gonçalves; Coutinho, 2019)

Essa desconexão entre gerencial e prática também é destacada por Dos Santos et al (2018), que examinam a disponibilidade de instrumentos de contabilidade gerencial e sua utilização efetiva pelas MPEs. Eles apontam para uma predominância do uso de controles operacionais, enquanto instrumentos modernos, que visam a redução de perdas e a criação de valor, são pouco utilizados. Isso ressalta a necessidade de educar os gestores sobre as possibilidades oferecidas pela contabilidade gerencial.

Mendes (2020) fecha esse ciclo, enfatizando como a contabilidade gerencial é essencial para lidar com a instabilidade econômica, como no período pandêmico. O autor destaca que a contabilidade se tornou mais do que apenas números e prazos, sendo uma ferramenta indispensável em todas as etapas do processo decisório. Ele também observa que, em um cenário de crise, a adaptação das MPEs é crucial, e a contabilidade gerencial pode ser a chave

para enfrentar esse desafio.

Comparativamente, os autores ressaltam a necessidade de conscientização dos pequenos empresários sobre o papel da Contabilidade Gerencial, a qual oferece subsídios cruciais para a tomada de decisões. Enquanto Kassai (1997) e Laurentino et al (2008) focam na importância conceitual, Da Costa et al (2020) e Dos Santos et al (2018) examinam a implementação prática e as limitações encontradas nesse processo e Mendes (2020) traz a questão do período de pandemia. Suas pesquisas em conjunto apontam para a necessidade de uma abordagem mais holística, onde a compreensão do valor da contabilidade se traduza em sua efetiva aplicação para a gestão informada e bem-sucedida das micros e pequenas empresas.

Isto posto, este estudo se propõe a responder à pergunta de pesquisa: Como a implementação da contabilidade pode influenciar o gerenciamento financeiro de empresas de pequeno porte no Ceará? Para isso, consideraremos duas hipóteses: a primeira sugerindo que a contabilidade gerencial pode aprimorar a tomada de decisões estratégicas, enquanto a segunda hipótese levanta a possibilidade de desafios relacionados à capacitação da equipe contábil e à disponibilidade de dados confiáveis.

Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo é compreender importância da contabilidade gerencial como uma ferramenta estratégica para empresas de pequeno porte do Ceará. Em última análise, este estudo aspira a contribuir para o entendimento mais profundo da importância da contabilidade, fornecendo subsídios práticos e relevantes para gestores de empresas de pequeno porte, bem como para profissionais contábeis que desejam explorar novas formas de fornecer suporte estratégico. Assim, a pesquisa também pode contribuir para a disseminação de informações sobre essa abordagem e seu gerencial impacto positivo, auxiliando os gestores a adotarem práticas contábeis mais eficazes.

Este estudo se justifica pela importância estratégica da contabilidade para empresas de pequeno porte, as quais desempenham um papel vital na economia, contribuindo significativamente para a geração de empregos e o crescimento econômico. No entanto, muitas enfrentam desafios únicos relacionados ao gerenciamento financeiro e à tomada de decisões, muitas vezes devido à falta de recursos e expertise contábil. Portanto, uma abordagem estratégica na contabilidade pode fornecer às pequenas empresas ferramentas e informações cruciais para melhorar o controle financeiro, otimizar recursos e responder de forma eficaz às mudanças no ambiente de negócios. Além disso, a capacidade de tomar decisões informadas com base em dados contábeis pode aumentar a competitividade e a sustentabilidade dessas empresas a longo prazo.

2 MÉTODOS

A pesquisa, quanto à forma de estudo, poderá ser classificada como exploratória-descritiva. Exploratória porque pouco se identificou, por parte deste autor, estudos acerca dos temas a serem tratados. Segundo Demo (2011), a pesquisa exploratória tem como objetivo familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Já a pesquisa descritiva, segundo o autor, é aquela que tem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência (Severino, 2013).

Em suma, como intuito de descrever e expandir a compreensão sobre o tema, o método escolhido será o de estudo de caso, em que pretende, com a exploração e descrição, promover a interação com a realidade do estudo, do qual será necessária a coleta de dados e materiais significativos que objetivam reunir e estruturar informações relevantes para o caso (Gil, 2015)

Possui abordagem quantitativa por meio de uma “survey”. O termo "survey" se traduz como um método de coleta de dados que envolve a aplicação de questionários padronizados a uma amostra representativa da população-alvo, permitindo a obtenção de informações confiáveis e quantitativas sobre o tema de pesquisa

Em um segundo momento, foi aplicado um questionário a pequenas empresas de Iguatú– Ceará. A pesquisa foi fundamental para compreender o cenário empreendedor da cidade e encontrar soluções que atendam às necessidades dessas empresas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do município. Destaca-se que foi uma amostra probabilística por conveniência. Amostra não probabilística por conveniência é um método de seleção de participantes com base na disponibilidade e na acessibilidade. Isso significa que os pesquisadores escolhem os participantes que são mais convenientes ou acessíveis para eles, muitas vezes por razões práticas, de custo ou logísticas (Gil, 2015)

A pesquisa foi aplicada no dia 22 de janeiro de 2024, com a participação de 10 empresas, incluindo 7 empresas comerciais e 3 prestadoras de serviços localizadas em Iguatú-CE. Essas empresas atuavam em diversos setores, como farmácias, pet shops, fábricas de móveis, academias, clínicas de estética, lojas de roupas, consultórios médicos e lanchonetes. Como critério de inclusão, foi preciso que os participantes afirmassem que eram MEI ou microempresa.

A coleta de dados contou com a distribuição online dos questionários por meio das redes sociais como whatsapp, e-mail e Instagram. Esse questionário foi construído utilizando o

google forms.

O questionário utilizado na pesquisa foi elaborado com perguntas de múltipla escolha e perguntas abertas, abrangendo diversos aspectos relacionados à importância da contabilidade para micro e pequenas empresas. As questões foram divididas em cinco partes: Além disso, a pesquisa buscou identificar se as empresas tinham experiência prática com a contabilidade em micro ou pequenas empresas, proporcionando insights adicionais sobre a aplicação desses conhecimentos na prática empresarial.

No que se refere à análise dos

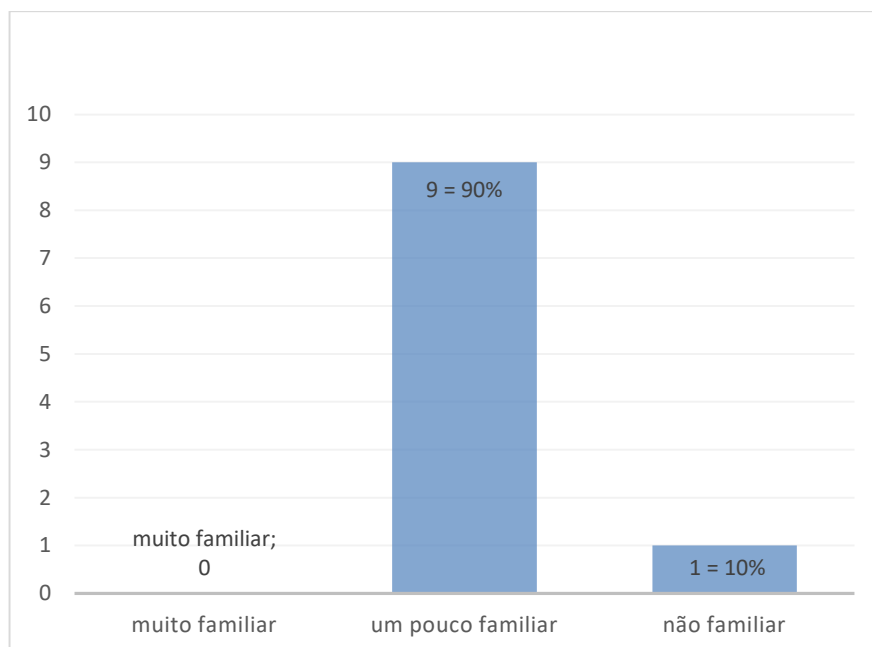
questionários, os dados obtidos serão submetidos a uma análise estatística descritiva para sumarizar os dados quantitativos das respostas fechadas, proporcionando uma visão geral das tendências e padrões nas respostas dos pesquisados

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A familiaridade com os conceitos básicos de contabilidade é um aspecto crucial para a eficiência e eficácia na gestão financeira, tanto em ambientes empresariais quanto pessoais. A contabilidade fornece as ferramentas e metodologias necessárias para o controle, análise e planejamento financeiro, permitindo uma melhor tomada de decisões. A pergunta sobre o nível de familiaridade dos participantes com os conceitos básicos de contabilidade, categorizou os respondentes em três níveis de familiaridade: "muito familiar", "um pouco familiar" e "não familiar".

Os resultados da pesquisa mostraram que nenhum dos participantes se considerou "muito familiar" com os conceitos básicos de contabilidade. A maioria dos respondentes, representando 90% (9 de 10), indicou que estão "um pouco familiarizados" com esses conceitos. Apenas 10% (1 de 10) dos participantes afirmaram que não são "não familiarizados" com os conceitos básicos de contabilidade (figura 1).

Figura 1 – familiaridade com os conceitos básicos de contabilidade



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

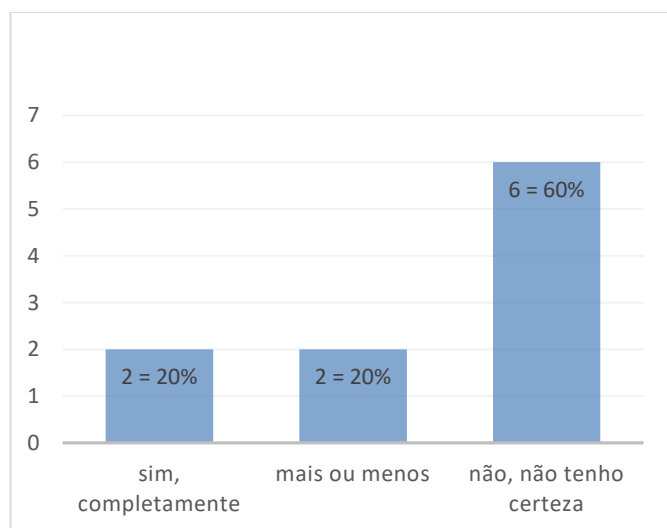
Esses resultados indicam que, enquanto a maioria possui algum grau de conhecimento em contabilidade, há uma lacuna significativa no nível de familiaridade completa. Esse cenário

sugere a necessidade de iniciativas educacionais e de treinamento adicionais para aumentar o conhecimento contábil entre os participantes. A ausência de indivíduos "muito familiarizados" pode refletir uma oportunidade para programas de capacitação que aprofundem o entendimento e a aplicação prática dos conceitos contábeis.

Compreender a diferença entre ativos e passivos é fundamental para a gestão financeira de qualquer empresa. Os ativos representam os recursos controlados pela empresa que possuem valor econômico futuro, enquanto os passivos são as obrigações financeiras que a empresa deve pagar. Uma boa compreensão desses conceitos é crucial para a análise da saúde financeira e para a tomada de decisões estratégicas.

Os resultados da pesquisa mostram que a maioria dos participantes tem dúvidas sobre a diferença entre ativos e passivos. Apenas 20% dos respondentes (2 de 10) afirmaram compreender completamente a diferença entre esses conceitos. Outros 20% (2 de 10) indicaram que compreendem "mais ou menos", enquanto 60% (6 de 10) admitiram que não têm certeza sobre essa diferença (figura 2).

Figura 2 – Compreensão entre diferença entre ativos e passivos de uma empresa



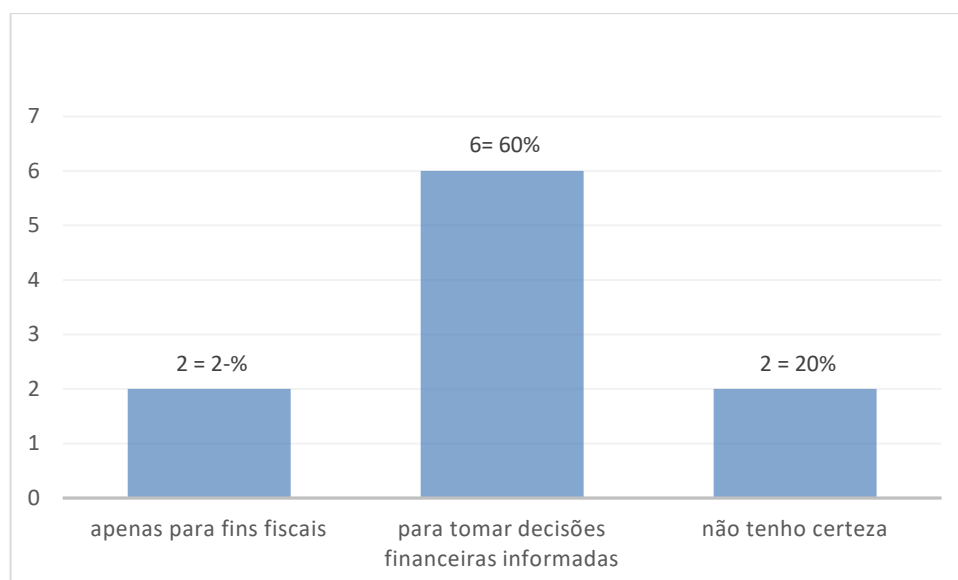
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Esses dados sugerem uma lacuna significativa no entendimento de conceitos financeiros básicos entre os participantes. A proporção elevada de indivíduos que não têm certeza (60%) destaca a necessidade urgente de iniciativas educacionais focadas em contabilidade básica e gestão financeira. A ausência de compreensão clara sobre ativos e passivos pode comprometer a capacidade de gestão eficaz e a análise financeira correta, impactando negativamente a performance empresarial.

A contabilidade desempenha um papel vital em micro e pequenas empresas, indo além do cumprimento de obrigações fiscais. Ela é essencial para a tomada de decisões financeiras informadas, ajudando a assegurar a saúde financeira e o crescimento sustentável do negócio. A terceira pergunta busca avaliar a percepção dos participantes sobre o papel da contabilidade em micro e pequenas empresas.

Os resultados da pesquisa indicam uma compreensão variada sobre o papel da contabilidade. Dos participantes, 60% (6 de 10) acreditam que a contabilidade é fundamental para a tomada de decisões financeiras informadas. Outros 20% (2 de 10) consideram que a contabilidade serve apenas para fins fiscais, enquanto os restantes 20% (2 de 10) não têm certeza sobre o papel da contabilidade (figura 3).

Figura 3- Papel da contabilidade em um micro ou pequena empresa



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

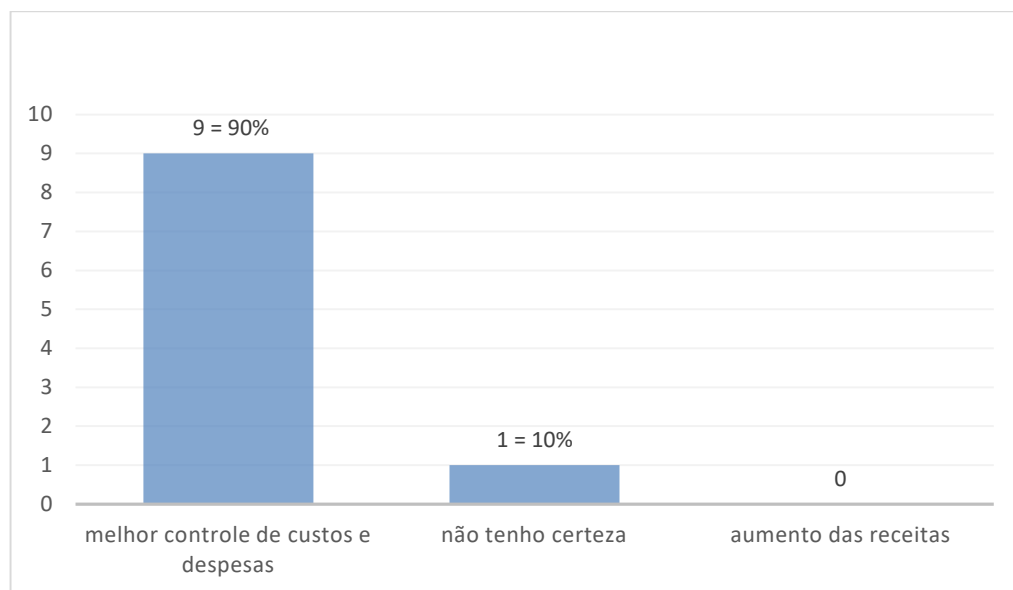
Esses resultados revelam que, enquanto a maioria reconhece a importância da contabilidade para a gestão financeira, há ainda uma parcela significativa que subestima ou não compreende completamente seu papel. A visão restrita da contabilidade como uma função meramente fiscal pode limitar o potencial de crescimento e a eficácia na gestão das empresas.

Práticas contábeis adequadas são fundamentais para a sustentabilidade e o crescimento de uma empresa. Elas oferecem uma visão clara e precisa da situação financeira, possibilitando o controle eficiente de custos e despesas, bem como a identificação de oportunidades para melhorias operacionais. A quarta pergunta da pesquisa busca avaliar a percepção dos participantes sobre como práticas contábeis adequadas podem afetar o desempenho financeiro

de uma empresa.

Os resultados da pesquisa mostram que a maioria absoluta dos participantes, 90% (9 de 10), acredita que práticas contábeis adequadas resultam em um melhor controle de custos e despesas. Apenas 10% (1 de 10) dos respondentes não têm certeza sobre os efeitos dessas práticas, e nenhum participante acredita que práticas contábeis adequadas resultem diretamente no aumento das receitas.

Figura 4 - Crença que as práticas contábeis afetam o desempenho financeiro

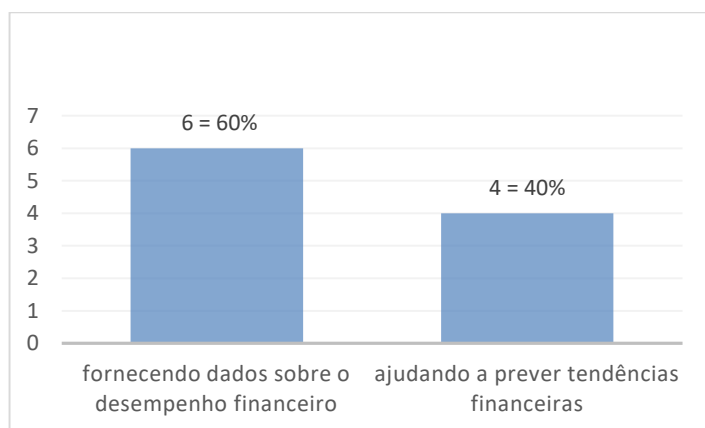


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Esses resultados indicam uma clara percepção de que o principal benefício das práticas contábeis adequadas está relacionado ao controle financeiro interno, particularmente no que diz respeito à gestão de custos e despesas. O entendimento comum é que, ao monitorar e gerenciar melhor os gastos, as empresas podem operar de maneira mais eficiente e evitar desperdícios, contribuindo assim para um desempenho financeiro mais sólido.

Sobre a percepção dos participantes sobre como a contabilidade pode contribuir para uma tomada de decisão mais informada em micro e pequenas empresas, os resultados da pesquisa mostram que os participantes reconhecem a importância da contabilidade de duas maneiras principais. Primeiro, 60% (6 de 10) dos respondentes acreditam que a contabilidade contribui para decisões informadas ao fornecer dados precisos sobre o desempenho financeiro. Isso inclui informações detalhadas sobre receitas, despesas, lucros e perdas, permitindo que os gestores compreendam a saúde financeira da empresa e identifiquem áreas de melhoria (figura 5).

Além disso, 40% (4 de 10) dos participantes veem a contabilidade como uma ferramenta para prever tendências financeiras. Ao analisar dados históricos e atuais, a contabilidade pode ajudar a identificar padrões e tendências, possibilitando uma melhor previsão de futuros desempenhos financeiros e ajudando a planejar estratégias de longo prazo. Essas respostas demonstram uma percepção clara de que a contabilidade não é apenas uma ferramenta de registro financeiro, mas também uma fonte valiosa de insights que podem guiar as decisões estratégicas da empresa (figura 5). **Figura 5-** Contribuição da contabilidade para tomada de decisões



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

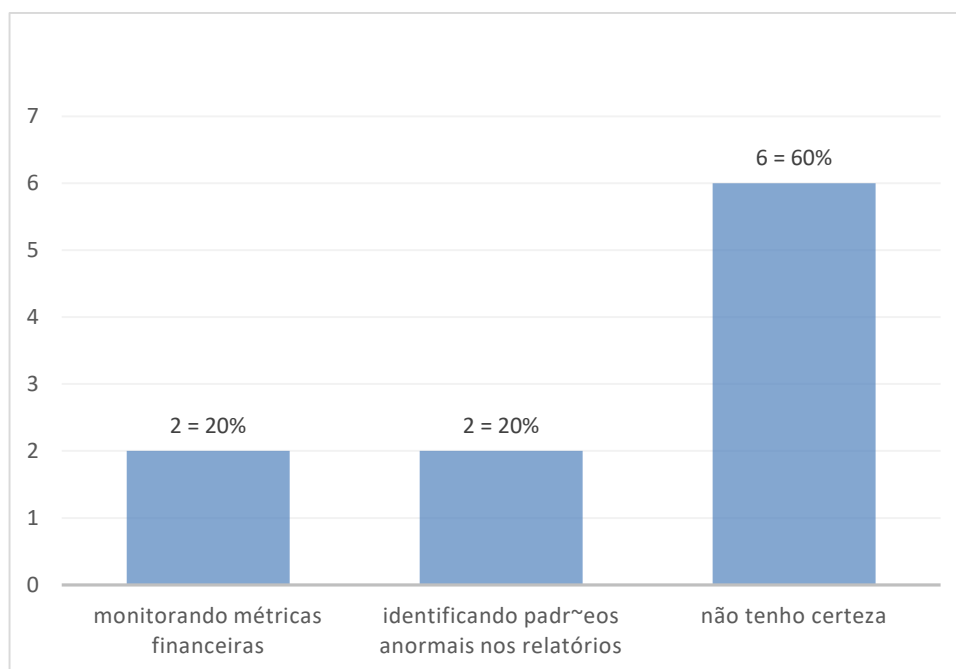
A análise dos dados indica que os participantes entendem a importância da contabilidade para a tomada de decisões informadas em micro e pequenas empresas. A maioria valoriza a capacidade da contabilidade de fornecer dados detalhados sobre o desempenho financeiro, enquanto uma parcela significativa também reconhece seu papel na previsão de tendências financeiras. Isso mostra que a contabilidade é vista como uma ferramenta multifuncional que pode melhorar a gestão empresarial ao fornecer uma base sólida de informações para decisões estratégicas.

Práticas contábeis adequadas são cruciais para a rentabilidade de micro e pequenas empresas. Elas não apenas garantem conformidade com as obrigações fiscais, mas também ajudam na gestão eficiente dos recursos e na minimização de desperdícios. Sobre a percepção dos participantes sobre a influência das práticas contábeis na rentabilidade de uma micro ou pequena empresa. Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos participantes acredita que práticas contábeis adequadas podem influenciar a rentabilidade de uma micro ou pequena empresa principalmente minimizando desperdícios. Especificamente, 80% (8 de 10) dos respondentes afirmaram que a minimização de desperdícios é uma forma significativa de como práticas contábeis podem melhorar a rentabilidade. Isso mostra que há uma clara compreensão

de que a eficiência na gestão de recursos e a redução de desperdícios podem diretamente impactar os lucros da empresa (figura 6).

A pesquisa revela uma diversidade de perspectivas entre os participantes, destacando dois principais métodos pelos quais a contabilidade pode auxiliar na detecção precoce de problemas operacionais. Uma parcela de 20% dos entrevistados enfatiza o monitoramento de métricas financeiras, como margens de lucro e fluxo de caixa, como um meio eficaz de identificar problemas em estágios iniciais. Outros 20% destacam a importância de identificar padrões anormais nos relatórios contábeis, como despesas incomuns ou variações significativas nas receitas, como sinais de alerta para questões operacionais subjacentes. No entanto, a maioria esmagadora, representando 60% dos participantes, demonstra incerteza sobre como a contabilidade pode contribuir para a detecção precoce de problemas operacionais, sugerindo uma lacuna no entendimento ou aplicação prática dos conceitos contábeis na gestão operacional (Figura 6).

Figura 6 – Contabilidade e detecção de problemas operacionais



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A análise revela que enquanto uma parte significativa dos participantes reconhece métodos específicos pelos quais a contabilidade pode ajudar na detecção precoce de problemas operacionais, a maioria ainda não tem certeza sobre esses benefícios. Isso destaca a necessidade de maior educação e treinamento sobre como utilizar informações contábeis para

monitorar e melhorar as operações empresariais.

Para compreender melhor a pesquisa, faz-se necessário compará-la com pesquisas semelhantes. No estudo de Ribeiro et al (2012), fica evidente que a maioria dos gestores de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) não utiliza a contabilidade como uma ferramenta gerencial para orientar suas decisões. Para esses gestores, a contabilidade é vista predominantemente como uma obrigação fiscal e legal. Essa perspectiva é corroborada pelo estudo de Arruda et al (2023), que também destaca a falta de procura, de pessoal qualificado e de compreensão sobre contabilidade como fatores que dificultam sua utilização efetiva por parte dos microempreendedores.

Dumer (2018), por sua vez, aborda a importância das informações contábeis, incluindo a Contabilidade de Custos, na gestão das MPEs. Seus resultados indicam que os gestores reconhecem a relevância das informações de Custos, embora sua utilização prática seja limitada. Isso aponta para uma possível desconexão entre a percepção da importância da contabilidade e sua aplicação efetiva, alinhando-se com a constatação de Ribeiro et al (2012) sobre a falta de familiaridade dos gestores com a contabilidade gerencial e suas aplicações.

Matos et al (2023) enfatizam a importância da análise das Demonstrações Contábeis como uma ferramenta crucial na gestão empresarial, destacando o papel fundamental do profissional contábil. Essa visão se alinha com a percepção de Dumer (2018) de que as informações contábeis são valiosas para a tomada de decisões. Além disso, Matos ressalta a necessidade de atualização do conhecimento contábil, o que pode ser relevante para enfrentar a falta de compreensão mencionada por Ribeiro et al (2012).

Por fim, o estudo de Arruda et al (2023) identifica o interesse dos microempreendedores em aprender a analisar demonstrações contábeis para melhorar suas tomadas de decisões. Essa conscientização sobre a importância da contabilidade para a gestão financeira se alinha com a pesquisa de Ribeiro et al (2012). Além disso, Arruda et al (2023) fornece orientações práticas sobre como os microempreendedores podem realizar análises contábeis, abordando diretamente a falta de compreensão ressaltada por Ribeiro et al (2012).

Os autores citados em relação à atual pesquisa sobre a importância da contabilidade para micro e pequenas empresas demonstram tanto convergências quanto algumas divergências em relação aos resultados e conclusões da pesquisa atual.

Em relação à convergência, todos os autores concordam sobre a importância da contabilidade para a gestão das MPEs. A pesquisa atual e os estudos de Dumer (2018), e Arruda et al (2023) destacam que a contabilidade desempenha um papel fundamental na

tomada de decisões financeiras e na gestão das atividades das empresas. Todos reconhecem que as informações contábeis são valiosas para a gestão e o sucesso dos empreendimentos.

No entanto, divergências também são notadas em alguns aspectos. Ribeiro et al (2012) revelam que a maioria dos gestores de MPEs não utiliza a contabilidade como ferramenta gerencial, enquanto os outros autores destacam a importância das informações contábeis. Essa divergência sugere que, embora reconheçam a importância da contabilidade, a efetiva utilização das informações contábeis pelos gestores pode variar. Dumer (2018) também ressalta que, embora os gestores percebam a importância da Contabilidade de Custos, sua utilização efetiva é limitada, o que pode indicar uma desconexão entre percepção e prática.

Além disso, Matos et al (2023) enfatizam a relevância do profissional contábil como parceiro na gestão das MPEs, enquanto Ribeiro et al (2012) mencionam que muitos gestores não possuem conhecimento sobre a contabilidade gerencial. Arruda et al (2023) também apontam que muitos microempreendedores têm interesse em aprender a analisar demonstrações contábeis, o que sugere uma abertura para melhorar a compreensão e a utilização da contabilidade. Isso está alinhado com a pesquisa atual, que destaca a falta de conhecimento entre os empresários, mas mostra uma disposição para aprender.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, conduzida com o objetivo de avaliar o impacto da adoção de práticas contábeis apropriadas sobre indicadores cruciais, como rentabilidade, liquidez e eficiência operacional, foi possível constatar a importância fundamental da contabilidade na gestão de micro e pequenas empresas.

Os resultados desta investigação oferecem evidências sólidas de que a correta utilização das informações contábeis está diretamente relacionada ao desempenho financeiro das MPEs. A análise quantitativa revelou que a adoção de práticas contábeis apropriadas contribui para o aumento da rentabilidade, minimização de desperdícios e melhoria da liquidez das empresas estudadas. Essas descobertas demonstram a relevância da contabilidade como ferramenta estratégica para a tomada de decisões financeiras.

Além disso, os resultados do estudo enfatizam a necessidade de compreensão e aplicação adequada das práticas contábeis por parte dos gestores. Ficou claro que o conhecimento e a habilidade dos empresários em utilizar as informações contábeis são fatores cruciais para o sucesso das MPEs.

Em suma, os resultados deste estudo reforçam a importância crítica da contabilidade como elemento-chave na gestão de MPEs. As implicações práticas dessas descobertas são significativas, sugerindo que a capacitação dos gestores em contabilidade e a aplicação de práticas contábeis sólidas podem ser determinantes para a sustentabilidade e prosperidade das empresas de menor porte. Portanto, esta pesquisa contribui para o entendimento mais aprofundado da relação entre contabilidade e desempenho empresarial, fornecendo uma base sólida para a implementação de práticas contábeis eficazes nas MPEs.

As limitações desta pesquisa incluem uma amostra limitada e um potencial viés de resposta, o que pode comprometer a representatividade e a objetividade dos resultados. Além disso, a falta de profundidade nas questões abordadas e a subjetividade na interpretação dos dados podem limitar a compreensão completa dos desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas em relação à contabilidade. Para avançar nessa área, sugere-se realizar estudos longitudinais com amostras mais amplas, combinando análises quantitativas e qualitativas, e considerando fatores contextuais para obter insights mais robustos sobre a importância e os impactos das práticas contábeis nessas empresas.

5 REFERÊNCIAS

ARRUDA, Isabela Roveri et al. A Importância das demonstrações contábeis para análise financeira e gerencial: uma proposta de análise do balanço patrimonial e DRE para as micro e pequenas empresas. **Revista Contabilidade Pública**, v.7, n.11, 2023.

DA COSTA, Wênyka Preston Leite Batista et al. Utilização da contabilidade gerencial nas micro e pequenas empresas. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, v. 2, n. 2, p. 49-58, 2020.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DE LIMA, Andreza Cristiane Silva et al. Utilização das Normas Internacionais de Contabilidade nas Demonstrações Contábeis das Pequenas e Médias Empresas: Um estudo aplicado no estado de Pernambuco. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v. 2, n. 01, p. 45-64, 2017.

DOS SANTOS, Vanderlei et al. Uso dos instrumentos de Contabilidade Gerencial em pequenas e médias empresas e seu fornecimento pelo escritório de Contabilidade. **Pensar contábil**, v. 20, n. 71, 2018.

DUMER, Miguel Carlos Ramos. Importância e utilização da contabilidade de custos nas micro e pequenas empresas: uma análise comparativa com outras ferramentas contábeis pela matriz de Slack. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 5, n. 2, p. 147-165, 2018.

FREITAG, R. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência?. **Revista de estudos da linguagem**, v. 26, n. 2, p. 667-686, 2018.

GIL, A.C **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GONÇALVES, Karine Aguiar; COUTINHO, Lucas. A importância da contabilidade para as micro e pequenas empresas como ferramenta de tomada de decisão. **REGRAD-Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM-ISSN 1984-7866**, v. 11, n. 01, p. 420-435, 2019.

KASSAI, Silvia. As empresas de pequeno porte e a contabilidade. **Caderno de estudos**, p. 01-23, 1997.

LAURENTINO, Anderson José et al. **A importância da Contabilidade Gerencial para as micro e pequenas empresas no século XXI no Brasil**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis)-FAE Centro Universitário, Curitiba, 2008.

MENDES, Samantha Dantas. **A importância da contabilidade como instrumento de gestão nas empresas**: uma análise dos impactos do coronavírus nas micro e pequenas empresas da cidade de João Pessoa/PB. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis)- Universidade Federal da Paraíba, 2020.

RIBEIRO, Andressa; et al. A informação contábil como instrumento de apoio às micro e pequenas empresas: percepção dos gestores de micro e pequenas empresas de Paranaíta-MT, quanto à utilização de informações da contabilidade no processo de tomada de decisão, no ano de 2012. **Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta**, v. 2, n. 1, 2012.

SANTOS, Vanderlei dos; DOROW, Diego Roberto; BEUREN, Ilse Maria. Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 8, n. 1, p. 153-186, 2016.

SEVERINO, A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23^a ed. São Paulo: Cortêz, 2013.

XAVIER, Vitor Fonseca; BERTACI, Moacir José. A importância das micro e pequenas empresas para o crescimento do país. **Revista Interface Tecnológica**, v. 15, n. 2, p. 161-173, 2018.

SABERES TRADICIONAIS E MARISQUEIRAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carla Liane Nascimento dos Santos²

Telma Maria Pereira dos Santos¹

Revista o Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.12588109

[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.12588109)

REFERÊNCIA

SANTOS, T. M. P.; SANTOS, C. L. N. SABERES TRADICIONAIS E MARISQUEIRAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **O Universo Observável**, v. 1, n. 2, p. 2-17, 26 jun., 2024. ISSN: 2966-0599. DOI: 10.5281/zenodo.12588109. Disponível em: <https://ouniversoobservavel.com.br/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

¹Mestranda Programa de Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (Gestec) - UNEB, com graduação em Pedagogia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências em 2012, é especialista em Alfabetização e Letramento, além de Psicopedagogia Institucional. E-mail: telmampereira@hotmail.com

²Doutora em Ciências Sociais (UFBA), com Mestrado e Bacharelado em Ciências Sociais (UFBA). É Especialista em Direito Constitucional dos Afro-descendentes (UNEB). Formação em Gestão Universitária pela Royal Roads University. Professora Permanente do Gestec - UNEB. E-mail: carlaliane@hotmail.com

SABERES TRADICIONAIS E MARISQUEIRAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

RESUMO

Na ampla tapeçaria da diversidade cultural e ambiental que caracteriza a Bahia, surge uma narrativa complexa e enriquecedora, entrelaçando-se com as águas do Baixo Sul e ancorando-se na histórica cidade de Valença. Este relato vai além dos padrões convencionais da educação, estabelecendo vínculos entre os Saberes Tradicionais e as protagonistas desse enredo: as marisqueiras. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e possibilidades inerentes à integração dos saberes tradicionais, em especial os relacionados às práticas das marisqueiras, no contexto da docência da educação básica. Trata-se de uma revisão da literatura, em que foi realizada buscas nos bancos de dados da CAPES e SciELO. Como critérios de inclusão considerou-se os artigos originais, dissertações e teses, nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados de 2013 a 2023 e que versavam diretamente sobre o tema aqui proposto. No contexto educacional da Bahia, especialmente em Valença, a interação entre o sistema formal de ensino e os saberes tradicionais locais é destacada como crucial, explorando a dinâmica entre a educação formal e as práticas enraizadas nas tradições da população baiana. A análise proposta apontou os desafios e possibilidades da integração desses saberes, especialmente das práticas das marisqueiras, na docência da educação básica, reconhecendo a contribuição significativa dessas mulheres não apenas como extratoras de recursos naturais, mas como guardiãs de tradições que sustentam a cultura local e promovem a interação intergeracional.

PALAVRAS-CHAVE: Bahia; Educação; Marisqueiras; Valença.

TRADITIONAL KNOWLEDGE AND SHELLFISH GATHERERS: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR TEACHING IN BASIC EDUCATION

ABSTRACT

In the broad tapestry of cultural and environmental diversity that characterizes Bahia, a complex and enriching narrative emerges, intertwining with the waters of the Southern Lowlands and anchoring itself in the historic city of Valença. This story goes beyond the conventional standards of education, establishing links between Traditional Knowledge and the protagonists of this plot: the shellfish gatherers. This study aims to analyze the challenges and possibilities inherent to the integration of traditional knowledge, especially those related to shellfish gatherers' practices, in the context of basic education teaching. This is a literature review, and searches were carried out in the CAPES and SciELO databases. Original articles, dissertations and theses, in Portuguese, English and Spanish, published from 2013 to 2023 and that dealt directly with the topic proposed here, were considered as inclusion criteria. In the educational context of Bahia, especially in Valença, the interaction between the formal education system and local traditional knowledge is highlighted as crucial, exploring the dynamics between formal education and practices rooted in the traditions

of the Bahian population. The proposed analysis pointed out the challenges and possibilities of integrating this knowledge, especially the practices of shellfish gatherers, in the teaching of basic education, recognizing the significant contribution of these women not only as extractors of natural resources, but as guardians of traditions that sustain the local culture and promote intergenerational interaction.

KEYWORDS: *Bahia; Education; Seafood; Valencia.*

CONOCIMIENTOS TRADICIONALES Y MARISCADORES: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES PARA LA ENSEÑANZA EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

RESUMEN

En el amplio tapiz de diversidad cultural y ambiental que caracteriza a Bahía, emerge una narrativa compleja y enriquecedora, que se entrelaza con las aguas del Bajo Sur y se ancla en la histórica ciudad de Valença. Esta historia va más allá de los estándares convencionales de la educación, estableciendo vínculos entre los Conocimientos Tradicionales y los protagonistas de esta trama: los mariscadores. Este estudio tiene como objetivo analizar los desafíos y posibilidades inherentes a la integración de los conocimientos tradicionales, especialmente los relacionados con las prácticas de los mariscadores, en el contexto de la enseñanza de la educación básica. Se trata de una revisión bibliográfica y se realizaron búsquedas en las bases de datos CAPES y SciELO. Se consideraron como criterios de inclusión artículos originales, disertaciones y tesis, en portugués, inglés y español, publicados entre 2013 y 2023 y que trataran directamente el tema aquí propuesto. En el contexto educativo de Bahía, especialmente en Valença, se destaca como crucial la interacción entre el sistema educativo formal y los conocimientos tradicionales locales, explorando la dinámica entre la educación formal y las prácticas arraigadas en las tradiciones de la población bahiana. El análisis propuesto señaló los desafíos y posibilidades de integrar estos conocimientos, especialmente las prácticas de los mariscadores, en la enseñanza de la educación básica, reconociendo el importante aporte de estas mujeres no solo como extractoras de recursos naturales, sino como guardianas de tradiciones que sustentan la cultura local y promueven la interacción intergeneracional.

PALABRAS-CLAVE: *Bahía; Educación; Marisco; Valencia.*

INTRODUÇÃO

A escola, enquanto instituição social intermediária entre a esfera privada e a esfera pública, desempenha o papel fundamental de facilitar a inserção e a transmissão de um patrimônio cultural historicamente acumulado às novas gerações. Nesse processo, o indivíduo se percebe como integrante de um contexto social que foi historicamente e culturalmente construído, possibilitando a formação de laços de pertencimento. A participação nesse mundo de significados, artefatos, hábitos,

valores e objetos culturais não apenas proporciona compreensão, mas também capacita crianças e jovens a contribuírem para a renovação desse patrimônio cultural no futuro (Custódio e Silva, 2021).

Nesse sentido, no vasto tecido da diversidade cultural e ambiental que é a Bahia, emerge uma narrativa rica e intrincada, entrelaçando-se com as águas do Baixo Sul e ancorando-se na histórica cidade de Valença. Este é um relato que transcende os limites convencionais da educação, traçando linhas de conexão entre Saberes Tradicionais e os protagonistas desse enredo: as marisqueiras. A Bahia, notória por sua riqueza cultural e histórica, serve como o palco inicial dessa narrativa. Este estado do Nordeste brasileiro é mais do que um mero cenário; é um protagonista que influencia e é influenciado por suas comunidades, suas tradições e suas lutas. Nesse contexto, a cidade de Valença, situada no coração do Baixo Sul, apresenta-se como um ponto de convergência, onde as águas doces do Rio Una se entrelaçam com o oceano, proporcionando um ambiente propício para a emergência de modos de vida singulares.

A proposta de educação aqui explorada transcende os limites formais, adentrando nos territórios dos Saberes Tradicionais, transmitidos de geração em geração como um legado de sabedoria enraizada na vivência cotidiana. Esse é um chamado para uma educação que vai além dos muros da sala de aula, mergulhando nas experiências tangíveis das marisqueiras, cujo trabalho não apenas se sustenta economicamente, mas também tece uma teia de conhecimentos ligados ao ecossistema marinho e à convivência com a natureza.

Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e possibilidades inerentes à integração dos saberes tradicionais, em especial os relacionados às práticas das marisqueiras, no contexto da docência da educação básica. O objetivo central é compreender como a incorporação desses conhecimentos pode enriquecer o processo educativo, superando obstáculos culturais e sociais, e explorar estratégias pedagógicas alinhadas com a diversidade cultural e as diretrizes da educação básica, visando promover uma educação mais inclusiva e contextualizada, considerando a prática das marisqueiras e os contextos educacionais na Educação Básica no Brasil, com foco na região da Bahia, especialmente em Valença.

Trata-se de uma revisão da literatura, em que foi realizada buscas nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Portal da CAPES) e SciELO, utilizando-se os seguintes descritores: Bahia, Educação, Marisqueiras, Saberes Tradicionais, Valença. Estes descritores delineiam as linhas mestras desta jornada, delineando os elementos fundamentais que se entrelaçam neste dossiê, abrindo caminho para a compreensão de como

Saberes Tradicionais e a vida das marisqueiras se entrelaçam em um diálogo educacional que através do fortalecimento das tramas culturais e ambientais que sustentam a vida na Bahia.

Como critérios de inclusão considerou-se os artigos originais, dissertações e teses, nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados de 2013 a 2023 e que versavam diretamente sobre o tema aqui proposto. Estudos publicados antes de 2013 foram selecionados para a pesquisa diante da importância dos autores e das temáticas para a discussão.

CONTEXTO EDUCACIONAL E SABERES TRADICIONAIS: BAHIA E VALENÇA

No âmbito do contexto educacional na Bahia, particularmente em Valença, destaca-se a relevância de compreender a interação entre o sistema formal de ensino e os saberes tradicionais enraizados na cultura local. Este tópico explora a dinâmica entre a educação formal e as práticas de transmissão de conhecimento ancoradas nas tradições e vivências da população baiana, especialmente em Valença. A Bahia, como um estado culturalmente diversificado e historicamente significativo no Brasil, desempenha um papel fundamental na tessitura da identidade nacional. Nesse contexto, a interação entre o sistema educacional contemporâneo e os saberes tradicionais ganha destaque, evidenciando a necessidade de considerar as raízes históricas, as influências culturais e a pluralidade de conhecimentos presentes na região.

Ao adentrar Valença, é possível vislumbrar uma riqueza de saberes tradicionais que moldam a vida cotidiana e contribuem para a construção da identidade local. A interação entre o contexto educacional formal e esses saberes revela um campo fértil para a reflexão sobre como a educação pode ser enriquecida ao reconhecer e integrar as práticas e conhecimentos arraigados na cultura regional. Nesse sentido, o presente tópico visa explorar o contexto educacional e os saberes tradicionais em Bahia e Valença implica uma análise cuidadosa das relações entre as instituições educacionais formais e as expressões culturais autênticas presentes na comunidade, oferecendo insights valiosos para o desenvolvimento de abordagens pedagógicas mais inclusivas e contextualmente relevantes.

No Brasil e na Bahia, a obtenção do direito à educação para os não brancos ocorreu de maneira gradual no período pós-abolição. Após a abolição da escravatura, os ex-escravos, formalmente excluídos, tinham acesso à escola conforme suas próprias possibilidades. Durante o período da escravidão e após a sua abolição, não foi implementada uma política abrangente destinada explicitamente a assegurar o acesso à educação para os ex-escravos (Menezes e Filho,

2007)⁵. O apagamento histórico das comunidades negras perpetrado pelo colonialismo, as violências infligidas ao corpo e à alma dos colonizados e a desconstrução histórica da identidade são alguns exemplos que perduram na estrutura racista do Brasil. As instituições refletem e reproduzem esse contexto, e com a abordagem do pensamento decolonial, surge a oportunidade de "incorporarmos uma pluralidade de saberes e conhecimentos antes invisibilizados." Isso implica a possibilidade de integrar práticas decoloniais no exercício profissional educacional, desafiando a perspectiva tradicional eurocêntrica e promovendo uma abordagem mais inclusiva e diversificada (Araújo, 2020).

A identidade cultural do povo de Valença revela alguns traços que indicam uma integração, por vezes sutil, de hábitos miscigenados do índio. No entanto, com esforço, é possível discernir as marcas deixadas na arquitetura naval, no transporte fluvial, na prática da carpintaria naval, no cultivo de algumas culturas como a mandioca, na pesca artesanal, na tradição oral, no artesanato e na culinária. Em resumo, todo um patrimônio cultural é formado por valores que se manifestam em aspectos característicos do cotidiano dos habitantes locais, permitindo-nos estabelecer conexões e identificar vestígios da cultura indígena na história da educação (Mariano, 2015).

Corroborando com esse entendimento, a dinâmica da existência dos antepassados legou conhecimentos às populações subsequentes, sejam eles homens brancos ou negros, que chegaram depois e permaneceram no local onde estão situados hoje. Essa continuidade de saberes contribui para a construção da rica tapeçaria cultural da região, evidenciando a influência indígena na trajetória histórica e educacional da comunidade de Valença.

Contudo, Pereira e Silva (2023) apontam que a educação tecnicista, destacam os autores, foi o viés que deixou sua marca na sociedade capitalista nos séculos XIX e início do XX, influenciando a estruturação do ensino de história no país e moldando as orientações e ações do currículo. Os conteúdos educacionais seguiram uma abordagem econômica, vinculada à perspectiva hegemônica e eurocêntrica de compreender o mundo. Isso resultou na hierarquização dos saberes, depreciando a participação dos povos indígenas (considerados como seres fixados no passado), da população negra (encarada como mercadoria sujeita às políticas de embranquecimento e miscigenação) e dos europeus (enfatizados como heróis nacionais que trouxeram civilização e

⁵ MENEZES, Jaci Maria Ferraz de; FILHO, Juvino Alves dos Santos. O pós-abolição na Bahia: memória à construção da vida livre. IN: NASCIMENTO, AD and HETKOWSKI, TM., orgs. **Memória e formação de professores** [online]. Salvador: EDUFBA, 2007.

sentido de nação a um território considerado selvagem e atrasado) na construção da identidade brasileira. Claro, fator que ainda torna a inserção dos saberes tradicionais na educação, como dos principais desafios a serem vivenciados por professores, alunos e demais da classe educacional.

PAPEL DAS MARISQUEIRAS NA PRESERVAÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL: DIÁLOGOS SOBRE OS SABERES TRADICIONAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A preservação cultural e ambiental é intrinsecamente ligada ao papel das marisqueiras, cujas práticas e saberes tradicionais desempenham um papel fundamental nesse contexto. Este tópico busca explorar a relevância das marisqueiras não apenas na sustentabilidade ambiental, mas também na manutenção e transmissão de elementos culturais enraizados em suas atividades cotidianas.

Para abordar as marisqueiras como uma comunidade tradicional, é fundamental esclarecer o significado dessa expressão. Inicialmente, destaca-se que, no contexto desta pesquisa, o termo "comunidade" refere-se a um grupo de indivíduos que compartilham ideias, práticas religiosas, localização geográfica e uma cultura semelhante. Em seguida, compreende-se as populações tradicionais como conjuntos de pessoas que mantêm uma conexão intrínseca com a natureza, a partir da qual desenvolvem sua cultura, tradições e identidade.

Povos e Comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

A definição proposta destaca dois conceitos-chave "comunidade" e "populações tradicionais", aplicados ao contexto específico das marisqueiras. termo "comunidade" refere-se a um grupo de pessoas que compartilham diversas características em comum, tais como ideias, práticas religiosas, localização geográfica e uma cultura semelhante. Essa definição ampla de comunidade enfatiza a interconexão entre os membros, que vão além de simples localização geográfica, incluindo aspectos culturais e sociais que unem essas pessoas.

As populações tradicionais são descritas como grupos de pessoas que mantêm uma ligação significativa com a natureza. Essa conexão com a natureza não é apenas física, mas também

influencia a formação da cultura, costumes e identidade dessas populações. O vínculo com a natureza é fundamental para compreender como essas comunidades desenvolvem suas práticas culturais e preservam suas tradições ao longo do tempo.

Os manguezais desempenham uma função ecologicamente vital ao facilitar a ciclagem de nutrientes e matéria orgânica nos ecossistemas circundantes. Além de sua relevância ambiental, essas áreas possuem um papel econômico significativo, uma vez que fornecem meios de subsistência para comunidades ribeirinhas e litorâneas através da coleta de animais como peixes, moluscos e crustáceos. As marisqueiras, mulheres associadas aos pescadores locais, realizam a extração de diversos tipos de moluscos do manguezal, destinados tanto à comercialização quanto, em grande escala, à subsistência. Informações sobre a prática de mariscagem, conceitos de conservação e elementos socioeconômicos do ambiente em que ocorre essa atividade foram elucidados por meio da aplicação de protocolos estruturados e semiestruturados.

Frequentemente, foi observada uma compatibilidade significativa entre o conhecimento das marisqueiras e as informações acadêmicas presentes em artigos científicos que abordam estudos sobre *A. brasiliensis*. Destaca-se a importância de confrontar e complementar esse conhecimento tradicional com o científico, buscando assim consolidar um mecanismo de mão dupla que fortaleça a gestão pesqueira.

Além disso, urge a necessidade de implementar programas de conscientização sobre os riscos da mariscagem devido à exposição excessiva ao sol. Essa proteção, assegurada pela Constituição Federal (Brasil, 1988), é reconhecida como um direito dos trabalhadores urbanos e rurais. O texto constitucional preconiza a melhoria das condições sociais e a redução de riscos inerentes ao trabalho, inclusive por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, XXII) “[...] Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; [...]”, ressaltando ainda que o direito à saúde deve ser garantido por políticas sociais e econômicas voltadas à redução dos riscos de doenças e outros agravos (art. 196):

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988).

A preocupação das marisqueiras com a redução ao longo dos anos na abundância de recursos pesqueiros, como mariscos, caranguejos e camarões, pescados por seus maridos, é evidente. Elas destacam a necessidade de percorrer distâncias maiores para pescar determinadas espécies, o que dificulta a sustentabilidade a longo prazo da pesca artesanal. De acordo com Vasconcellos et al. (2007), a pesca artesanal no Brasil é considerada complementar à pesca industrial, sendo favorecida por incentivos fiscais e diversas linhas de crédito. No entanto, essa relação colaborativa contribui para a crescente capitalização do setor industrial, resultando no aumento da marginalização dos produtores artesanais.

Surge então a oportunidade de converter os conhecimentos, as sensibilidades e as motivações populares para promover a transformação de uma sociedade desigual, excludente e regida por princípios e valores do mercado de bens e capitais. Em prol da humanização da vida social, os conhecimentos gerados por uma pesquisa participante devem ser concebidos, interpretados e incorporados como uma alternativa emancipatória de sabedoria popular (Brandão e Borges, 2007).

No estudo de Braz e Valadares (2021), no que tange aos saberes tradicionais para a educação básica, os autores entendem que os conhecimentos e sentimentos de pertencimento fazem parte de cada um dos povos desenhados: conhecimento dos mitos que acompanham o povo pesquisado, o uso dos saberes tradicionais e o conhecimento científico, a importância da terra e dos processos demarcatórios, a resistência contra a cultura hegemônica, enfim, é a vida expressa em desenhos-narrativas.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DOCENTES NA INSERÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS DE MARISQUEIRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O tema do tópico em questão, pretende-se abordar um aspecto crucial da educação, focalizando a integração dos conhecimentos tradicionais dessas mulheres envolvidas na prática da mariscagem no contexto do ensino fundamental e médio. Este tema revela a importância de reconhecer e incorporar esses saberes específicos, muitas vezes ancorados na relação com o ambiente natural, na estrutura curricular da educação básica. Nesse contexto, é fundamental discutir os obstáculos que os educadores enfrentam ao incorporar esses conhecimentos, bem como as estratégias que podem ser adotadas para superar tais desafios, promovendo, assim, uma abordagem educacional mais inclusiva e culturalmente sensível.

Nesse interim, parafraseio Brandão e Borges (2007), que já afirmam, todo pensamento que presume ter conhecimento sobre algo e que expressa e comunica o que alguém pensa, de alguma maneira, a outras pessoas ou a outros pensadores-interlocutores, sempre se origina e é direcionado a partir de um contexto social específico. Portanto, assim como outras atividades sociais, a ciência e a educação que almejamos praticar, e por meio das quais buscamos incessantemente desvelar e expandir, *ad infinitum*, sujeitos e campos sociais por meio de um diálogo criativo e emancipatório, devem dialogar sobre comunidades humanas reais e cotidianas. Elas precisam se dirigir às comunidades humanas compostas por indivíduos e grupos que dão forma à vida cotidiana e à história que essa vida multifacetada tece e registra.

Ao falar sobre os principais desafios docentes para a inserção dos saberes tradicionais no ensino, Gonçalves (2018, p. 627), respaldado em Siecs (2016) pontua que:

- a) Mobilizar gestoras e gestores públicos, organizações sociais, instituições de ensino e pesquisa; professoras, professores, pesquisadoras, pesquisadores, estudantes e movimentos sociais para o debate em torno da política de Educação do Campo na rede pública de ensino, a partir de uma análise crítica de seu percurso, os desafios e as possibilidades dentro dos territórios e municípios;
- b) Socializar e dar visibilidade às produções acadêmicas sobre Educação do Campo;
- c) Analisar a conjuntura política, econômica, cultural e midiática e seus desdobramentos nos direitos de trabalhadores e trabalhadoras camponeses;
- d) Implementação da Política de Educação do Campo nos programas de desenvolvimento do Semiárido.

Assim como as demais práticas sociais, a ciência e a educação voltadas para a incorporação desses saberes tradicionais demandam uma abordagem que vá além do ensino convencional. A busca incessante por desvendar e ampliar horizontes sociais por meio de um diálogo criativo e emancipatório deve ser direcionada às comunidades humanas reais e cotidianas, especialmente aquelas compostas por marisqueiras, indivíduos e grupos que desempenham papéis fundamentais na configuração da vida diária e na construção da história que permeia essa vida multifacetada.

Os docentes enfrentam o desafio de não apenas transmitir conhecimentos, mas também de reconhecer, valorizar e integrar os saberes tradicionais das marisqueiras no currículo educacional. Estratégias pedagógicas devem ser desenvolvidas com sensibilidade cultural e social, promovendo um diálogo inclusivo e respeitoso entre os conhecimentos tradicionais e os saberes acadêmicos. A educação básica, ao incorporar essas estratégias, tem o potencial de se tornar um espaço enriquecedor, onde as marisqueiras e suas comunidades contribuem ativamente para a construção de um ambiente educacional mais diversificado, relevante e integrado à realidade local.

Nesse sentido, ao mencionar os desafios e pensar nas possíveis estratégias de inserção destes saberes no ensino, importa, inicialmente, compreender que “[...] saberes tradicionais que são passados nas práticas sociais do cotidiano” (Braz e Valadares, p. 5). As diretrizes educacionais no Brasil oferecem, por um lado, a liberdade para desenvolver uma educação escolar diferenciada, respeitando os saberes e tradições da cultura local. Por outro lado, propõem a integração dos costumes e práticas no ensino regular das escolas urbanas, reconhecendo esses costumes como componentes fundamentais da formação da sociedade brasileira. Diante dessa legislação, alguns objetivos tornam-se cruciais para uma reflexão aprofundada sobre os processos educacionais (Brasil, 2018).

O desafio contemporâneo para a inserção dos saberes educacionais na educação reside na superação do legado do viés tecnicista e eurocêntrico que historicamente moldou o ensino. Atualmente, busca-se promover uma abordagem mais inclusiva e diversificada, reconhecendo e valorizando os diferentes saberes culturais, étnicos e sociais. Ou seja, romper com a hierarquização histórica dos saberes é fundamental. Isso implica desconstruir paradigmas que perpetuam visões eurocêtricas e valorizar as múltiplas formas de conhecimento presentes na sociedade, bem como integrar os saberes das diversas culturas presentes no contexto educacional, reconhecendo a riqueza das contribuições de indígenas, negros e outras comunidades historicamente marginalizadas (Pereira e Silva, 2023).

Os autores, portanto, enfocam a contemporaneidade como um desafio para a inserção dos saberes educacionais, destacando a necessidade de superar o legado do viés tecnicista e eurocêntrico que historicamente influenciou o ensino. O texto aponta para a busca ativa por uma abordagem mais inclusiva e diversificada, visando o reconhecimento e a valorização de diferentes saberes culturais, étnicos e sociais na educação. Nesse contexto, destaca-se a importância de romper com a hierarquização histórica dos saberes, desconstruindo paradigmas que perpetuam visões eurocêtricas e promovendo o reconhecimento das múltiplas formas de conhecimento presentes na

sociedade. A análise também sublinha a relevância de integrar os saberes das diversas culturas no ambiente educacional, reconhecendo e celebrando as contribuições das comunidades historicamente marginalizadas, como indígenas e negros. Em resumo, o texto propõe uma reflexão sobre a transformação necessária na abordagem educacional, visando uma perspectiva mais inclusiva e equitativa.

Diante do exposto, primeiramente, é essencial compreender mais profundamente as culturas dos povos indígenas e como essas se manifestam em diversos momentos da vida pública e em rituais específicos. Em segundo lugar, é necessário examinar como esses valores culturais permeiam a escola, tanto em termos de configurações curriculares quanto na elaboração de um roteiro utópico para as práticas cotidianas e os objetivos propostos pela educação. Por fim, é crucial investigar como ocorre a interação entre esses processos dentro da escola e na aldeia, ou seja, identificar quais elementos desempenham um papel intermediário nessas interações.

Como estratégias adotadas, tem-se que investir na formação de professores é um importante ponto, para que possam compreender e incorporar os saberes diversos em suas práticas pedagógicas, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo. Adaptar os currículos escolares para refletir uma perspectiva mais aberta e pluralista, incluindo diferentes vozes e experiências na construção do conhecimento. Para mais, envolver ativamente as comunidades locais, valorizando seus saberes e incentivando a participação no processo educacional. E trabalhar ativamente para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais, independentemente de sua origem étnica, cultural ou social (Pereira e Silva, 2023).

De forma crítica, observa-se que investir na formação de professores representa uma estratégia fundamental para a promoção de uma educação mais inclusiva, mas é essencial ir além do reconhecimento teórico dos saberes diversos. A implementação efetiva desses saberes nas práticas pedagógicas requer uma abordagem mais profunda e engajada, questionando e desconstruindo os preconceitos e estereótipos presentes no sistema educacional. A adaptação dos currículos é mencionada como uma medida positiva, contudo, é necessário um exame crítico contínuo para garantir que a pluralidade de vozes e experiências seja verdadeiramente integrada, evitando assim a superficialidade na representação. Envolvimento ativo das comunidades locais é ressaltado como uma estratégia, mas é crucial garantir que essa participação seja genuína e que os saberes dessas comunidades não sejam apenas valorizados retoricamente, mas incorporados de maneira significativa no processo educacional. Além disso, a garantia de acesso igualitário a oportunidades educacionais é uma meta louvável, porém, a crítica aqui se direciona à necessidade de ir além da

igualdade formal, considerando as diferentes realidades e desafios enfrentados por alunos de diversas origens étnicas, culturais e sociais. Em suma, a implementação eficaz dessas estratégias demanda um comprometimento profundo e uma constante reflexão sobre as práticas educacionais para superar as barreiras sistêmicas e efetivamente construir um ambiente educacional mais inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto educacional da Bahia, especialmente em Valença, a interação entre o sistema formal de ensino e os saberes tradicionais locais destaca-se como crucial. Este tema explora a dinâmica entre a educação formal e as práticas de transmissão de conhecimento enraizadas nas tradições e vivências da população baiana. Ao adentrar Valença, percebe-se uma riqueza de saberes tradicionais que moldam a vida cotidiana e contribuem para a identidade local. A obtenção do direito à educação para não brancos no pós-abolição no Brasil foi gradual, com ex-escravizados tendo acesso à escola conforme suas possibilidades. No entanto, a falta de uma política abrangente pós-abolição e o apagamento histórico das comunidades negras refletem-se nas instituições, exigindo uma abordagem decolonial para integrar uma pluralidade de saberes. A identidade cultural de Valença revela traços de integração de hábitos miscigenados do índio, contribuindo para a construção do patrimônio cultural da região. Pereira e Silva destacam a influência tecnicista na educação brasileira, hierarquizando saberes e apresentando desafios para a inserção de saberes tradicionais na educação. Em específico, a análise proposta visa explorar os desafios e possibilidades da integração dos saberes tradicionais, como as práticas das marisqueiras, na docência da educação básica.

As marisqueiras não são apenas agentes que extraem recursos naturais, mas também guardiãs de tradições que se entrelaçam com o meio ambiente. Seja na coleta sustentável de mariscos, na compreensão dos ciclos naturais ou na utilização de práticas ancestrais, as marisqueiras contribuem significativamente para a preservação da cultura local. Além disso, os diálogos sobre os saberes tradicionais das marisqueiras proporcionam uma oportunidade única para a interação entre gerações, onde conhecimentos são transmitidos oralmente, e práticas são perpetuadas ao longo do tempo. Essas trocas de saberes não apenas fortalecem a identidade cultural das comunidades, mas também consolidam a importância da relação equilibrada entre o ser humano e o ambiente que o cerca. Diante de todo o exposto, conclui-se que a necessidade de analisar os desafios e possibilidades ligados à integração dos saberes tradicionais, com ênfase nas práticas das marisqueiras, no âmbito do ensino fundamental e médio é ainda de extrema relevância. Destaca-se a importância de reconhecer e incorporar esses conhecimentos específicos, muitas vezes enraizados na relação com o ambiente natural, no currículo da educação básica. Além disso, ressalta a crucial discussão sobre os obstáculos enfrentados pelos educadores ao incorporar esses saberes e propõe estratégias para superar esses desafios, visando promover uma abordagem educacional mais inclusiva e culturalmente sensível.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Aldevane de Almeida. Educação decolonial e antirracista: a importância do pensamento fanoniano. **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira, v. 7, n. 14, p. 241-255, 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CUSTÓDIO, Crislei de Oliveira; SILVA, Juliana de Almeida Carvalho. Educação, transmissão e cultura: as cantigas tradicionais como legado histórico-cultural no contexto escolar. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 2-50, 2021.

FREITAS, Simone Tupinambá et al. Conhecimento Tradicional das Marisqueiras de Barra Grande, Área de Proteção Ambiental do Delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XV, n. 2, p. 91-112, mai.-ago. 2012.

GONÇALVES, Maria Elizabeth Souza. Ecologia de Saberes na Educação do Campo como alternativa epistemológica e societal: experiência do SIECS. **Rev. Bras. Educ. Camp. Tocantinópolis** v. 3 n. 2 p. 616-632, 2018.

MARIANO, Maria José. **A História da Educação de Valença - Segunda Metade do Século XX: Memória de Professoras Negras**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de; FILHO, Juvino Alves dos Santos. O pós-abolição na Bahia: memória à construção da vida livre. IN: NASCIMENTO, AD and HETKOWSKI, TM., orgs. **Memória e formação de professores** [online]. Salvador: EDUFBA, 2007.

PEREIRA, MisleneInocência; SILVA, Maurício Pedro da. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto. 2021 (Coleção repensando o ensino), BITTENCOURT, Circe (org). **Dialogia**, São Paulo, n. 45, e24084, maio/ago. 2023.

VALADARES, Juarez Melgaço; BRAZ, Werymehe Alves. Educação na aldeia e escola indígena de Muã Mimatxi: o tekhê de pescaria de conhecimento. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, 2021.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A.; SALES, R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: Costa, A. (Org.). **Nas redes da pesca artesanal**. Brasília:IBAMA/PNUD, v. 1, n.1, p. 16-83, 2007

USO DA TERAPIA COMPRESSIVA ASSOCIADA À ESPUMA COM PRATA EM ÚLCERA VENOSA: UM RELATO DE CASO

TATIANE RAQUEL SANTANA DA CRUZ¹
CATARINA DE MELO GUEDES²

Revista o Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.12789189

[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.12789189)

¹Enfermeira, Mestre em saúde da família pela Universidade Estácio de Sá, pós-graduação em enfermagem dermatológica e oncológica pela Universidade União Brasileira de formação , pós-graduação em estomaterapia pela UERJ, pós-graduação em enfermagem do trabalho e pós-graduação em auditoria em serviços em saúde pelo Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro. Apresento vasta experiência laboratorial, com foco em técnicas gerais em fase pré-analítica de materiais biológicos, experiência hospitalar na área obstétrica, vivência na atenção primária, sólidas experiências com feridas vasculogênicas em hospital universitário e experiência em gestão de serviços hospitalares. Possuo conhecimento sobre gestão de serviços médicos em saúde, com foco na medicina do trabalho. Atualmente trabalho com assessoria acadêmica, aulas em cursos técnicos e pós graduação na área da saúde e orientações de trabalhos da área da saúde e educação.

E-mail: tat.raquel@gmail.com

²Enfermeira graduada há 14 anos, estomaterapeuta e mestre em enfermagem pela UERJ. Atua na área da estomaterapia prestando assistência a pessoas com feridas, estomias e incontinência, com expertise assistencial, técnica e comercial (trabalhou nas empresas Hollister, Convatec e Coloplast) e acadêmica. Construiu o projeto da "Unidade de lesões" em uma instituição particular e o "Projeto Cuidados a pele" do município de Caruaru (abrangendo todos, além de empreender junto a duas enfermeiras a clínica "Agreste feridas". Performance em padronização de produtos, treinamentos de profissionais de saúde (médicos, fisioterapeutas e enfermagem), gerenciamento de enfermeiros , utilização de softwares. Atualmente é professora convidada da pós-graduação em Estomaterapia da UERJ, Juiz de Fora e da In Laser cursos, orienta TCC e ministra aulas em graduação e pós-graduação com foco em ESTOMIAS, além do desenvolvimento de estudos científicos. Preceptora de Enfermagem Dermatológica da In Laser cursos/ FACOP. Coordenadora de enfermagem em estomaterapia da In Laser cursos/ FA

E-mail: catatamg@hotmail.com

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter o privilégio de me escolher e capacitar a cuidar de pessoas com úlcera venosa.

Ao meu pai Roberto, que a todo momento esteve ao meu lado me apoiando neste processo de grande aprendizado.

A minha querida mãe Luci, por ter me ensinado o grande princípio do cuidado na vida.

A Graziela que esteve comigo nesse processo de cura e tratamento para elaboração deste estudo.

A aurora, meu amor, que esteve comigo em todo esse processo me ensinando que eu podia e deveria continuar.

A minha grande amiga e professora, Cataria Guedes, sendo o pilar para que esse trabalho fosse realizado.

Aos meus amigos e familiares que estiveram direta e indiretamente envolvidos neste estudo.

Muito obrigada!

Eu sou o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim, diz o Senhor, que é, e que era, e que há de vir, o Todo-Poderoso. Apocalipse 1:8

RESUMO

Este estudo relata um caso ocorrido em 2020 no município de São Lourenço/Minas Gerais e demonstrou a relevância do uso de terapia compressiva associada à cobertura tecnológica de espuma de prata em úlcera venosa. As úlceras venosas são as lesões mais graves da Síndrome da Insuficiência Venosa Crônica dos membros inferiores, sendo, dessa forma, consideradas um problema de saúde pública grave. As úlceras venosas podem começar espontaneamente ou por um trauma. A prevalência da úlcera venosa é superior as demais úlceras de membros inferiores, atingindo mais de 80% dos casos. O uso de terapia compressiva associada à espuma de prata mostrou-se eficaz no progresso do tratamento da lesão. Além disso, houve uma diminuição significativa no tempo de exposição da ferida, diminuição do exsudato, dor local e edema, permitindo que o paciente tivesse uma melhor qualidade de vida, encorajamento da doença e consequentemente evitando recidivas. A educação em saúde foi de suma importância neste estudo, pois trouxe conscientização sobre a doença e manejo do autocuidado no seu enfrentamento.

Palavra-chave: úlcera varicosa, terapia compressiva, curativos.

SUMMARY

This study reports a case that occurred in 2020 in the city of São Lourenço/Minas Gerais and demonstrated the relevance of using compressive therapy associated with technological coverage of silver foam in venous ulcers. Venous ulcers are the most serious lesions of Chronic Venous Insufficiency Syndrome of the lower limbs, and are therefore considered a serious public health problem. Venous ulcers can start spontaneously or as a result of trauma. The prevalence of venous ulcers is higher than other lower limb ulcers, reaching more than 80% of cases. The use of compressive therapy associated with silver foam proved to be effective in progressing the treatment of the injury. Furthermore, there was a significant reduction in wound exposure time, reduction of exudate, local pain and edema, allowing the patient to have a better quality of life, encouraging the disease and consequently preventing recurrences. Health education was extremely important in this study, as it raised awareness about the disease and self-care management in coping with it.

Keyword: varicose ulcer, compression therapy, dressings.

1. ABORDAGEM DA FISIOPATOLOGIA DA DOENÇA DE BASE

As úlceras venosas podem estar relacionadas a várias doenças. Estas provêm, principalmente, de problemas venosos profundos, em que o aumento crônico da pressão sanguínea intraluminal nos membros inferiores deforma e dilata os vasos, tornando a micro valvas que existem no seu interior ineficiente para o efetivo retorno venoso, ocasionando estase e edema persistentes como resultados do refluxo (SILVA et al., 2021).

A UV pode iniciar de forma espontânea ou por um trauma. Quando inicia de forma espontânea, geralmente localiza-se pouco acima dos maléolos internos; quando por traumatismos, o que é mais comum, surge em outras regiões como face anterior e lateral da perna, ou até mesmo no pé, de acordo com ALMEIDA et al., (2019). Além disso, as características como profundidade e tamanho são bastante variáveis.

O autor salienta que a insuficiência venosa crônica se caracteriza por alterações físicas, tais como edema, hiperpigmentação, eczema, erisipela, lipodermoesclerose que se manifestam na pele e no tecido subcutâneo, principalmente nos membros inferiores, devido à hipertensão venosa de longa duração. A pressão elevada no interior do vaso afeta a microcirculação, aumentando a permeabilidade dos vasos, permitindo a liberação de substâncias do seu interior para a pele e resulta nessas manifestações, cujo estágio mais avançado e grave é a formação de úlcera.

Aproximadamente 75% das úlceras de perna resultam de insuficiência venosa crônica, sendo 20% causadas por insuficiência arterial e 5% provocadas por outros fatores (FINLAYSON K et al., 2018).

2. HISTÓRICO DE ENFERMAGEM

23/04/2020 — Paciente CRFV, 78 anos, lúcido, orientado, afebril, hipertenso. Residente no estado de Minas Gerais/São Lourenço. Apresentando lesão ulcerativa em MMIE em maléolo medial com presença de exsudato, edema, fortes dores, sugestivo de úlcera venosa. Solicitado USG com doppler arterial e venoso dos MMII, exame laboratorial e cardiológico para intervenção de enfermagem. Segue sinais vitais: Pressão arterial ___160×100___ mmHg Pulso _78_ bat./min. Frequência cardíaca _82_ bat./min Temperatura_36,8__°C Freq. Respiratória 18__mov./min. SPO₂: _98___% Dor: aguda, tipo pontada MMIE; Peso:_72__ kg; Altura:_1,79___ cm Estado nutricional: (x) normal () obeso () desnutrido () Higiene corporal: satisfatório, estado geral: (x) bom estado geral () regular estado geral () mau estado geral.

No primeiro dia que foi analisado a lesão (23/04/2020), medida em torno de 5,5 cm de comprimento e 2,4 cm de largura. Sem nenhum tipo de acompanhamento, o paciente utilizava-se de coberturas disponíveis no sistema único de saúde.

Diversas vezes o paciente procurou a rede de atenção básica e foi orientado a procurar um cirurgião vascular para acompanhar este caso. Até a marcação da consulta com o angiologista, o paciente utilizava soro fisiológico 0,9% para lavagem da ferida, após uso de água oxigenada 10 volumes no leito da lesão, pomada TROK G, alternada com sulfadiazina de prata e hidrocortisona ao redor da ferida.

Após dois dias, foi marcado uma consulta com médico-cirurgião vascular, para análise da lesão, pois o paciente queixava-se da dificuldade em obter a cura. Acreditava-se que uma única medicação, por via oral, pudesse resolver seu caso da úlcera.

No dia (09/05/2020), conforme marcado a consulta, paciente, apresenta queixas de demora na resolução de seu problema. O cirurgião, recomendou repouso, uso de um antibiótico oral para uso de 7 dias, uso de corticoide por 5 dias, e compressa morna de permanganato de potássio no leito da lesão por 5 dias. A experiência foi realizada por 3 dias, tornando a lesão com sua extensão em 6,5 cm de comprimento e 3 cm de largura.

No dia 12/05, o edema apresenta-se acentuado e as dores maiores. Devido ao uso do permanganato de potássio na lesão, o grau de comprometimento do membro, aumentou bastante, o fazendo ficar dependente de cuidado. A dificuldade de aceitação da doença, o deprimiu, a sua crença o fez acreditar que tudo poderia mudar.

O conforto da espiritualidade, segundo o paciente, era o que o mantinha em pé, vivo e com

esperança que tudo poderia mudar. Sua crença passou a ser mais evidente e os relatos de dores no membro inferiores passaram a ser menos incisivos.

Por ser uma pessoa ativa, teve que se submeter a cuidados que jamais precisou ou quisesse que alguém tivesse, como, por exemplo, fazer compras, varrer o quintal, ir ao banco. Além disso, o retorno de uma semana após o cirurgião vascular, recomendando os mesmos procedimentos anteriormente para o cuidado com a lesão o deixou ciente que a conduta não seria a indicada para seu tratamento, sendo assim, paciente resolveu abandonar o tratamento com cirurgião vascular. A partir deste momento, passei a ter um pouco mais de liberdade para manusear o cuidado com o paciente, mesmo sabendo que existia uma relação familiar.

Do dia 12/05 ao dia 21/05 (59 dias) foi utilizado no leito da ferida, Saf-gel, para absorver exsudato, e AGE para epitelização. Devido à escassez e a demora na entrega da espuma com prata, foi-se utilizado o saf-gel no período proposto, a fim de absorver minimamente o exsudato presente. Logo após a chegada da cobertura com espuma com prata foi dada seguimento em todo processo de tratamento.

Por diversas vezes, foi oferecido a combinação da terapia compressiva e o uso das coberturas tecnológicas para agilizar o processo de cicatrização, reduzindo a dor e diminuindo edema, porém, paciente, negava-se sempre a utilizar a terapia compressiva, pois acreditava que a compressão faria o efeito contrário da cicatrização.

Respeitando sua individualidade e tempo, fornecia apenas aquilo que ele aceitava, dando seguimento ao tratamento.

Do dia 22/05 ao dia 20/08 foi utilizado apenas espuma com prata Biatain AG associado a bandagem elástica multicamadas. Ao redor da lesão utilizou-se pó barreira para proteção da pele periférica e hidratante Atrac-tain da Coloplast para evitar ressecamento de pele. Foi utilizado hidratante nos dois membros. A cicatrização deu — se em torno de 4 meses de tratamento intensivos com troca de curativo 2x ao dia para absorção do exsudato, promoção da cicatrização e melhora na qualidade de vida. Após o processo de cicatrização da lesão, paciente utiliza meias de compressão 30–40 mmHg da Venosan.

3. DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM

- Deambulação prejudicada relacionada à dor no MMIE caracterizada pela capacidade prejudicada de andar uma distância necessária.
- Intervenções de enfermagem: orientação quanta ao repouso e deambulação em horários alternados. Orientação quanto à elevação do MMII. Oferta de analgésico para alívio da dor pelo médico.
- Privação de sono relacionado a dor latente em MMIE caracterizado por agitação.
- Intervenções de enfermagem: oferta de analgésico para alívio da dor em MMIE, como prescrito pelo médico, para promoção de um sono de qualidade, ambiente tranquilo e favorável para descanso. Auxílio de massagem em gastrocnêmio para conforto do indivíduo.
- Integridade da pele prejudicada relacionada a circulação alterada caracterizado por lesão visível em MMIE.

Intervenções de enfermagem: Utilização da terapia compressiva associada a espuma com prata para absorver exsudato e tratar infecção local, reduzindo edema e por consequência melhorando aporte venoso circulatório. Estímulo da deambulação, porém com restrições para ativação do músculo gastrocnêmio no processo de cicatrização. Orientação quanto ao manejo e cuidado da integridade da pele e umidade no processo cicatrizacional. Orientação quanto ao cuidado e manejo da hidratação da pele evitando ressecamento. Utilizado Atrac-tain da Coloplast para hidratação dos MMIE. Utilizado pó barreira da Coloplast para proteção da pele periférica, evitando maceração de bordas no processo de retenção de umidade da lesão.

4. EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

23/04/2020 — Paciente CRFV, 78 anos, lúcido, corado, hidratado, hipertenso. Apresentando lesão crônica ulcerada em MMIE a mais de 9 anos recidivante. Presença de dermatite ocre, exsudato sanguinolento, dor local, edema e maceração de bordas, Figura-1.



Figura-1: lesão crônica ulcerada em MMIE a mais de 9 anos recidivante.

09/05 - Uso de permanganato de potássio no leito da lesão. Lesão passou a ter extensão de 6,5cm x 3,0cm, após o uso do permanganato. Presença de exsudato sanguinolento e formação de novas lesões ao redor da ferida, Figura-2.



Figura-2: Início da evolução do tratamento após uso de permanganato de potássio

12/05 – Administrado permanganato de potássio por 3 dias na lesão. Do dia 09/05 ao dia 12/05. Paciente queixa-se de dores fortes no membro, queimação, coceira local e ressecamento da pele. Lesão apresenta grande quantidade de exsudato sanguinolento e abertura de novas lesões ao redor da ferida Figura-3.



Figura-3: Resultado após três dias de tratamento com o permanganato de potássio. Surgimento de pequenas lesões ao redor da ferida.

14/05 – Utilização de bandagem multicamadas no membro lesionado. Paciente recusa-se a manter bandagem nos dois membros. O uso do permanganato de potássio foi suspenso e utilizado apenas Saf-gel no leito da lesão. Foi realizado troca de curativo 2x ao dia e mantido a bandagem multicamadas até o final da tarde. Recomendava, elevação dos membros e atividade física regular, ingestão hídrica e conscientização sobre alimentos que prejudicavam a cicatrização da ferida, Figura-4.



Figura-4: Evolução do tratamento no vigéssimo primeiro dia.

28/05/2020 — Apresentado cobertura tecnologia a base de poliuretano, espuma com prata (Biatain AG) no leito da lesão, uso de pó barreira ao redor da ferida e bandagem multicamadas. Ferida apresenta processo de cicatrização, redução de exsudato, diminuição de edema, hiperemia. Ferida apresentando 5,5cm x 2,8. Paciente apresenta melhora na mobilidade. Orientado ingestão

hídrica, alimentação saudável, atividade física regular e elevação dos membros inferiores. Ao exame laboratorial: hemograma completo: hemácias: 4.93mm³, hemoglobina:15g/dl, hematócrito:42.9%, VCM:87fl, HCM:30,4, CHCM:35%, RDW:12,1%, leucócito global: 10.3000celsmm³, plaquetas: 233mil/mm³, T4livre: 0,9 ng/dl, tsh:4.931mcUI/ml, 25-hidroxitamina D: 22,1 ng/ml, ácido fólico: 9,9 ng/ml, vitamina b12: 258 Pg/ml, magnésio: 1,85 mg/dl, cálcio: 9,0 mg/dl, sódio: 138 mEq/l, potássio: 4,4 mEq/l, GGT: 59U/l, TGP:11U/l, TGO: 17U/l, creatinina: 0,92 mg/dl, uréia: 48 mg/dl, colesterol total: 224 mg/dl, colesterol HDL: 58 mg/dl, triglicerídeos: 263 mg/dl, glicose: 99 mg/dl, Figura-5.



Figura-5: Imagem do processo de cicatrização no trigésimo quinto dia de tratamento.

09/06 – Lesão apresentando 5,0cmx 2,5cm. Grande presença de exsudato no leito da lesão. MMIE hidratados, apresentando petéquias, coceira local. O curativo era trocado 2x ao dia devido a grande presença de exsudato. Administrado antialérgico sistêmico para alívio da coceira. Lesão apresentando edema e dor local reduzida, Figura-6.



Figura-6: Evolução do tratamento no quadragésimo sexto dia de tratamento.

17/06 – Lesão apresentando 5,0cm x 2,3cm com redução de exsudato, processo de cicatrização, diminuição de edema e dor local. Mantido hidratação no membro e pó barreira ao redor da lesão para evitar maceração de bordas, Figura-7.



Figura-7: Diminuição do edema quinquagésimo quarto dia

21/06/2020 — Lesão apresentando 3,8cm x 2,1cm. Apresentado doppler arterial MMII: conclusão: nos limites normais, porém no ato do procedimento não foi possível visualizar as veias, sendo feito apenas o doppler arterial para descarte de comprometimento arterial. Mesmo não apresentando diagnóstico fechado antes da realização do doppler, paciente apresentava todos os sinais clínicos de comprometimento venoso. A bandagem multicamadas foi realizada de forma leve, devido a não visualização do comprometimento total nas imagens para comprovar comprometimento arterial. Após diagnóstico fechado de úlcera venosa, a bandagem multicamadas foi realizada com compressão média/alta nos dois membros, Figura-8.



Figura-8: Fechamento parcial da lesão após 58 dias de tratamento.

04/07 – Lesão apresentando 3,0cm x 1,2cm. Apresentado edema nos membros, ressecamento local. Mantido hidratação dos dois membros, pó barreira ao redor da ferida. Suspenso uso de antialérgico, Figura-9.



Figura-9: Ressecamento local e presença de edema após 71 dias de tratamento.

16/07 – Lesão apresentando 1,0cm x 1,0cm com mínimo de exsudato na ferida. Hidratação local e utilização de pó barreira ao redor da lesão, Figura-10.



Figura-10: Evolução do tratamento após 83 dias.

12/08/2020 — Ao exame cardiológico: Remodulamento concêntrico das paredes do VE, disfunção diastólica do VE tipo 2, regurgitação mitral mínima, regurgitação aórtica leve a moderada e regurgitação tricúspide leve. Solicitado pelo cardiologista mudança de medicamentos. Suspensão do Atenolol 50 mg/dia, óleo de peixe para uso do Aradois 25 mg/dia e hemifumarato de bisoprolol 5 mg/dia, vitamina D 7000UI por semana e plenance 5 mg/dia. Ao exame laboratorial: glicemia — 2h após 75g de dextrosol: 111 mg/dl, 25-hidroxitamina D: 31 ng/ml, glicose: 101 mg/dl.

20/08 — Paciente lúcido, em bom estado geral, sem queixas álgicas, utilizando-se da terapia compressiva, apresentando ferida cicatrizada, sem dor, discreto edema, sem eczema, Figura-11.



Figura-11: Ferida cicatrizada após três meses e 26 dias.

5. PLANO ASSISTENCIAL DE ENFERMAGEM

12/05/2020 a 21/05/2020 — Utilização de coberturas para absorver exsudato no leito da lesão(saf-gel) e epitelização (AGE). OBS: as coberturas foram utilizadas em primeira escolha pela escassez de material na região e a dificuldade do paciente aderir ao tratamento.

Orientação quanto ao repouso e deambulação em horários específicos para estimulação do músculo da panturrilha no processo de circulação do sangue. Elevação dos MMII. Orientação quanto a importância da terapia compressiva associada ao uso de coberturas para reduzir exsudato no leito da lesão.

Redução de sal, açúcar, embutidos, e massas na alimentação. Suplementação de vitamina C (1x ao dia: 1000g) e D(manipulada (10.000UI: 1x por semana) para auxílio da cicatrização da lesão e a sintetização do cálcio nos ossos e manutenção do colesterol com óleo de peixe 2 capsulas de 1000g cada 1x ao dia.

22/05/2020 a 20/08/2020 — Tratamento local da infecção com espuma com prata (Biatain AG) associada à terapia compressiva de bandagem multicamadas. Utilização de pó barreira ao redor da lesão e hidratação Atrac-tain nos MMII. Após consulta cardiológica, utilização do plenance 5g, ao invés do óleo de peixe, vitamina d 7000UI, ao invés da vitamina D 10000Ui. Manutenção da alimentação saudável, estimulação da deambulação, ingestão hídrica, com redução de açúcar em sucos e sal na alimentação. Inserido no cardápio, vegetais folhosos, escuros, ricos em fibras e ferro para manutenção.

CONCLUSÃO

Entendendo a gravidade da UV como sua etiologia de base a insuficiência venosa, a abordagem terapêutica é intensificada por um especialista capacitado. A educação em saúde é importante, pois não trata somente o paciente lesionado, mas uma pessoa que apresenta uma doença, entendendo suas limitações, medos, crenças etc.

O uso da terapia compressiva associada à espuma com prata foi eficiente no progresso do tratamento da lesão. Não somente isso, mas retardou drasticamente o tempo de exposição da ferida, diminuindo exsudato, dor local e edema, fazendo com que o paciente pudesse ter uma melhor qualidade de vida, encorajamento de sua doença, promovendo uma educação em saúde de qualidade. A abordagem assistencial no processo de manejo da lesão e cuidado com a UV é primordial para uma cicatrização eficiente e uma educação em saúde de qualidade, fazendo o paciente entender a importância da terapia compressiva em todo processo de cuidado, e não somente isso, após o processo de cicatrização e além, compreender a doença e suas comorbidades, evitando possível recidivas.

A terapia compressiva é o padrão ouro para tratamento de úlcera venosa, uma vez que a compressão promove o estreitamento dos vasos, aumento o aporte venoso, fazendo com que o sangue volte para o coração de forma satisfatória. Além disso, seu uso é benéfico e barato, ao reduzir dor local e melhora no tratamento da lesão, evitando outras lesões.

A manutenção do tratamento com espuma de poliuretano associada a bandagem multicamadas neste estudo foi eficaz, pois a terapia de compressão foi apresentada concomitantemente ao uso da cobertura tecnológica. Entende-se que a cobertura ajuda no processo de cicatrização, porém para que seu efeito seja efetivo, é necessário estar associada a terapia compressiva.

A terapia compressiva é um tratamento barato e eficiente, disponível em toda rede SUS e ajuda na manutenção do cuidado em todo processo de cicatrização.

Os medicamentos utilizados ao longo do tratamento trouxeram ricos benefícios no cuidado, ao agregarem conforto e bem-estar ao paciente. Diminuindo dor, coceira e promoveu encorajamento em diversos momentos enfrentados da doença. A educação em saúde foi presente neste estudo, pois sem ela não haveria manutenção no cuidado a esta doença, uma vez que se trata de uma doença crônica e com altas taxas de recidivas.

Este estudo não apresenta conflito de interesses, uma vez que as coberturas utilizadas, foram empregadas neste estudo devido ao conhecimento científico de sua eficácia e eficiência para esta doença. As imagens foram cedidas pelo paciente para fins acadêmicos, sem conflitos de interesse com qualquer marca ou procedimentos

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. A. et al. (2019). **Avaliação da qualidade de vida de pessoas com úlceras venosas: quality of life assessment of people with venous ulcers.** Revista Enfermagem Atual In Derme, 79(17). <https://doi.org/10.31011/reaid-2016-v.79-n.17-art.331>. Acesso em: 23 jul. 2024

COUTO, R.C. et al. **Responsividade do questionário de qualidade de vida em portadores de úlcera venosa crônica.** J Vasc. Bras. 2020; 19:1-9. <http://dx.doi.org/10.1590/1677-5449.190047>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FINLAYSON, K. et al. **Integralidade no cuidado de enfermagem às pessoas com úlceras cutâneas.** Revista de Enfermagem UFPE on-line, [S.l.], v. 12, n. 7, p. 1997–2011, jul. 2018. ISSN 19818963. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/234800/29492>>. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i7a234800p1997-2011-2018> Acesso em: 23 jul. 2024.

SILVA, P. A dos S; SOUZA, N. V. D. de O; SANTOS, D. M. dos; OLIVEIRA, Elias, B. de; SOUZA, M. B. de; NASCIMENTO, D. C. do. Homens com úlcera venosa de perna e as implicações para vida laboral . **Revista Enfermagem UERJ**, [S. l.], v. 27, p. e40876, 2019. <https://doi.org/10.12957/reuerj.2019.40876>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/40876>. Acesso em: 23 jul. 2024

SILVA, J.L, LIMA NETA, A.G, DINIZ, N.R, LEITE, J.C. **Eficácia dos exercícios terapêuticos na qualidade de vida de pacientes com insuficiência venosa crônica: uma revisão sistemática.** Jornal Vascular Brasileiro, [S. l.], v. 20, p. e20200248, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1677-5449.200248> Acesso em: 23 jul. 2024

AS IMPLICAÇÕES DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA NA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

FRANCISMARY DE JESUS COSTA FROES⁶

Revista o Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.12789233
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.12789233)

⁶Bacharel em Direito Pontifícia Universidade Católica (PUC MINAS), graduado em 3 de agosto de 2005;
- Possui Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Privado pela Universidade Cândido Mendes Rio de Janeiro, concluída em 23 de julho de 2008;
- Atualmente, é mestrando em Estudos Jurídicos com Ênfase em Direito Internacional pela MUST University, localizada na Flórida.

05 de Setembro de 2020

RESUMO

Este artigo analisa a Reforma da Previdência implementada pela Emenda Constitucional nº 103/19 no Brasil, que extinguiu a aposentadoria por tempo de contribuição e introduziu novas modalidades que combinam idade e tempo de contribuição. Discute-se as regras de transição estabelecidas para mitigar o impacto sobre os segurados já filiados antes da reforma. O texto aborda as implicações dessas mudanças, especialmente em termos de sustentabilidade do sistema previdenciário e os desafios impostos aos trabalhadores, em particular aqueles em trabalhos físicos intensos. Também enfatiza-se a necessidade de futuras reformas serem adaptativas e inclusivas para assegurar equidade e eficácia no atendimento às necessidades de todos os cidadãos na velhice.

Palavras-chave: Reforma da Previdência, Emenda Constitucional nº 103/19, aposentadoria por tempo de contribuição, regras de transição, sustentabilidade previdenciária.

ABSTRACT

This article examines the Social Security Reform implemented by Constitutional Amendment No. 103/19 in Brazil, which abolished retirement by contribution time and introduced new modalities that combine age and contribution time. We discuss the transition rules established to mitigate the impact on policyholders already affiliated before the reform. The text deliberates on the implications of these changes, particularly in terms of the sustainability of the pension system and the challenges posed to workers, especially those in physically demanding jobs. We also emphasize the need for future reforms to be adaptive and inclusive to ensure equity and effectiveness in meeting the needs of all citizens in old age.

Keywords: Social Security Reform, Constitutional Amendment No. 103/19, retirement by contribution time, transition rules, pension sustainability.

1 INTRODUÇÃO

A Reforma da Previdência, promulgada pela Emenda Constitucional nº 103/19, representa um marco significativo na história do sistema previdenciário brasileiro. Este artigo explora as implicações dessa reforma, destacando as mudanças introduzidas e suas consequências para os segurados. A análise é importante para entender não apenas os aspectos técnicos da legislação, mas também as repercussões sociais que ela acarreta.

Inicialmente, é fundamental compreender o contexto que levou à necessidade de uma reforma previdenciária, o sistema de previdência do Brasil, como muitos sistemas ao redor do mundo, enfrentava desafios significativos devido ao envelhecimento da população, ao aumento da expectativa de vida e às disfunções estruturais nas finanças públicas. Esses fatores criaram um cenário insustentável a longo prazo, onde o número de contribuintes por aposentado diminuía continuamente, pressionando os cofres públicos.

A Emenda Constitucional nº 103/19 veio então como uma resposta a essas pressões, propondo ajustes estruturais que visam garantir a sustentabilidade do sistema. Este estudo detalha as principais alterações realizadas pela emenda, incluindo a implementação de idades mínimas para aposentadoria, mudanças nas regras de cálculo dos benefícios e a introdução de novas regras de transição para aqueles que já estavam no mercado de trabalho.

Um dos pontos mais críticos da reforma é a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição como era previamente conhecida, antes da reforma, essa modalidade de aposentadoria não exigia uma idade mínima, o que permitia aos trabalhadores se aposentarem relativamente cedo, dependendo do tempo de contribuição. Com a reforma, essa possibilidade foi eliminada, integrando-se a exigência de idade mínima, o que levou à necessidade de se estabelecer várias regras de transição.

As regras de transição são essenciais para entender como a reforma afeta os diferentes segmentos da população. Estas regras foram projetadas para não prejudicar aqueles que já estavam próximos de se aposentar sob as normas antigas, permitindo-lhes ainda aposentar-se, embora sob condições modificadas. Este artigo examina detalhadamente essas regras, discutindo suas implicações e como buscam equilibrar justiça e sustentabilidade fiscal.

Além das mudanças técnicas, é importante analisar as implicações sociais da reforma, pois ela tem um impacto direto sobre a estrutura social, afetando as expectativas de vida dos trabalhadores, especialmente aqueles de classes socioeconômicas mais baixas, que tradicionalmente começam a trabalhar mais cedo e, muitas vezes, em condições mais exigentes.

Por fim, a análise procura projetar os efeitos futuros da reforma da previdência, com base nas tendências demográficas e econômicas atuais, discute-se se as medidas adotadas serão suficientes para garantir a longevidade e eficácia do sistema previdenciário brasileiro. Este artigo não apenas esclarece os aspectos legais e práticos da reforma, mas também contribui para um debate mais amplo sobre como as políticas públicas podem ser moldadas para refletir os valores e necessidades da sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Segundo Floriceno (1998), a expressão "Seguridade Social" reflete uma tendência global de integrar assistência social, saúde e previdência em um único conceito. A Seguridade Social opera através de três principais ministérios: o Ministério da Previdência Social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Saúde, englobando uma gama de benefícios e serviços.

Antes da Constituição Federal de 1988, a Previdência Social já financiava o Ministério da Saúde, cobrindo os serviços do SUS. O SUS é responsável por garantir proteção e recuperação da saúde para toda a população, reduzindo riscos de doenças e melhorando a qualidade de vida dos brasileiros, como assegurado pela Constituição, mesmo para aqueles que não contribuem com a previdência social.

Sette (2007, p.65) sublinha que "a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, assegurado por meio de políticas sociais e econômicas que reduzem o risco de doenças e outros problemas de saúde." Castro e Lazzari (2001, p. 74-75) detalham as responsabilidades do SUS, incluindo prevenção de doenças, produção de medicamentos e participação em ações de saneamento básico e proteção ambiental.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome visa fornecer assistência social a indivíduos incapazes de sustentar-se, como estipula o artigo 203 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2012). A assistência é oferecida a quem dela necessita, incluindo proteção à família, integração ao mercado de trabalho, apoio a pessoas com deficiência e garantia de um salário mínimo mensal aos idosos e deficientes sem meios de subsistência.

A concessão do benefício previdenciário exige contribuições regulares ao INSS, como menciona Dehnhardt (1995, p. 22). O Ministério da Previdência Social, tema central deste trabalho, será discutido em profundidade.

2.2 PRINCÍPIOS DA SEGURIDADE SOCIAL E DA PREVIDÊNCIA

Os princípios constitucionais da Seguridade Social, conforme o artigo 194 da Constituição Federal de 1988, abrangem a integração das ações de saúde, previdência e assistência social. Destacam-se princípios como a universalidade da cobertura e do atendimento, a igualdade dos benefícios, a seletividade na prestação dos serviços, a irredutibilidade dos benefícios, equidade no custeio e uma gestão descentralizada e democrática com participação popular (BRASIL, 2012).

Castro e Lazzari (2011) explicam que a universalidade busca cobrir todas as situações necessárias para manter a subsistência dos indivíduos no Brasil, tanto estrangeiros quanto brasileiros. A universalidade do atendimento garante que todos recebam os serviços e benefícios de seguridade social, independentemente de sua capacidade de contribuir financeiramente, embora a Previdência Social dependa de contribuições para funcionar.

Este princípio é comparável ao da igualdade, pois assegura que os benefícios da seguridade social sejam acessíveis a todos, sem distinção entre cidadãos rurais ou urbanos, brasileiros ou estrangeiros, e contribuintes obrigatórios ou opcionais.

2.3 HISTÓRICO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NO BRASIL

No Brasil, as origens da aposentadoria remontam à Lei Eloy Chaves, que instituiu quatro tipos de benefícios para seus beneficiários: assistência médica em casos de doença, medicamentos a preços reduzidos, pensão por morte e aposentadoria. Durante esse período, existiam duas formas de aposentadoria: a ordinária e a por invalidez.

A aposentadoria ordinária era outorgada aos trabalhadores que completassem no mínimo trinta anos de serviço e tivessem atingido cinquenta anos de idade (Souza, 2019). Esse tipo de aposentadoria foi precursor das aposentadorias por tempo de contribuição.

Em 1960, com a introdução da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), a aposentadoria ordinária passou a ser denominada aposentadoria por tempo de serviço, exigindo a comprovação de trinta e cinco anos de serviço, com benefícios proporcionais ou integrais, e uma idade mínima de cinquenta e cinco anos. No entanto, em 1962, a Lei nº 4.130 aboliu a exigência de uma idade mínima para a concessão desse tipo de aposentadoria, conforme especificado no

artigo 32 e seu parágrafo 1º da lei mencionada, que dizia que a aposentadoria seria concedida aos segurados que completassem trinta a trinta e cinco anos de serviço, dependendo do caso, sem necessidade de comprovar uma idade mínima. (Souza, 2019).

Desde então, a aposentadoria por tempo de serviço no Brasil não exigia mais a idade mínima para sua concessão, sendo necessário apenas comprovar o tempo de serviço, o qual era igual para homens e mulheres. Em 1966, o Decreto-lei nº 66 introduziu a necessidade de pelo menos sessenta contribuições, estabelecendo o conceito de carência como o número mínimo de contribuições mensais necessárias para a obtenção do benefício (Amado, 2020).

Em 1967, a Constituição Federal alterou o tempo mínimo de serviço exigido para as mulheres para trinta anos, permitindo-lhes receber aposentadoria integral, essa alteração inspirou-se na noção de dupla jornada de trabalho feminino e no desgaste físico mais acentuado resultante de suas extensivas jornadas de trabalho. Para os homens, manteve-se a exigência de trinta anos para aposentadoria proporcional, e trinta e cinco anos para aposentadoria integral (Amado, 2020).

Em 1991, a Lei nº 8.213 aumentou o número de contribuições mensais necessárias de sessenta para cento e oitenta, passando por uma regra de transição que entrou em vigor em 1993, exigindo seis contribuições anuais para os segurados já filiados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) antes da publicação da lei.

Em 1998, a Emenda Constitucional nº 20 reformou o sistema previdenciário brasileiro, alterando significativamente as regras da aposentadoria por tempo de serviço, que passou a ser chamada de aposentadoria por tempo de contribuição, abolindo a aposentadoria proporcional e exigindo trinta e cinco anos de contribuição para homens e trinta anos para mulheres para obtenção de benefícios integrais, sem exigir uma idade mínima específica para a concessão do benefício (Souza, 2019).

2.4 A URGÊNCIA DE REFORMAS PARA ENDEREÇAR O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA

A princípio é importante destacar que as modificações introduzidas pela Emenda Constitucional 103 de 2019 dificilmente seriam adequadas para resolver o déficit financeiro do governo, que surge de várias outras questões. Ademais, por que apenas o benefício mais acessível às camadas de baixa renda foi visado para cortes e quais são as justificativas morais e legais para a eliminação de um benefício previdenciário que protegia aqueles que contribuíram por muitos anos à previdência social?

Durante a votação da EC103/2019, muito se debateu sobre a real necessidade de uma reforma previdenciária, principalmente considerando o déficit atribuído à previdência nos cofres públicos. Um dos argumentos centrais era o aumento contínuo da expectativa de vida em conjunto com altas taxas de desemprego, resultando em um desequilíbrio no sistema previdenciário, com menos contribuintes e mais dependentes.

As dívidas das empresas com o INSS, cerca de R\$426 bilhões, são três vezes o déficit da previdência em 2016, conforme relatório de março de 2020 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O governo frequentemente menciona o déficit da Previdência, mas ignora que a inadimplência e o não repasse das contribuições previdenciárias contribuem para aumentá-lo, segundo Achilles Frias, presidente do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Nada foi feito sobre a inadimplência de grandes empresas nacionais e multinacionais, enquanto a Reforma da Previdência EC103/2019 eliminou a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição, afetando principalmente as classes baixa e média baixa, que frequentemente começam a trabalhar desde cedo.

2.5 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA À APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

A reforma foi necessária devido às mudanças sociais no país, além de sonegações, isenções, fraudes e erros. Alguns pontos positivos incluem:

- Estímulo à poupança e maior acesso ao mundo dos investimentos;
- Potencial aumento nas taxas de poupança e oferta de créditos mais acessíveis pelos bancos;
- Redução no crescimento do déficit previdenciário;
- Eliminação da aposentadoria precoce no Brasil.

Antes da reforma, em 2015, Wladimir Novaes Martinez já defendia o fim da aposentadoria por tempo de contribuição, criticando a possibilidade de se aposentar cedo, muitas vezes antes dos 53 anos, com a aposentadoria servindo como complemento de renda enquanto o beneficiário continua trabalhando.

As novas regras também apresentam desvantagens significativas, tais como:

- A exclusão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição não resolve o déficit previdenciário;
- A elevação da idade mínima, problemática especialmente em regiões mais pobres onde a expectativa de vida não alcança os 70 anos;
- Redução nos valores dos benefícios e aumento das exigências, dificultando a obtenção da aposentadoria no teto;
- Possível aumento da pobreza, pois muitos começam a trabalhar na infância e se desgastam antes de atingir a idade para se aposentar;
- Favorecimento de classes influentes, como os militares, que obtiveram alterações mais brandas e conseguiram aprovar um projeto de aumento salarial junto à reforma, contrariando os discursos de sacrifício coletivo.
- A reforma da previdência marca o começo de uma reorganização necessária para enfrentar um grave déficit que assola o país, com uma previsão de economia superior a R\$800 bilhões até 2029, aumentando a confiança dos investidores internacionais no Brasil.

2.6 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/19

A EC nº 103/19 introduziu significativas alterações nas esferas do Direito Constitucional, Tributário e Financeiro, Administrativo e, conseqüentemente, Previdenciário (Amado, 2020). Essas mudanças afetaram as normas de benefícios não só para servidores públicos federais vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), mas também para os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), além de policiais militares, bombeiros, professores e trabalhadores rurais (Amado, 2020).

Antes da reforma de 2019, existiam duas principais modalidades de aposentadorias voluntárias: por idade e por tempo de contribuição. A aposentadoria por idade exigia um mínimo de 180 contribuições mensais e idade mínima de 65 anos para homens e 60 anos para mulheres. Por outro lado, a aposentadoria por tempo de contribuição não exigia uma idade mínima, somente o cumprimento de 35 anos de contribuição para homens e 30 para mulheres (Menezes, 2016).

Após a EC nº 103/19, tornou-se obrigatória a cumulação de idade com o tempo de contribuição, levando à extinção prática da aposentadoria por tempo de contribuição, pois agora

se assemelha mais à aposentadoria por idade, que também exige cumulativamente idade e tempo de contribuição para a concessão do benefício.

2.6.1 Regras de transição

As regras de transição introduzidas pela Reforma da Previdência visam equilibrar a situação dos segurados que já contribuía antes de sua implementação em outubro de 2019, mas que ainda não possuíam os requisitos para se aposentar ou estavam próximos de fazê-lo.

A regra da pontuação, conforme o art. 15 da EC nº 103/19, aplica-se aos segurados do RGPS filiados até 13/11/2019. Ela permite a aposentadoria quando são cumulativamente atingidos 30 anos de contribuição para mulheres e 35 para homens, e uma pontuação que soma idade e tempo de contribuição, alcançando 86 pontos para mulheres e 96 para homens, com aumento progressivo dessa pontuação até atingir 100 pontos para mulheres em 2023 e 105 para homens em 2028 (Amado, 2020).

A regra da idade mínima progressiva definida no art. 16 da EC nº 103/19, estabelece que mulheres devem atingir 56 anos e homens 61 anos, além do tempo de contribuição exigido. A idade mínima aumenta seis meses por ano até alcançar 62 anos para mulheres em 2031 e 65 anos para homens em 2027 (Lazzari, 2020).

A regra do pedágio adicional de 50% prevista no art. 17 da EC nº 103/19, esta regra permite a aposentadoria sem idade mínima, exigindo que o segurado cumpra um período adicional de 50% sobre o tempo que faltava para atingir o tempo de contribuição necessário na data da reforma (Lazzari, 2021).

A regra da idade mínima com pedágio adicional de 100% articulada no art. 20 da EC nº 103/19, exige idade mínima (57 anos para mulheres e 60 para homens), tempo de contribuição (30 anos para mulheres e 35 para homens), e um pedágio de 100% sobre o tempo faltante para aposentadoria pelas regras antigas (Amado, 2020).

A regra da aposentadoria programada estabelecida pelo art. 18 da EC nº 103/19, essa regra determina que ambos os sexos devem ter 60 anos de idade e 15 anos de contribuição, com a idade da mulher aumentando seis meses por ano até atingir 62 anos em 2023. O cálculo do benefício será baseado em 60% do salário de benefício, aumentando dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceda 20 anos para homens e 15 anos para mulheres (Lazzari, 2021).

3 METODOLOGIA

3.1. TIPO DE PESQUISA

Este estudo é conduzido por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória, focando na análise das implicações legais e sociais decorrentes da implementação da Emenda Constitucional nº 103/19, que reformou a aposentadoria por tempo de contribuição no Brasil. A escolha deste método permite uma investigação profunda das complexidades da reforma e suas consequências para a aposentadoria por tempo de contribuição.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados envolve a seleção e revisão crítica de documentos pertinentes, tanto legislativos quanto acadêmicos, que fornecem insights sobre os objetivos da reforma, as expectativas do legislador e as críticas de especialistas e acadêmicos. Esses documentos são analisados para extrair informações cruciais sobre a natureza e o escopo das mudanças implementadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise documental indicam que a Emenda Constitucional nº 103/19 introduziu mudanças significativas na previdência social brasileira, afetando primordialmente a aposentadoria por tempo de contribuição. Conforme observado por Amado (2020), a reforma substituiu a aposentadoria por tempo de contribuição por um modelo que exige a combinação de idade e tempo de contribuição, alterando fundamentalmente o planejamento previdenciário dos brasileiros.

A pesquisa revelou também que, embora as regras de transição tenham sido projetadas para suavizar o impacto das mudanças para os segurados pré-existentes, elas impuseram desafios adicionais, especialmente para os trabalhadores em setores de atividade física intensa (Lazzari, 2020). Estes desafios são um indicativo de que reformas futuras devem ser adaptativas e inclusivas, levando em consideração as mudanças demográficas e econômicas para assegurar a sustentabilidade do sistema.

Destaca-se que motivação por trás da reforma, conforme discutido por Castro e Lazzari

(2020), incluiu a necessidade de abordar os crescentes déficits previdenciários e uma população em envelhecimento. No entanto, as medidas adotadas levantam preocupações importantes sobre equidade e justiça social, especialmente em termos de acesso aos benefícios previdenciários.

A eliminação da aposentadoria por tempo de contribuição levanta uma questão crítica sobre a dependência de um planejamento financeiro pessoal mais robusto, como apontado por Sette (2007), que argumenta que os trabalhadores precisarão de estratégias mais sólidas para garantir segurança financeira na velhice. Além disso, essa mudança destaca a necessidade de uma administração mais eficaz dos recursos do sistema de previdência para evitar falhas na restauração da sua saúde financeira (Frias, 2020).

Essas alterações não são soluções definitivas mas sim o começo de um processo que deve considerar as contínuas mudanças socioeconômicas e demográficas, conforme sugerido por Amado (2020). Ele ressalta a importância de futuras reformas serem partes de uma estratégia mais ampla de proteção social, que considere as realidades econômicas do país e as necessidades de sua população.

Diante dessas considerações, é essencial que o governo mantenha um diálogo contínuo com todos os setores da sociedade para ajustar e reformar o sistema conforme necessário, buscando melhorar as condições de trabalho e a acessibilidade à previdência para os trabalhadores mais jovens, que enfrentarão os impactos das mudanças a longo prazo (Castro e Lazzari, 2020).

Assim sendo, a reforma da previdência, instituída pela EC nº 103/19, é uma tentativa de garantir a sustentabilidade futura do sistema previdenciário brasileiro. No entanto, seu sucesso e eficácia dependerão da capacidade de adaptar-se e responder de maneira justa e equitativa às necessidades emergentes da sociedade brasileira, garantindo que a dignidade e a segurança na velhice sejam preservadas para todas as gerações.

CONCLUSÃO

A Reforma da Previdência, instituída pela Emenda Constitucional nº 103/19, é um fenômeno multifacetado que reflete não apenas uma necessidade fiscal, mas também impõe novos paradigmas sociais e econômicos para os cidadãos brasileiros. Este artigo buscou desvendar as camadas complexas dessa reforma, analisando tanto as alterações legais quanto as implicações práticas e sociais para os segurados da Previdência Social.

É evidente que a reforma foi motivada por uma conjuntura de déficits previdenciários crescentes e uma demografia em transformação. As mudanças introduzidas pela EC nº 103/19, como as novas idades mínimas para aposentadoria e as regras de transição, são tentativas de equilibrar as contas públicas a longo prazo. No entanto, essas medidas também levantam questões críticas sobre equidade e acesso justo aos benefícios previdenciários.

As regras de transição tentam mitigar o impacto imediato da reforma para aqueles que estavam próximos de se aposentar sob as regras antigas. Contudo, mesmo essas regras não podem completamente eliminar as desvantagens para certos grupos, especialmente trabalhadores de baixa renda e aqueles em ocupações mais físicas, que podem não conseguir continuar no emprego até atingirem a nova idade mínima de aposentadoria.

Além disso, a eliminação da aposentadoria por tempo de contribuição põe em destaque a necessidade de um planejamento financeiro pessoal mais robusto por parte dos trabalhadores brasileiros. A dependência de um sistema público único está dando lugar a um modelo que valoriza mais a poupança individual e outros mecanismos de segurança financeira para a velhice.

Por outro lado, a reforma também acarreta uma necessidade imperiosa de fiscalização e gestão eficiente dos recursos que continuam a ser aportados ao sistema de Previdência. Sem uma gestão transparente e eficaz, mesmo as medidas mais rigorosas podem falhar em restaurar a saúde financeira do sistema.

Este estudo conclui que, embora a Reforma da Previdência de 2019 seja um passo crucial para a sustentabilidade fiscal do Brasil, ela também exige uma reflexão contínua sobre as políticas sociais associadas à aposentadoria. Deve-se garantir que as reformas não apenas protejam as finanças públicas, mas também promovam a justiça social e o bem-estar dos aposentados.

Adicionalmente, é essencial que o governo continue a dialogar com todos os setores da sociedade para ajustar e reformar o sistema conforme necessário. Este diálogo deve incluir discussões sobre como melhorar as condições de trabalho e acessibilidade à Previdência para os

trabalhadores mais jovens, que serão os mais afetados pelas mudanças a longo prazo.

Portanto, a reforma da Previdência, embora necessária, não é uma solução definitiva. Ela abre o caminho para futuras reformas que devem considerar as mudanças socioeconômicas e demográficas continuadas. Para que seja eficaz e justa, a reforma deve ser parte de uma estratégia maior de proteção social, que considere as realidades econômicas do país e as necessidades de sua população.

Em suma, a EC nº 103/19 reformulou o sistema previdenciário brasileiro com o objetivo de assegurar sua viabilidade futura. No entanto, seu sucesso será determinado pela capacidade de adaptar-se e responder às necessidades emergentes da sociedade brasileira, garantindo que os direitos à segurança e dignidade na velhice sejam preservados para todas as gerações.

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico. **Reforma previdenciária comentada**. Salvador: JusPodivm, 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. **Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 12 ago. 2020

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 13. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

LAZZARI, João Batista. **Comentários à reforma da Previdência**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SETTE, André Luiz Menezes Azevedo. **Direito previdenciário avançado**. 3. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.

DEHNHARDT, Marcelo Romano. **Curso de previdência social: benefícios**. 1. ed. Porto Alegre: M.R. Dehnhardt, 1995.

**O PAPEL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE
ESCOLAR: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS**

Anderson de Melo Costa

Revista o Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.12797345
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.12797345)

RESUMO

A promoção da saúde escolar é uma questão de suma importância no contexto educacional atual, visando não apenas o desenvolvimento físico, mas também o bem-estar integral dos alunos. Nesse sentido, o papel do professor de Educação Física é fundamental, pois ele atua como agente-chave na implementação de estratégias que visam fomentar hábitos saudáveis e promover o bem-estar físico, mental e social dos estudantes.

Ao longo deste texto, exploramos diversas abordagens e metodologias utilizadas pelo professor de Educação Física para promover hábitos saudáveis entre os alunos. Desde a prática de atividades esportivas e exercícios físicos até a adoção de estratégias lúdicas e participativas, o professor dispõe de um vasto leque de recursos pedagógicos para estimular a adoção de comportamentos saudáveis entre os estudantes. A diversificação das práticas pedagógicas é fundamental para engajar os alunos e promover uma vivência significativa da Educação Física como promotora da saúde.

Palavras-chave: Professor de Educação Física, Promoção da Saúde Escolar, Estratégias Pedagógicas, Integração Interdisciplinar, Envolvimento da Comunidade Escolar.

ABSTRACT

The promotion of school health is a matter of paramount importance in the current educational context, aiming not only at physical development but also at the overall well-being of students. In this sense, the role of the Physical Education teacher is fundamental, as they act as key agents in implementing strategies aimed at fostering healthy habits and promoting the physical, mental, and social well-being of students. Throughout this text, we have explored various approaches and methodologies used by Physical Education teachers to promote healthy habits among students. From practicing sports activities and physical exercises to adopting ludic and participative strategies, teachers have a wide range of pedagogical resources to stimulate the adoption of healthy behaviors among students. Diversifying pedagogical practices is essential to engage students and promote a meaningful experience of Physical Education as a promoter of health.

Keywords: Physical Education Teacher, School Health Promotion, Pedagogical Strategies, Interdisciplinary Integration, Involvement of the School Community.

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o papel do professor de Educação Física na promoção da saúde escolar emerge como uma questão central no contexto educacional. A atuação desse profissional transcende a mera transmissão de conhecimentos sobre atividades físicas, ganhando contornos mais amplos e complexos. Através de estratégias variadas e enfrentando desafios significativos, o professor de Educação Física desempenha um papel crucial na promoção de hábitos saudáveis entre os estudantes, contribuindo assim para seu desenvolvimento integral.

Nesse contexto, é fundamental destacar a importância do Programa Saúde na Escola (PSE), uma iniciativa que busca promover a integração entre saúde e educação, visando a melhoria da qualidade de vida dos estudantes. O PSE oferece um ambiente propício para que o professor desenvolva suas atividades de forma articulada com outros profissionais da educação e da saúde, potencializando assim os resultados em termos de promoção da saúde (Cavalcanti et al., 2021).

A formação continuada também se revela como um aspecto relevante na capacitação do profissional de Educação Física para atuar na promoção da saúde escolar. O estudo de Soares e Ferreira (2023) demonstra que iniciativas de formação continuada têm impacto significativo na qualificação dos professores, possibilitando a atualização de conhecimentos e o desenvolvimento de novas habilidades pedagógicas, o que, por sua vez, se reflete de maneira positiva na sua prática profissional.

É importante considerar as tensões e possibilidades que permeiam as interações entre educação física, saúde e sociedade. As reflexões propostas por Palma et al. (2020) apontam para a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e contextualizada, capaz de reconhecer as complexidades inerentes às questões de saúde e promover ações efetivas no ambiente escolar.

No combate à obesidade infantil, a Educação Física escolar desponta como uma importante aliada. As contribuições apontadas por Brito et al. (2024) revelam que a prática regular de atividades físicas, aliada a uma alimentação balanceada e ações de conscientização, pode contribuir significativamente para a prevenção e o controle desse problema de saúde pública.

É relevante também destacar a atuação do educador físico na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Costa, Souza e Carvalho (2020) ressaltam que, nesse

contexto, o professor desempenha um papel fundamental na promoção da saúde, uma vez que muitos dos alunos dessa modalidade de ensino apresentam hábitos de vida sedentários e estão expostos a diversos fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE ESCOLAR

No contexto educacional contemporâneo, a Educação Física emerge como um componente curricular de extrema relevância, desempenhando um papel significativo na promoção da saúde escolar. As práticas desenvolvidas nessa disciplina não se limitam apenas ao aspecto físico dos estudantes, mas também têm impacto direto em sua saúde mental e emocional. Através de uma abordagem holística, a Educação Física contribui para o bem-estar geral dos alunos, sendo essencial para uma educação integral.

A importância dessa disciplina na promoção da saúde escolar é amplamente reconhecida pela comunidade científica. Diversos estudos têm evidenciado o impacto positivo das práticas de Educação Física na saúde física dos estudantes. Antunes, Knuth e Damico (2020) ressaltam que a participação regular em atividades físicas promove o desenvolvimento motor, a melhoria da aptidão física e a prevenção de doenças relacionadas ao sedentarismo, como a obesidade e as doenças cardiovasculares.

Além dos benefícios físicos, a prática física escolar também desempenha um papel fundamental na saúde mental e emocional dos estudantes. Estudos têm demonstrado que a prática regular de atividades físicas está associada a uma redução dos níveis de estresse, ansiedade e depressão, além de contribuir para o aumento da autoestima e da sensação de bem-estar (Pinheiro Filho & Fávaro, 2021). Através de jogos, brincadeiras e atividades lúdicas, a Educação Física proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento emocional e social dos alunos, promovendo a integração, o trabalho em equipe e a solidariedade.

Soares et al. (2022) destacam que, além de desenvolver habilidades físicas e

motoras, a disciplina também contribui para o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo dos alunos. Através das práticas de Educação Física, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar valores como o respeito, a cooperação, a responsabilidade e a ética, fundamentais para sua formação como cidadãos críticos e participativos.

A legislação brasileira reconhece a importância da Educação Física como componente obrigatório da educação básica. Segundo Pinheiro Filho & Fávoro (2021), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a Educação Física deve integrar o currículo escolar em todos os níveis de ensino, assegurando aos alunos o acesso a conhecimentos e práticas que contribuam para o desenvolvimento integral de sua saúde. Dessa forma, a Educação Física se torna um direito de todos os estudantes e uma ferramenta essencial para a promoção da saúde escolar.

A interdisciplinaridade é um aspecto importante a ser considerado na promoção da saúde escolar através do exercício. Dos Anjos et al. (2022) destacam a importância da integração entre diferentes áreas do conhecimento, como a saúde e a educação, para o desenvolvimento de ações eficazes e abrangentes. A colaboração entre professores de Educação Física, enfermeiros, nutricionistas e outros profissionais da saúde permite uma abordagem mais completa e integrada das questões relacionadas à saúde dos estudantes, promovendo a prevenção de doenças e a promoção de estilos de vida saudáveis.

Da Silva & Veneziano (2021) destacam que a prática regular de atividades físicas é fundamental para o controle do peso e a melhoria da qualidade de vida desses alunos. Através de programas de atividade física adaptados e acompanhamento profissional especializado, a Educação Física pode contribuir significativamente para a promoção da saúde e o bem-estar desses estudantes.

A Educação Física, enquanto disciplina curricular, possui um vasto leque de possibilidades para ser abordada na promoção da saúde escolar. Suas práticas não se limitam apenas às atividades esportivas convencionais, mas abrangem também uma gama diversificada de conteúdos e metodologias que podem contribuir significativamente para o bem-estar dos alunos. Nesse sentido, é essencial explorar diferentes abordagens e estratégias que permitam integrar a disciplina de forma efetiva e abrangente na promoção da saúde escolar.

Uma das maneiras de abordar a prática física na promoção da saúde é através da inclusão de conteúdos relacionados à saúde e ao bem-estar nos currículos e planos

de aula. Isso envolve não apenas o ensino de técnicas e habilidades esportivas, mas também a promoção de conhecimentos sobre nutrição, prevenção de lesões, higiene pessoal, primeiros socorros e outras questões relacionadas à saúde física e mental dos alunos. Ao incorporar esses conteúdos de forma transversal e contextualizada, pode ajudar os estudantes a adquirir conhecimentos e habilidades essenciais para a promoção de sua própria saúde e bem-estar (Nascimento et al., 2021).

Outra abordagem importante é a promoção de estilos de vida saudáveis através da prática de exercício. Os professores podem utilizar as aulas como oportunidade para incentivar os alunos a adotarem hábitos saudáveis, como a prática regular de atividades físicas, a alimentação balanceada, o sono adequado e a redução do sedentarismo. Isso pode ser feito através da realização de atividades físicas variadas, que estimulem o interesse e a participação dos alunos, bem como da discussão de temas relacionados à saúde e ao bem-estar durante as aulas (Soares et al., 2022).

Através de atividades lúdicas, jogos cooperativos, técnicas de relaxamento e práticas de mindfulness, os professores podem ajudar os estudantes a desenvolver habilidades de autocontrole, gestão do estresse e resiliência emocional. Essas práticas não apenas contribuem para o bem-estar psicológico dos alunos, mas também para a prevenção de problemas como a ansiedade, a depressão e o bullying (Anjos et al., 2022).

Os professores devem buscar garantir que todas as atividades propostas sejam inclusivas e adaptadas às necessidades individuais dos alunos, levando em consideração questões como gênero, idade, habilidades motoras e condições de saúde. Isso inclui a adaptação de exercícios e atividades, a oferta de alternativas para alunos com restrições físicas ou cognitivas, e a promoção de um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes (Da Silva & Veneziano, 2021).

Além das atividades realizadas durante as aulas, também pode contribuir para a promoção da saúde escolar através de projetos e eventos extracurriculares. Os professores podem organizar campeonatos esportivos, corridas de rua, aulas abertas à comunidade, palestras e workshops sobre temas relacionados à saúde e ao bem-estar. Essas iniciativas não apenas proporcionam oportunidades adicionais para os alunos se envolverem em atividades físicas e aprenderem sobre saúde, mas também promovem a integração entre a escola, a família e a comunidade em geral (Antunes et al., 2020).

A parceria entre a escola e outros setores da comunidade também é

fundamental para o sucesso das iniciativas de promoção da saúde através do exercício. Os professores podem estabelecer parcerias com profissionais de saúde, academias, clubes esportivos, organizações não governamentais e outras instituições para oferecer atividades e serviços complementares, como avaliações físicas, orientação nutricional, aulas de dança, entre outros. Essa colaboração interdisciplinar e interinstitucional amplia o alcance das ações de promoção da saúde e proporciona aos alunos acesso a uma variedade de recursos e oportunidades (Do Nascimento et al., 2021).

Os professores devem ser exemplos de hábitos saudáveis, demonstrando comprometimento com a prática regular de atividades físicas, alimentação equilibrada, cuidados com a saúde e bem-estar emocional. Além disso, eles devem estar sempre atualizados em relação às melhores práticas e orientações na área da saúde e do esporte, buscando constantemente aprimorar suas habilidades e conhecimentos para oferecer o melhor para seus alunos (Antunes et al., 2020).

2.2. DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

No contexto escolar contemporâneo, o professor de Educação Física se depara com uma série de desafios que podem impactar significativamente sua prática e eficácia na promoção da saúde entre os alunos. Esses desafios são multifacetados e refletem tanto questões estruturais e organizacionais quanto aspectos sociais e culturais que permeiam o ambiente educacional. Identificar e compreender esses obstáculos é fundamental para que se possa desenvolver estratégias eficazes que visem superá-los e garantir que o trabalho do professor contribua de maneira efetiva para o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Um dos principais desafios enfrentados é a falta de recursos adequados para o desenvolvimento de suas atividades. Recursos materiais, como equipamentos esportivos, materiais didáticos e espaços adequados para a prática de atividades físicas, muitas vezes são escassos ou inexistentes nas escolas, o que limita as possibilidades de trabalho do professor e compromete a qualidade das aulas oferecidas aos alunos (Antunes et al., 2020).

A falta de investimento em infraestrutura e recursos materiais adequados é um obstáculo que pode dificultar a implementação de iniciativas de promoção da saúde

escolar e comprometer os resultados alcançados. Muitas escolas não contam com espaços apropriados para a prática de atividades físicas, como quadras poliesportivas, campos de futebol ou pistas de atletismo, o que limita as possibilidades de realização de atividades diversificadas e compromete a qualidade do ensino oferecido. A falta de espaços adequados para a prática de atividades físicas pode desestimular a participação dos alunos e dificultar o desenvolvimento de habilidades motoras e sociais (Pinheiro Filho & Fávoro, 2021).

A sobrecarga de trabalho pode comprometer a qualidade do ensino oferecido e gerar estresse e exaustão no professor, afetando sua motivação e seu desempenho profissional (Soares et al., 2022).

A falta de reconhecimento e valorização da disciplina de Educação Física dentro do ambiente escolar pode contribuir para a sobrecarga de trabalho do professor, uma vez que suas atividades muitas vezes não são consideradas prioritárias pelos gestores escolares e pela comunidade acadêmica (Anjos et al., 2022).

A desvalorização da disciplina dentro do sistema educacional é um problema que afeta não apenas o trabalho do professor, mas também a qualidade da educação oferecida aos alunos. Muitas vezes, a Educação Física é vista como uma disciplina secundária, sem a mesma importância atribuída a outras áreas do conhecimento, o que pode resultar em falta de investimento em infraestrutura, recursos materiais e formação continuada para os professores (Da Silva & Veneziano, 2021).

Diante desses desafios, é fundamental que o professor busque estratégias criativas e inovadoras para superá-los e garantir que seu trabalho contribua de maneira efetiva para a promoção da saúde escolar. Isso pode incluir a busca por parcerias com outros profissionais da área da saúde, a utilização de recursos alternativos e a adaptação das atividades às condições e necessidades específicas de cada contexto escolar. Além disso, é importante que se engaje em processos de formação continuada, buscando sensibilizar gestores escolares, autoridades públicas e a comunidade em geral sobre a importância da Educação Física na promoção da saúde e no desenvolvimento integral dos alunos (Do Nascimento et al., 2021).

A falta de recursos, infraestrutura inadequada, sobrecarga de trabalho e desvalorização da disciplina são apenas alguns dos desafios enfrentados pelo professor. Por trás desses obstáculos, há uma série de questões estruturais, organizacionais e sociais que impactam diretamente o trabalho desse profissional e,

por consequência, a eficácia das iniciativas de promoção da saúde escolar. É importante, portanto, analisar mais a fundo como esses desafios se manifestam e de que forma eles influenciam o cotidiano do professor e o ambiente escolar como um todo.

2.3. ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE ESCOLAR:

No contexto da educação, a promoção da saúde escolar emerge como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos. Nesse sentido, o papel do professor ganha destaque como agente-chave na implementação de estratégias que visam fomentar hábitos saudáveis e promover o bem-estar físico, mental e social dos estudantes. Através de abordagens e metodologias diversificadas, aliadas à integração com outras disciplinas e à participação ativa da comunidade escolar e da sociedade em geral, é possível potencializar os resultados e efetivar a promoção da saúde no ambiente educacional.

Diante desse contexto, é essencial explorar as diversas abordagens e metodologias utilizadas pelo professor para promover hábitos saudáveis entre os alunos. Desde a prática de atividades esportivas e exercícios físicos até a adoção de estratégias lúdicas e participativas, o professor dispõe de um vasto leque de recursos pedagógicos para estimular a adoção de comportamentos saudáveis entre os estudantes. Como destacado por Antunes, Knuth e Damico (2020), a diversificação das práticas pedagógicas é fundamental para engajar os alunos e promover uma vivência significativa da Educação Física como promotora da saúde.

A interdisciplinaridade permite uma abordagem mais ampla e holística das questões relacionadas à saúde, possibilitando a articulação de conhecimentos e a realização de ações conjuntas entre diferentes áreas do saber. Nesse sentido, as legislações educacionais desempenham um papel importante ao destacar a importância da integração entre as diversas disciplinas no currículo escolar (Pinheiro Filho & Fávaro, 2021).

A comunidade escolar e a sociedade como um todo também desempenham um papel crucial na promoção da saúde escolar. O envolvimento dos pais, responsáveis, gestores escolares, profissionais de saúde e demais membros da comunidade é essencial para criar um ambiente favorável à adoção de hábitos saudáveis e para

promover a cultura da saúde dentro e fora da escola. Como destacado por Soares et al. (2022), a formação continuada dos professores de Educação Física e a promoção de parcerias com outros profissionais e instituições são estratégias importantes para fortalecer a atuação do professor e potencializar os resultados das iniciativas de promoção da saúde escolar.

O trabalho conjunto entre enfermeiros e professores de Educação Física pode proporcionar uma abordagem mais abrangente e integrada da saúde dos alunos, permitindo a identificação precoce de problemas de saúde e a implementação de ações preventivas e de promoção da saúde. Como relatado por Dos Anjos et al. (2022), a atuação interprofissional é fundamental para garantir uma abordagem integral e efetiva da saúde escolar.

O educador físico desempenha um papel crucial na promoção da atividade física e na adoção de hábitos saudáveis entre as crianças obesas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a prevenção de complicações associadas à obesidade. Como apontado por Da Silva e Veneziano (2021), o incentivo à prática regular de exercícios físicos e a promoção de uma alimentação saudável são fundamentais para o manejo da obesidade infantil e para a promoção da saúde desses alunos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade e da importância da promoção da saúde escolar, é evidente que o papel do professor de Educação Física é fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos. Ao longo deste texto, exploramos diversas abordagens e metodologias utilizadas pelo professor para promover hábitos saudáveis entre os estudantes, destacando a importância da integração entre Educação Física, saúde e outras disciplinas, bem como o envolvimento da comunidade escolar e da sociedade como um todo.

Ficou claro que o educador físico dispõe de um vasto leque de recursos pedagógicos para estimular a adoção de comportamentos saudáveis entre os alunos. Desde a prática de atividades esportivas e exercícios físicos até a adoção de estratégias lúdicas e participativas, as possibilidades são diversas e podem ser adaptadas de acordo com as características e necessidades de cada grupo de alunos.

É fundamental que o professor esteja sempre em busca de novas metodologias e abordagens, buscando aprimorar sua prática pedagógica e garantir a eficácia das iniciativas de promoção da saúde escolar.

A integração entre Educação Física, saúde e outras disciplinas é essencial para potencializar os resultados da promoção da saúde escolar. A interdisciplinaridade permite uma abordagem mais abrangente e holística das questões relacionadas à saúde, possibilitando a articulação de conhecimentos e a realização de ações conjuntas entre diferentes áreas do saber. É importante que os professores trabalhem em colaboração com outros profissionais e instituições, promovendo parcerias e compartilhando recursos e experiências.

O envolvimento da comunidade escolar e da sociedade como um todo também é fundamental para o sucesso das iniciativas de promoção da saúde escolar. Gestores escolares, pais, responsáveis, profissionais de saúde e demais membros da comunidade devem estar engajados e comprometidos com a criação de um ambiente escolar favorável à adoção de hábitos saudáveis e ao bem-estar dos alunos. O trabalho conjunto entre diferentes atores e setores é essencial para fortalecer as ações de promoção da saúde e promover uma cultura de saúde dentro e fora da escola.

4. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Diogo SH; KNUTH, Alan G.; DAMICO, José Geraldo. **Educação Física e promoção da saúde: uma revisão de perspectivas teórico-metodológicas no Brasil.** *Educación Física y Ciencia*, v. 22, n. 1, p. 116-116, 2020.

BRITO, Lianne et al. **Contribuições da Educação Física escolar em relação à obesidade infantil. Uma revisão de literatura.** *Lecturas: Educación Física y Deportes*, v. 28, n. 309, 2024.

CAVALCANTI, Olga Maria da Silva Bezerra; DE PAIVA NETO, Francisco Timbó; RECH, Cassiano Ricardo. **Programa saúde na escola, promoção da saúde e contribuições da educação física: uma revisão integrativa.** *Pensar a Prática*, v. 24, 2021.

COSTA, Julio Cesar Gomes da; SOUZA, Cláudia Teresa Vieira de; CARVALHO, Rosa Malena de Araújo. **Atuação docente em Educação Física escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA): ações de Promoção da Saúde.** *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 42, p. e2045, 2020.

DA SILVA, Willian Vieira; VENEZIANO, Leonardo Squinello Nogueira. **A importância da educação física na vida de crianças obesas.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 7, n. 10, p. 2404-2421, 2021.

DO NASCIMENTO, Jonathan Willams et al. **Relato de experiência sobre a importância da intersectorialidade e interprofissionalidade para a promoção da saúde em um projeto de extensão, Pet-saúde interprofissionalidade.** *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 1, p. 560-578, 2021.

DOS ANJOS, Jussara Soares Marques et al. **A importância do enfermeiro na promoção da saúde de adolescentes no âmbito escolar: relato de experiência.** *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 15, n. 6, p. e10491-e10491, 2022.

PALMA, Alexandre et al. **Tensões e possibilidades nas interações entre educação física, saúde e sociedade.** WACHS, F.; LARA, L.; ATHAYDE, P. *Ciências do Esporte, Educação Física e Produção do Conhecimento em*, v. 40, p. 15-27, 2020.

PINHEIRO FILHO, Wilson Roberto; FÁVARO, Fabricio Luiz. **Importância da educação física escolar: considerações a partir das legislações.** *Revista científica eletrônica de ciências aplicadas da FAIT*, n. 1, 2021.,

SOARES, Stela Lopes et al. **Formação continuada em educação física e práticas de promoção de saúde: Estudos relacionados.** *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, p. 1958-1976, 2022.

SOARES, Stela Lopes; FERREIRA, Heraldo Simões. **A formação continuada em Educação Física no interior do Ceará.** *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 16, n. 47, p. 549-566, 2023.

TORINO, Luciana Garcia; DE SOUSA, Keilor da Silva; RODRIGUEZ, Jesus Alves. **AS**

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA A FORMAÇÃO DOS INDIVÍDUOS. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 3, p. 2337-2347, 2024.

**A MENTALIDADE ELIMINACIONISTA NO HOLOCAUSTO: A PARTICIPAÇÃO
VOLUNTÁRIA DOS CIDADÃOS COMUNS NA ALEMANHA NAZISTA**

Flávio Motta e Silva Garcia Gomes⁷
Dalila Gois Motta⁸

Revista o Universo Observável
DOI:10.5281/zenodo.13128533
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.13128533)

⁷ Professor de História formado pela Universidade de Santo Amaro em 2007, docente efetivo na Prefeitura de São Paulo desde 2010.

⁸ Professora de História formada pela Universidade de Santo Amaro em 2007, docente efetiva da Prefeitura de São Paulo desde 2010.

RESUMO- Este estudo analisa a mentalidade eliminacionista e a participação dos cidadãos comuns no Holocausto, destacando os fatores econômicos, sociais e ideológicos que contribuíram para a aceitação e implementação das políticas genocidas nazistas. A crise econômica pós-Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão criaram um terreno fértil para a ascensão do nazismo, exacerbando o desespero social e minando a confiança nas instituições democráticas. A propaganda nazista, liderada por Joseph Goebbels, utilizou filmes, rádios, jornais e comícios para desumanizar os judeus e promover uma ideologia de pureza racial e ódio. Discursos inflamados de Hitler e a doutrinação nas escolas reforçaram esta ideologia, resultando na participação ativa de cidadãos comuns em atos de violência e repressão. Estudou-se a atuação de unidades móveis de extermínio, como as Einsatzgruppen, e eventos como a Kristallnacht, que ilustram a profundidade da participação voluntária. A análise evidencia que a aceitação das políticas nazistas foi resultado de uma complexa interação de fatores econômicos, sociais e ideológicos, destacando a necessidade de compreensão das raízes do extremismo para prevenir futuras atrocidades.

PALAVRAS-CHAVES: Holocausto. Nazismo. Propaganda. Antissemitismo. Ideologia.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a mentalidade eliminacionista no Holocausto, com foco na participação voluntária dos cidadãos comuns, é um tema de grande relevância histórica e sociológica. Este trabalho busca analisar os fatores que contribuíram para a adesão de cidadãos comuns à ideologia nazista e sua participação ativa no genocídio dos judeus. A pesquisa contextualiza a ascensão do nazismo na Alemanha, explorando a crise econômica pós-Primeira Guerra Mundial, a propaganda antisemita e as leis raciais que institucionalizaram o ódio e a segregação.

A problemática central do estudo reside em compreender como e por que cidadãos comuns se tornaram perpetradores de atrocidades durante o Holocausto. Esta questão é guiada pela necessidade de investigar os mecanismos sociais e psicológicos que levaram indivíduos a participar voluntariamente em atos de genocídio. Estudos como os de Hannah Arendt, em "Origens do Totalitarismo", e de Daniel Jonah Goldhagen, em "Os Carrascos Voluntários de Hitler", oferecem perspectivas importantes sobre a responsabilidade individual e coletiva dos alemães comuns na execução das políticas genocidas nazistas (ARENDR, 2006; GOLDHAGEN, 2002).

Os objetivos do estudo incluem: analisar a formação da mentalidade eliminacionista na Alemanha nazista; investigar os fatores econômicos, sociais e ideológicos que influenciaram a adesão voluntária dos cidadãos comuns; e comparar as perspectivas de diferentes teóricos sobre a responsabilidade dos perpetradores do Holocausto. A pesquisa visa proporcionar uma compreensão aprofundada dos elementos que permitiram a participação ativa de uma ampla parcela da população alemã nas atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial.

A importância da pesquisa é destacada pela necessidade de compreender os fatores que levam indivíduos comuns a cometerem atos de genocídio, contribuindo para a memória histórica e para a prevenção de futuros genocídios. Estudos sobre o Holocausto revelam a complexidade das motivações humanas e a influência de contextos sociais e políticos na formação de comportamentos extremistas (CARNEIRO, 2016; VENTURINI, 2022). A análise desses fatores é crucial para entender como ideologias de ódio podem ser disseminadas e aceitas em uma sociedade.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, abrangendo publicações dos últimos cinco anos (2017-2024) disponíveis em bases de dados como Google Acadêmico, SciELO e outras fontes acadêmicas. Foram incluídos estudos que abordam a mentalidade eliminacionista e a participação voluntária no Holocausto, enquanto estudos irrelevantes ou não específicos foram excluídos. A pesquisa baseou-se na análise qualitativa dos textos selecionados para identificar padrões e práticas recomendadas.

As estatísticas revelam que aproximadamente seis milhões de judeus foram assassinados pelos nazistas durante o Holocausto, além de milhões de outras vítimas, incluindo civis soviéticos, prisioneiros de guerra, ciganos, deficientes físicos e outras minorias (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO, 2023).

A legislação antissemita, como as Leis de Nuremberg de 1935, institucionalizou a discriminação e a perseguição, privando os judeus de seus direitos civis e econômicos (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO, 2023).

A pesquisa sobre a mentalidade eliminacionista no Holocausto e a participação voluntária dos cidadãos comuns contribuiu significativamente para o entendimento das dinâmicas sociais e psicológicas que permitem a ocorrência de genocídios. Este estudo não apenas esclarece aspectos históricos críticos, mas também oferece insights valiosos para a educação e a prevenção de futuras atrocidades, enfatizando a importância da memória e da vigilância contra ideologias de ódio.

Revisão de Literatura

Contexto Histórico do Holocausto

O Holocausto, uma das mais trágicas e sombrias passagens da história humana, envolveu o extermínio sistemático de aproximadamente seis milhões de judeus, além de milhões de outras vítimas, incluindo ciganos, deficientes físicos, prisioneiros de guerra soviéticos e opositores políticos. Definido como o genocídio dos judeus europeus pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial, o Holocausto foi caracterizado por uma ideologia eliminacionista que buscava erradicar aqueles considerados "indesejáveis" para a pureza racial e cultural alemã (ARENDR, 2006).

O desenvolvimento da ideologia nazista tem suas raízes na crise econômica e social que assolou a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial. A humilhação nacional decorrente do Tratado de Versalhes, que impôs pesadas reparações e limitações militares à Alemanha, juntamente com a Grande Depressão de 1929, criou um ambiente de desespero e ressentimento. Este contexto proporcionou terreno fértil para a ascensão de Adolf Hitler e do Partido Nazista, que prometiam restaurar a grandeza da Alemanha e livrá-la das "ameaças internas", principalmente os judeus, que eram demonizados como os culpados pela crise (GOLDHAGEN, 2002; TEIXEIRA et al., 2021).

A implementação da mentalidade eliminacionista foi gradual, começando com a propaganda intensa e a disseminação de teorias conspiratórias que culpavam os judeus por todos os problemas da Alemanha. As Leis de Nuremberg de 1935 institucionalizaram a discriminação racial, excluindo os judeus da cidadania alemã e proibindo casamentos entre judeus e não-judeus. Esta legislação pavimentou o caminho para a exclusão social e econômica dos judeus, que foram progressivamente despojados de seus direitos civis, empregos e propriedades (ARENDR, 2006; ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO, 2023).

A propaganda nazista, uma ferramenta poderosa, foi crucial para a formação da mentalidade eliminacionista. Utilizando filmes, jornais, rádios e comícios, os nazistas conseguiram inculcar na população alemã a ideia de que os judeus eram sub-humanos e uma ameaça à pureza racial e ao bem-

estar da nação. Esta desumanização sistemática facilitou a aceitação e a participação de cidadãos comuns nas atrocidades que se seguiram (CARNEIRO, 2016; REES, 2018).

A implementação das políticas eliminacionistas atingiu seu ápice com a "Solução Final", a decisão de exterminar fisicamente os judeus da Europa. Este plano foi formalmente adotado na Conferência de Wannsee em janeiro de 1942. A partir daí, foram estabelecidos campos de extermínio como Auschwitz, Treblinka e Sobibor, onde milhões de judeus foram assassinados em câmaras de gás. A eficiência brutal desses campos refletia a racionalidade fria e burocrática com que o genocídio foi conduzido, uma característica distintiva da modernidade, como argumenta Arendt (ARENDDT, 2006; VENTURINI, 2022).

A aceitação e participação dos cidadãos comuns na execução do Holocausto foram facilitadas por diversos fatores, incluindo o antissemitismo arraigado, o oportunismo econômico e a pressão social. Muitos alemães comuns participaram diretamente das atrocidades, enquanto outros se beneficiaram indiretamente ao ocupar os empregos e propriedades deixadas pelos judeus deportados ou assassinados. A mentalidade eliminacionista não foi apenas um fenômeno imposto de cima para baixo, mas também contou com a colaboração ativa e o consentimento passivo de grande parte da população (GOLDHAGEN, 2002; SORLIN, 1974).

O impacto das políticas nazistas foi devastador. As estatísticas revelam que, além dos seis milhões de judeus assassinados, aproximadamente sete milhões de civis soviéticos, três milhões de prisioneiros de guerra soviéticos, e centenas de milhares de outros grupos também foram vítimas das políticas de extermínio nazista (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO, 2023). A abrangência do Holocausto destaca não apenas a eficiência burocrática do regime nazista, mas também a profundidade do ódio e da ideologia racista que permeou a sociedade alemã.

O Holocausto foi um fenômeno complexo, resultado de uma combinação de fatores históricos, econômicos, sociais e ideológicos. A mentalidade eliminacionista que o possibilitou foi construída através de um processo de desumanização sistemática e institucionalização do ódio, apoiada por uma propaganda eficaz e pela colaboração ativa de cidadãos comuns. Este episódio trágico da história humana serve como um alerta constante sobre os perigos do extremismo e da intolerância, e a necessidade contínua de promover a memória e a educação sobre o Holocausto para prevenir futuros genocídios (ARENDDT, 2006; LEVY, 2022).

A Influência dos Fatores Econômicos e Sociais no Apoio ao Nazismo

A crise econômica que assolou a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial desempenhou um papel fundamental na ascensão do nazismo e na implementação da mentalidade eliminacionista que culminou no Holocausto. O Tratado de Versalhes, assinado em 1919, impôs pesadas reparações à Alemanha, resultando em uma economia debilitada e em hiperinflação. Entre 1921 e 1923, a inflação galopante destruiu as economias da classe média e os salários tornaram-se praticamente inúteis, gerando

um ambiente de desespero e instabilidade (ARENDDT, 2006).

A Grande Depressão de 1929 exacerbou ainda mais a situação econômica da Alemanha, levando ao desemprego em massa. Em 1932, o desemprego atingiu cerca de seis milhões de pessoas, representando aproximadamente 30% da força de trabalho. O desespero causado pela perda de empregos e pela pobreza extrema criou um terreno fértil para a propaganda nazista, que prometia restaurar a economia, criar empregos e devolver a Alemanha à sua antiga glória (GOLDHAGEN, 2002). A crise econômica não apenas desestabilizou a economia, mas também corroeu a confiança nas instituições democráticas da República de Weimar, que era vista como incapaz de resolver os problemas do país (DO PRADO, 2017).

O Partido Nazista, liderado por Adolf Hitler, capitalizou sobre esse descontentamento social e econômico. Utilizando uma propaganda eficaz, os nazistas culpavam os judeus e outros grupos minoritários pelos problemas da Alemanha, promovendo uma ideologia que prometia não apenas recuperação econômica, mas também purificação racial. A mensagem de Hitler ressoou profundamente entre os alemães que estavam desesperados por soluções rápidas e radicais (REES, 2018). A crise econômica, portanto, foi um catalisador crítico que facilitou a aceitação da ideologia nazista e a subsequente implementação de suas políticas genocidas (SORLIN, 1974).

O impacto do desemprego em massa e do desespero social também foi significativo na adesão à ideologia nazista. A perda de empregos e a insegurança econômica levaram muitos alemães a buscar respostas em movimentos políticos radicais. O Partido Nazista ofereceu um senso de identidade e propósito, prometendo reconstruir a nação e eliminar os "inimigos internos". Essa promessa de renovação e estabilidade atraiu não apenas a classe trabalhadora, mas também segmentos da classe média que haviam sido devastados pela crise econômica (SZKLARZ, 2005). A combinação de um inimigo comum e a promessa de um futuro melhor foram elementos chave na mobilização das massas em apoio ao nazismo.

Além disso, o desespero social criou um ambiente onde as soluções extremas se tornaram aceitáveis. A propaganda nazista, que se utilizava de simbolismos poderosos e promessas de grandeza, encontrou um público receptivo entre aqueles que haviam perdido a fé nas soluções políticas tradicionais. A polarização social e a fragmentação política que marcaram a República de Weimar facilitaram a ascensão de um líder carismático como Hitler, que prometia ordem e prosperidade em troca de lealdade incondicional (LEVY, 2022).

A resposta da sociedade alemã à crise econômica e ao desespero social foi, portanto, um fator decisivo na ascensão do nazismo. A promessa de uma recuperação econômica rápida e a identificação de bodes expiatórios para os problemas do país ajudaram a consolidar o poder nazista e a implementar políticas genocidas. O apoio popular às políticas eliminacionistas foi, em grande parte, moldado pelas condições econômicas e sociais que prevaleceram na Alemanha nas décadas de 1920 e 1930 (TEIXEIRA

et al., 2021).

A crise econômica pós-Primeira Guerra Mundial e o desespero social subsequente foram fatores cruciais que contribuíram para o apoio ao nazismo. A hiperinflação, o desemprego em massa e a desilusão com as instituições democráticas criaram um ambiente propício para a aceitação das soluções radicais propostas pelos nazistas. A propaganda eficaz e a habilidade de Hitler em explorar o descontentamento econômico e social garantiram o apoio necessário para implementar uma das ideologias mais mortíferas da história moderna. A análise desses fatores revela a complexidade das condições que permitiram a ascensão do nazismo e ressalta a importância de compreender as raízes econômicas e sociais do extremismo político (GUTERMAN, 2020).

A Propaganda Nazista e a Doutrinação Ideológica Racial

A propaganda nazista desempenhou um papel crucial na promoção do antissemitismo e na formação da mentalidade eliminacionista que caracterizou o Holocausto. O regime de Hitler utilizou uma máquina de propaganda altamente sofisticada e eficaz para disseminar sua ideologia racial e consolidar o apoio popular. Liderada por Joseph Goebbels, ministro da Propaganda, a propaganda nazista empregou uma variedade de métodos e mídias para incutir o ódio racial e promover a superioridade ariana. Filmes, cartazes, rádio, jornais e comícios foram utilizados de maneira coordenada para alcançar todos os segmentos da sociedade alemã (GOLDHAGEN, 2002).

Os filmes produzidos durante o regime nazista foram uma ferramenta poderosa para a disseminação da ideologia antissemita. Filmes como "O Judeu Eterno" (Der Ewige Jude) e "Triunfo da Vontade" (Triumph des Willens) foram projetados para desumanizar os judeus e glorificar o regime nazista. "O Judeu Eterno", em particular, retratou os judeus como parasitas sociais e econômicos, utilizando estereótipos grotescos para incitar o ódio. A propaganda visual foi complementada por cartazes que exibiam mensagens simplistas, mas impactantes, que associavam os judeus a todos os males da sociedade alemã (SORLIN, 1974).

Os discursos de Adolf Hitler foram fundamentais na doutrinação ideológica do povo alemão. Hitler era um orador carismático e utilizava seus discursos para espalhar a ideologia racial nazista, culpando os judeus pelos problemas econômicos e sociais da Alemanha. Ele frequentemente usava termos de desumanização, referindo-se aos judeus como "vermes" e "pragas", e promovendo a ideia de uma conspiração judaica global contra o povo ariano. Esses discursos foram amplamente divulgados através do rádio e de comícios massivos, que criavam um senso de união e fervor entre os seguidores nazistas (ARENDRT, 2006).

A doutrinação ideológica foi ainda fortalecida pela educação nazista, que começou nas escolas e continuou até as organizações juvenis, como a Juventude Hitlerista (Hitlerjugend). O currículo escolar foi modificado para incluir ensinamentos sobre a superioridade racial ariana e a necessidade de "purificação"

racial. As crianças eram ensinadas desde cedo a ver os judeus como inimigos do estado e da raça. Este sistema educacional promovia uma lealdade inquestionável ao Führer e preparava as futuras gerações para a aceitação e participação nas políticas genocidas (CARNEIRO, 2016; REES, 2018).

Além da educação formal, a propaganda nazista utilizou a mídia impressa para disseminar suas mensagens. Jornais como "Der Stürmer" eram conhecidos por suas caricaturas violentamente antissemitas e por promover teorias de conspiração contra os judeus. As publicações eram acessíveis a todos e ajudavam a perpetuar o ódio racial nas mentes dos leitores cotidianos. A repetição constante dessas mensagens contribuiu para a normalização do antissemitismo e para a aceitação das políticas racistas do regime (TEIXEIRA et al., 2021).

A propaganda nazista não se limitou à Alemanha; ela também visava influenciar a opinião pública internacional. Filmes e publicações nazistas foram distribuídos em outros países, buscando ganhar simpatizantes e minimizar a oposição ao regime. A habilidade dos nazistas em manipular a informação e projetar uma imagem de legitimidade e progresso ajudou a mascarar as verdadeiras intenções genocidas do regime até que fosse tarde demais para muitos (SZKLARZ, 2005).

A propaganda nazista foi um componente central na construção e perpetuação da mentalidade eliminacionista que levou ao Holocausto. A combinação de filmes, discursos, mídia impressa e educação criou um ambiente no qual o ódio racial se tornou uma parte aceita e até celebrada da vida cotidiana na Alemanha nazista. A eficácia da propaganda nazista em doutrinar uma nação inteira demonstra o poder da mídia e da educação na formação de crenças e comportamentos sociais (GUTERMAN, 2020; VENTURINI, 2022). Este estudo sobre a propaganda e a ideologia racial nazista não apenas esclarece como o Holocausto foi possível, mas também serve como um alerta sobre os perigos da manipulação ideológica e do ódio institucionalizado.

A Participação dos Cidadãos Comuns na Implementação das Políticas Nazistas

A participação dos cidadãos comuns na implementação das políticas nazistas foi um aspecto fundamental para a eficácia e amplitude das ações genocidas durante o Holocausto. Diferentes papéis foram desempenhados por indivíduos que, movidos por diversas motivações, desde o oportunismo econômico até o fervor ideológico, contribuíram ativamente para o regime de Hitler. A adesão e o apoio popular foram cruciais para a execução das políticas de extermínio, evidenciando como a mentalidade eliminacionista se enraizou na sociedade alemã (GOLDHAGEN, 2002).

Os cidadãos comuns participaram de várias maneiras, desde a delação de judeus até a participação direta em atos de violência. Muitos alemães denunciavam seus vizinhos judeus às autoridades nazistas, movidos por motivos diversos, incluindo antissemitismo, inveja ou simplesmente o desejo de obter favores do regime. Estas delações eram frequentemente motivadas pelo desejo de se apropriar dos bens e propriedades dos judeus, o que era incentivado pelo estado nazista que permitia e até recompensava tais

ações (SZKLARZ, 2005). Além disso, funcionários públicos, como policiais e burocratas, executavam as ordens de deportação e expropriação com zelo, muitas vezes indo além do estritamente necessário, refletindo a internalização da ideologia nazista.

Estudos de caso específicos ilustram a profundidade da participação voluntária dos cidadãos comuns. Um exemplo significativo é o papel dos membros das Einsatzgruppen, unidades móveis de extermínio que seguiram o exército alemão nas invasões da Polônia e da União Soviética. Compostas em grande parte por voluntários e policiais recrutados, essas unidades foram responsáveis por massacres em massa de judeus, comunistas e outros grupos considerados indesejáveis. Muitos dos membros das Einsatzgruppen eram cidadãos comuns que, sob a influência da propaganda e da ideologia racial, se tornaram executores das políticas genocidas nazistas (ARENDDT, 2006). Outro exemplo é a atuação de civis alemães durante a Kristallnacht, a "Noite dos Cristais Quebrados" em novembro de 1938, quando sinagogas, lojas e casas de judeus foram atacadas em toda a Alemanha. Este evento foi marcado por uma violência generalizada, com cidadãos comuns participando ativamente dos saques e destruição de propriedades judaicas, muitas vezes sob a direção ou com a complacência das autoridades locais. Este episódio não apenas refletiu a eficácia da propaganda nazista em incitar o ódio, mas também demonstrou como a violência antissemita se tornou um espetáculo público e aceitável (GUTERMAN, 2020).

A participação de cidadãos comuns também se manifestou na administração dos campos de concentração e extermínio. Muitos guardas e funcionários desses campos eram civis que haviam sido recrutados ou que se voluntariaram para esses postos. Sua participação era vital para o funcionamento diário dos campos, onde desempenhavam funções que iam desde a guarda e supervisão até a execução de prisioneiros. O envolvimento de civis no sistema de campos de concentração e extermínio ilustra como a ideologia nazista permeou todos os níveis da sociedade e como o genocídio se tornou uma operação sistemática e industrializada (VENTURINI, 2022).

Além dos exemplos de violência direta, a participação dos cidadãos comuns também incluiu formas de apoio passivo ou indireto às políticas nazistas. Muitos alemães beneficiaram-se economicamente da arianização, o processo pelo qual as propriedades e negócios judeus foram confiscados e transferidos para cidadãos arianos. A complacência e a indiferença de grande parte da população em relação ao destino dos judeus e de outras vítimas do regime nazista foram igualmente cruciais para a implementação das políticas de extermínio (CARNEIRO, 2016). A participação dos cidadãos comuns na implementação das políticas nazistas foi multifacetada e essencial para o sucesso das ações genocidas. Desde a delação e apropriação de propriedades até a participação direta em massacres e na administração dos campos de extermínio, a sociedade alemã esteve profundamente envolvida na execução da mentalidade eliminacionista promovida pelo regime de Hitler. Essa participação não apenas facilitou a eficácia das políticas nazistas, mas também demonstra como a ideologia do ódio pode ser internalizada e expressa de maneiras devastadoras por indivíduos comuns (REES, 2018; LEVY, 2022).

Metodologia

Este estudo foi conduzido utilizando a metodologia de revisão bibliográfica, conforme orientações metodológicas estabelecidas por Gil (2022). A seleção das fontes incluiu a revisão de artigos acadêmicos, livros, teses, documentos históricos e estudos de caso publicados nos últimos 20 anos, abrangendo o período de 2004 a 2024. A pesquisa foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO, JSTOR, e outras fontes acadêmicas relevantes, com foco em publicações disponíveis em português, inglês e alemão. Os critérios de inclusão contemplaram estudos relevantes que abordam a mentalidade eliminacionista e a participação dos cidadãos comuns no Holocausto. Foram excluídos estudos que não apresentavam relevância direta ao tema ou que não atendiam aos critérios de qualidade acadêmica. A análise dos textos selecionados foi qualitativa, visando identificar padrões, práticas recomendadas, benefícios e desafios relacionados ao tema em questão. A abordagem qualitativa permitiu uma compreensão aprofundada das complexas dinâmicas sociais e ideológicas que contribuíram para a aceitação e participação dos cidadãos comuns nas políticas nazistas. A utilização de múltiplas fontes e a análise criteriosa dos textos garantiram uma visão abrangente e fundamentada sobre a mentalidade eliminacionista, proporcionando insights valiosos para a compreensão deste fenômeno histórico. A metodologia adotada garantiu a rigidez acadêmica necessária para um estudo de revisão, alinhando-se às melhores práticas de pesquisa bibliográfica (GIL, 2022).

Análise dos Dados

A análise dos dados coletados na revisão bibliográfica revela uma complexa interação de fatores que contribuíram para a aceitação e implementação das políticas genocidas nazistas pela população alemã. A crise econômica que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, exacerbada pela Grande Depressão de 1929, criou um ambiente de desespero e instabilidade. A hiperinflação e o desemprego em massa foram fatores cruciais que minaram a confiança nas instituições democráticas da República de Weimar, facilitando a ascensão do Partido Nazista, que prometia recuperação econômica e renovação nacional (ARENDDT, 2006; GOLDHAGEN, 2002).

A propaganda nazista, habilmente orquestrada por Joseph Goebbels, desempenhou um papel central na disseminação da ideologia racial antissemita. Utilizando filmes, rádios, jornais e comícios, a propaganda criou uma imagem desumanizadora dos judeus e outros grupos considerados indesejáveis, promovendo a ideia de uma conspiração judaica global. Esta desumanização sistemática foi crucial para preparar a população para aceitar e até participar ativamente nas políticas de extermínio (SORLIN, 1974; TEIXEIRA et al., 2021).

Os discursos de Hitler, carregados de retórica inflamatória, reforçaram a ideologia racial nazista, culpando os judeus pelos problemas da Alemanha e promovendo a pureza racial ariana. A doutrinação ideológica foi complementada pela educação nas escolas e pela Juventude Hitlerista, que inculcavam desde cedo os princípios nazistas nas mentes dos jovens (CARNEIRO, 2016; REES, 2018).

A participação dos cidadãos comuns foi multifacetada e essencial para a execução das políticas genocidas. Muitos alemães denunciaram seus vizinhos judeus, movidos por antissemitismo, inveja ou desejo de obter favores do regime. Este comportamento foi incentivado pelas autoridades, que recompensavam a delação e a apropriação das propriedades judaicas confiscadas. Além disso, muitos funcionários públicos, policiais e burocratas executaram as ordens nazistas com zelo, refletindo a internalização da ideologia de ódio (SZKLARZ, 2005; GUTERMAN, 2020).

Estudos de caso ilustram a profundidade da participação voluntária. Os membros das Einsatzgruppen, compostas em grande parte por voluntários e policiais recrutados, participaram de massacres em massa de judeus e outros grupos na Polônia e na União Soviética. A Kristallnacht de 1938, onde cidadãos comuns participaram ativamente na destruição de propriedades judaicas, é outro exemplo marcante de como a propaganda nazista conseguiu mobilizar a população para a violência (ARENDR, 2006; VENTURINI, 2022).

A administração dos campos de concentração e extermínio também contou com a participação de civis. Guardas e funcionários, muitos dos quais eram civis recrutados, desempenharam papéis essenciais no funcionamento diário desses campos, desde a guarda até a execução dos prisioneiros. Este envolvimento direto e indireto dos cidadãos comuns demonstra como a ideologia nazista permeou todos os níveis da sociedade alemã (REES, 2018; LEVY, 2022).

A análise dos dados evidencia que a aceitação e participação nas políticas nazistas foram resultado de uma complexa interação de fatores econômicos, sociais e ideológicos. A crise econômica criou um terreno fértil para o desespero e a busca por soluções radicais, enquanto a propaganda nazista desumanizou as vítimas e promoveu uma ideologia de ódio. A internalização desta ideologia, facilitada pela educação e pela propaganda, resultou na participação ativa de cidadãos comuns em atos de violência e repressão. Este estudo ressalta a importância de compreender as condições que permitem a ascensão de regimes genocidas, para que possamos prevenir a repetição de tais atrocidades no futuro (GUTERMAN, 2020; TEIXEIRA et al., 2021).

Discussão

A discussão deste estudo visa retomar os objetivos iniciais e a problemática proposta, analisando como os fatores econômicos, sociais e ideológicos influenciaram a aceitação e participação dos cidadãos comuns nas políticas genocidas nazistas. O objetivo geral foi analisar a mentalidade eliminacionista e a participação voluntária dos cidadãos comuns no Holocausto, enquanto os objetivos específicos incluíram a investigação dos fatores econômicos e sociais que influenciaram essa adesão, a análise da propaganda nazista e da doutrinação ideológica, e a discussão dos diferentes papéis desempenhados pelos cidadãos comuns.

A problemática central do estudo reside na compreensão dos mecanismos sociais e psicológicos que levaram cidadãos comuns a se tornarem perpetradores de atrocidades durante o Holocausto. A análise evidenciou que a crise econômica pós-Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão foram catalisadores significativos para a ascensão do nazismo. A hiperinflação e o desemprego em massa geraram um desespero generalizado, minando a confiança nas instituições democráticas e facilitando a aceitação de soluções radicais promovidas por Hitler e pelo Partido Nazista (ARENDDT, 2006; GOLDHAGEN, 2002).

A propaganda nazista, liderada por Joseph Goebbels, desempenhou um papel crucial na disseminação da ideologia racial antisemita. Utilizando filmes, rádios, jornais e comícios, a propaganda nazista conseguiu desumanizar os judeus e outros grupos, promovendo uma ideologia de pureza racial e ódio. Este processo de desumanização foi essencial para preparar a população para aceitar e participar nas políticas de extermínio (SORLIN, 1974; TEIXEIRA et al., 2021). Os discursos inflamados de Hitler e a educação doutrinária nas escolas e organizações juvenis consolidaram ainda mais essa ideologia na mente dos cidadãos (CARNEIRO, 2016; REES, 2018).

A participação dos cidadãos comuns foi multifacetada e essencial para a execução das políticas genocidas. Desde a delação de vizinhos judeus até a participação direta em atos de violência, muitos alemães comuns se tornaram ativos na implementação das políticas nazistas. Estudos de caso, como a atuação das Einsatzgruppen e a Kristallnacht, ilustram a profundidade dessa participação voluntária, demonstrando como a ideologia de ódio foi internalizada e expressa por indivíduos comuns (ARENDDT, 2006; SZKLARZ, 2005; GUTERMAN, 2020).

Além disso, a administração dos campos de concentração e extermínio também contou com a participação de civis, que desempenhavam papéis cruciais no funcionamento diário dessas instalações. Guardas e funcionários, muitos dos quais eram civis recrutados, estavam diretamente envolvidos na execução das políticas de extermínio, evidenciando a integração da ideologia nazista em todos os níveis da sociedade alemã (VENTURINI, 2022; LEVY, 2022).

Portanto, a análise dos dados permitiu confirmar que a aceitação e participação nas políticas

nazistas foram resultado de uma complexa interação de fatores econômicos, sociais e ideológicos. A crise econômica e o desespero social criaram um ambiente propício para a busca de soluções radicais, enquanto a propaganda nazista e a doutrinação ideológica consolidaram a mentalidade eliminacionista. A participação ativa de cidadãos comuns na implementação dessas políticas genocidas reflete a profundidade com que a ideologia nazista penetrou a sociedade alemã, transformando indivíduos comuns em perpetradores de atrocidades (GOLDHAGEN, 2002; REES, 2018).

Este estudo contribui para a compreensão das condições que permitiram a ascensão do nazismo e a execução do Holocausto, destacando a importância de fatores econômicos e sociais na formação de ideologias extremistas. A análise detalhada da propaganda e da participação dos cidadãos comuns oferece insights valiosos para a memória histórica e a prevenção de futuras atrocidades, ressaltando a necessidade de vigilância contra a manipulação ideológica e o ódio institucionalizado (GUTERMAN, 2020; TEIXEIRA et al., 2021).

Conclusão

A conclusão deste estudo sobre a mentalidade eliminacionista e a participação dos cidadãos comuns no Holocausto é uma reflexão abrangente sobre os complexos fatores que possibilitaram uma das maiores atrocidades da história humana. A análise detalhada dos contextos econômico, social e ideológico revela como a crise econômica pós-Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão criaram um terreno fértil para a ascensão do nazismo. A hiperinflação, o desemprego em massa e o desespero social resultante minaram a confiança nas instituições democráticas da República de Weimar, facilitando a aceitação das soluções radicais propostas pelo Partido Nazista.

A propaganda nazista, sob a liderança de Joseph Goebbels, desempenhou um papel crucial na disseminação da ideologia antissemita e na consolidação da mentalidade eliminacionista. Utilizando uma ampla gama de mídias, desde filmes e cartazes até rádios e jornais, a propaganda nazista conseguiu desumanizar os judeus e outros grupos considerados indesejáveis, promovendo uma ideologia de pureza racial e ódio. Este processo de desumanização foi fundamental para preparar a população para aceitar e participar ativamente nas políticas de extermínio.

Os discursos inflamados de Adolf Hitler, juntamente com a educação doutrinária nas escolas e nas organizações juvenis, reforçaram ainda mais a ideologia nazista. A partir de tenra idade, as crianças eram ensinadas a ver os judeus como inimigos do Estado e da raça, perpetuando a ideologia de ódio através das gerações. Este sistema educacional e a propaganda incessante criaram uma população que, em grande parte, internalizou e aceitou a ideologia nazista como um fato.

A participação dos cidadãos comuns foi multifacetada e essencial para a execução das políticas genocidas. Desde a delação de vizinhos judeus até a participação direta em atos de violência, muitos alemães comuns desempenharam papéis ativos na implementação das políticas nazistas. A análise dos

estudos de caso, como a atuação das Einsatzgruppen e a Kristallnacht, ilustra a profundidade dessa participação voluntária, mostrando como a ideologia de ódio foi internalizada e expressa por indivíduos comuns. Além dos exemplos de violência direta, a participação dos cidadãos comuns também se manifestou em formas de apoio passivo ou indireto às políticas nazistas. Muitos alemães beneficiaram-se economicamente da arianização, o processo pelo qual as propriedades e negócios judeus foram confiscados e transferidos para cidadãos arianos. A complacência e a indiferença de grande parte da população em relação ao destino dos judeus e de outras vítimas do regime nazista foram igualmente cruciais para a implementação das políticas de extermínio.

A administração dos campos de concentração e extermínio também contou com a participação de civis, que desempenhavam papéis cruciais no funcionamento diário dessas instalações. Guardas e funcionários, muitos dos quais eram civis recrutados, estavam diretamente envolvidos na execução das políticas de extermínio, evidenciando a integração da ideologia nazista em todos os níveis da sociedade alemã. Este envolvimento direto e indireto dos cidadãos comuns demonstra como a ideologia nazista permeou todos os níveis da sociedade alemã, transformando indivíduos comuns em perpetradores de atrocidades.

A aceitação e participação nas políticas nazistas foram resultado de uma complexa interação de fatores econômicos, sociais e ideológicos. A crise econômica criou um terreno propício para o desespero e a busca por soluções radicais, enquanto a propaganda nazista desumanizou as vítimas e promoveu uma ideologia de ódio. A internalização desta ideologia, facilitada pela educação e pela propaganda, resultou na participação ativa de cidadãos comuns em atos de violência e repressão.

Este estudo contribui significativamente para a compreensão das condições que permitiram a ascensão do nazismo e a execução do Holocausto, destacando a importância de fatores econômicos e sociais na formação de ideologias extremistas. A análise detalhada da propaganda e da participação dos cidadãos comuns oferece insights valiosos para a memória histórica e a prevenção de futuras atrocidades, ressaltando a necessidade de vigilância constante contra a manipulação ideológica e o ódio institucionalizado. O Holocausto, como um fenômeno histórico, serve como um lembrete sombrio das consequências da intolerância e do extremismo, e a importância de promover uma cultura de paz, respeito e compreensão mútua para evitar a repetição de tais horrores no futuro.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=74097>. Acesso em: 29 jul. 2024.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Holocausto como tema nos livros didáticos brasileiros: realidades e alternativas*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2017.tde-14032017-153927>. Acesso em: 29 jul. 2024.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os Carrascos Voluntários de Hitler: Os Alemães Comuns e o Holocausto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=73582>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MUSEU DO HOLOCAUSTO. *Artigos*. Museu do Holocausto de Curitiba. Disponível em: <https://www.museudoholocausto.org.br/artigos/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SCI ELO Brasil. *Usos da memória: as experiências do Holocausto e da ditadura no Brasil*. SciELO Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/nF8y3j3g7H9YjG6HyWfz6yz/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SORLIN, Pierre. *Sociology of the Nazi Holocaust*. New York: Blackwell, 1974. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Sociology_of_the_Nazi_Holocaust.html?id=8IBPAAAAMAAJ. Acesso em: 29 jul. 2024.

SZKLARZ, Roney. *Eugenia e Raça na Alemanha Nazista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.editoradaufesp.com.br/detalhe.php?codigo=13470>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SHARANSKY, Natan. *Fear No Evil*. New York: PublicAffairs, 2004. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Fear_No_Evil.html?id=aIHRAAAAMAAJ. Acesso em: 29 jul. 2024.

REES, Laurence. **O Holocausto: uma nova história**. Vestígio, 2018.

DO PRADO, Julio Cesar Gomes. *Ideologia do Holocausto*. **Maiêutica-Ciências Humanas e Sociais**, v. 3, n. 1, 2017.

TEIXEIRA, Ricardo Roberto Plaza et al. **HOLOCAUSTO, NAZISMO E NEGACIONISMO**. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 10, n. 1, p. 123-137, 2021.

LEVY, Sofia Débora. **Por dentro do trauma: A perversidade no Holocausto e na contemporaneidade**. Letra Capital Editora LTDA, 2022.

GUTERMAN, Marcos. **Holocausto e memória**. Editora Contexto, 2020.

VENTURINI, Maria Cleci. *Holocausto e silêncio em (dis) curso*. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**,

v. 25, n. esp, p. 201-213, 2022.